



ANTONIO LINDVALDO SOUSA
CLAUDEFRANKLIN MONTEIRO SANTOS
(ORGANIZADORES)

Clio digital

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE SERGIPE
(200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA)
FORMAÇÃO



Criação Editora

TÍTULO

CLIO DIGITAL

Memórias e Histórias de Sergipe
(200 anos da Independência)
Formação

ORGANIZADORES

Antonio Lindvaldo Sousa
Claudefranklin Monteiro Santos

ISBN

978-85-60102-92-1

EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira Menezes
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Antonio Lindvaldo Sousa
Claudefranklin Monteiro Santos
(ORGANIZADORES)

Clio digital

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE SERGIPE
(200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA)
FORMAÇÃO



Criação Editora

Copyright by 2022 organizadores

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Os personagens e situações desta obra são reais somente no universo da ficção. Não se referem a pessoas e fatos concretos.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Capa
Anael Medeiros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

S725c Sousa, Antonio Lindvaldo; Santos, Claudefranklin Monteiro (org.).

Clio Digital: Memórias e Histórias de Sergipe (200 anos da Independência) formação / Organizadores: Antonio Lindvaldo Sousa e Claudefranklin Monteiro Santos; Diversos autores. – 1. ed. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2022.

168 p.

ISBN: 978-85-60102-92-1

1. História do Brasil. 2. Nordeste Brasileiro. 3. Sergipe.
4. UFS. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores. IV. Autores.

CDD 981.41

CDU 94(813.7)

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. História de Sergipe.
2. História do Brasil (Sergipe).

REFERÊNCIA

SOUSA, Antonio Lindvaldo; SANTOS, Claudefranklin Monteiro (org.). **Clio Digital**: Memórias e Histórias de Sergipe (200 anos da Independência) Formação. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022.



“Tornar Sergipe conhecido do país
e do estrangeiro foi a causa que
me levou a escrever sua história”

Ao pioneiro Felisbello Freire

SUMÁRIO

- 9** CLIO DIGITAL A LUGARES DANTES NÃO NAVEGADOS
Antonio Lindvaldo Sousa
- 23** O IMPÉRIO PORTUGUÊS: CENTRALIDADES E PERIFERIAS,
O CASO DE SERGIPE D'EL REY
Maria de Deus Manso
- 39** SOB A SOMBRA DO CAPITÃO: AÇÕES DE SUJEITOS A
SERVIÇO DA COLONIZAÇÃO DE SERGIPE DEL REY
Andreza Silva Mattos
- 57** CURRALEIROS E O DURO NASCER DA SERGIPANIDADE
José de Almeida Bispo
- 77** UM OUTRO VIÉS DO PASSADO: AS DISTINÇÕES SOCIAIS
EM SERGIPE SETECENTISTA
Anderson Pereira dos Santos
- 91** 'ESCAVAÇÃO PELO OLHAR': ZOOARQUEOICONOGRAFIA EM
TEMPLOS DAS ORDENS RELIGIOSAS EM SERGIPE DEL REY
Verônica Nunes
- 103** ARQUEOLOGIA EM SERGIPE: ASPECTOS HISTÓRICOS DA
SUA FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
Suely Gleyde Amancio Martinelli

123 DEBATE SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BICENTENÁRIO
DA EMANCIPAÇÃO DE SERGIPE

Kleber Rodrigues

Pedro Abelardo de Santana

Diogo Monteiro

143 SOB A NÉVOA DO CAMINHO, UMA REZA COM OS PÉS: A
EXPERIÊNCIA DOS ESPAÇOS NA ROMARIA DO SENHOR
DOS PASSOS

Magno Francisco de Jesus Santos

161 SOBRE OS AUTORES

CLIO DIGITAL A LUGARES DANTES NÃO NAVEGADOS



ANTONIO LINDVALDO SOUSA

“Tornar Sergipe conhecido do país e do estrangeiro foi a causa que me levou a escrever sua história”. Esta frase se encontra no prefácio do livro “História de Sergipe”, de Felisbello Freire, cuja primeira edição remonta ao ano de 1891. Essa frase é capciosa ao ponto de nos provocar alguns questionamentos. Quando Freire diz que escreve para o país e o estrangeiro conhecerem sua terra, admite que o passado sergipano não estava presente nos livros de História do Brasil. Ele nos joga para o terreno da indagação sobre o “desconhecimento”, para um lugar onde queremos que isso aconteça. Parece que nos sugere uma missão: tornar Sergipe conhecido. Inquietando-nos com essa sugestão, perguntamos sobre a validade dessa palavra “desconhecimento” ainda no presente momento. A história de Sergipe é desconhecida? Pouco se estudou sobre seu passado?

Tornar Sergipe conhecido talvez tenha sido um dos meus objetivos enquanto docente da Universidade Federal de Sergipe. Durante quase três décadas, citamos essa frase freiriana nas nossas aulas das disciplinas “Temas de História de Sergipe I e II” – da matéria de ensino História do Brasil – no curso de licenciatura em História, bem como nas nossas visitas guiadas, espécie de aulas públicas, nos engenhos, igrejas, praça públicas e outros espaços. Não poderia ser diferente o uso dessa frase nas incontáveis atividades de pesquisa e extensão que realizamos com o grupo de pesquisa GPCIR – Culturas, Identidades e Religiosidades, fundado nos anos de 1990. O mesmo aconteceu em atividades mais recentes, como as realizadas nas re-

des sociais. Em alguns episódios dos nossos podcasts, por exemplo, essa frase é quase sempre presente.

O leitor atento ao material de “Temas de História de Sergipe”, que produzimos para o curso a distância de História da Universidade Federal de Sergipe, lerá o quanto nos deparamos com essa frase de Freire e pudemos, conforme nossas condições, colaborar para a discussão do passado sergipano, incluindo as referências clássicas e os novos textos, surgidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses de doutorado, entre outros. Todavia, uma certeza ainda estava presente: a de que ainda faltavam novas pesquisas tendo outras abordagens.

O livro que ora publicamos segue o caminho de preencher esse espaço ainda não preenchido e representa um esforço de incluir novas pesquisas. Ele é fruto de um evento realizado no ano de 2020, no qual se comemoraram os duzentos anos da independência de Sergipe. Mas adiante, falaremos com mais detalhes sobre esse evento e sobre os textos aqui reunidos. Neste momento, voltemos à questão apontada por Freire sobre o “desconhecimento” de Sergipe no país e no estrangeiro.

Essa região que passou a ser denominada capitania de Sergipe del Rey, logo após a conquista violenta de 1590, é praticamente esquecida nos estudos da História do Brasil e dos domínios do império português. Muitos historiadores, ao se debruçarem sobre o passado das capitanias do Norte da América portuguesa, vislumbram somente aquelas consideradas maiores, Bahia e Pernambuco. E quando assinalam alguma informação sobre Sergipe, tratam-na como uma capitania anexada à Bahia, sem expressividade, uma espécie de “quintal” baiano ou pernambucano.

Mas se Freire escreveu seu livro para “tornar Sergipe conhecido”, é porque apresenta um passado que considera importante e, por essa razão, pode ser inserido na História do Brasil. Em outras palavras, fatos do passado sergipano são de relevância nacional. Quando se refere ao período colonial, por exemplo, o autor destaca a impor-

tância do gado para o abastecimento das duas capitanias consideradas maiores (Bahia e Pernambuco). Enquanto essas duas regiões se desenvolviam com a cultura do açúcar, nutrindo o armazém do mundo, sob o domínio do império português, Sergipe contribuía para o armazém inter-regional, alimentando internamente a própria capitania, assim como as outras duas, mais prósperas. Ademais, não restam dúvidas de que indiretamente, ela tem seu papel no armazém do mundo, colaborando para a prosperidade do domínio do império português. A farinha produzida em Sergipe, por exemplo, servia para abastecer as cozinhas dos navios. Esse alimento, menos perecível, matava a fome de muitos marinheiros e comandantes. Outro exemplo é o fumo. Saindo de Sergipe, do agreste lagartense ele servia de moeda no tráfico negreiro ou como produto de consumo nas casas europeias.

Essa importância econômica de Sergipe é minimizada pela historiografia, principalmente pelos textos que não estudam regiões que não estavam diretamente ligadas ao fluxo e ao refluxo de mercadorias globais. Muitos pesquisadores, quando se referem à farinha ou ao fumo, como apontamos acima, mostram que eram produtos baianos ou pernambucanos. Do mesmo modo podemos pensar na cultura do gado, nos produtos do couro.

Freire foi assertivo aos apontar a cultura do gado como uma parte da formação inicial da sociedade e da economia sergipanas, bem como a contribuição dessa cultura para o Brasil. Ele cunhou uma frase também muito conhecida por vários alunos em nossas aulas e atividades práticas de pesquisa em campo: “O sergipano antes de ser agricultor foi pastor”. É evidente que essa frase abandona as demais formas produtivas como a produção de farinha, fumo, entre outras. Também a produção do açúcar já existia em Sergipe desde o início da colonização, embora não fosse um produto mais destacado, tal qual o gado. Todavia, a sociedade do couro mais predominou na capitania de Sergipe, e isso nos faz apreciar essa frase, atentando para o fato de que Freire foi muito capcioso na forma de nos

chamar atenção para a especificidade da história dessa capitania, contribuindo para o desenvolvimento da colonização brasileira, do século XVI até meados do século XVIII.

Outros temas ainda aparecem no livro de Felisbelo Freire. A invasão holandesa, a permanência desses batavos na capitania e, sobretudo, a sua expulsão. Freire é provocativo ao dizer que o começo da queda holandesa (usemos o termo “expulsão”, se preferirmos) começou na malsucedida invasão e no malsucedido domínio (leia-se administração) dos holandeses em Sergipe. Freire nos aponta, no corpo de seu texto e em notas de rodapé, exemplos das ações de sujeitos importantes nessa expulsão dos batavos do território sergipano. Após serem derrotados em Sergipe, cessaram as suas investidas em dominar Salvador. Ao escrever sobre a expulsão desses povos do solo sergipano, o autor mostra como Sergipe ficou no prejuízo e, com isso, parece bradar a grande contribuição que tal localidade deu ao império português, ajudando a Bahia (principalmente Salvador) a se livrar de um incômodo maior, aniquilando a segunda chance de os batavos dominarem a sede da capitania de Todos os Santos.

Outros pesquisadores escreveram sobre o passado dessa capitania, tomando por base a abordagem freiriana. Dentre eles, destaca-se Thetis Nunes. Mesmo que nunca tenha se dedicado especificamente ao estudo da obra “História de Sergipe”, a autora valoriza Freire tomando esse seu livro como marco importante para se conhecer a História dessa capitania. Sergipe Colonial I e II, por exemplo, escritos por ela, reproduzem muito do que disse Freire sobre a sociedade do gado, os holandeses, os limites entre Sergipe e Bahia, e o papel da câmara de São Cristóvão e das vilas de Santa Luzia, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Vila Nova. Contudo, ela acrescenta outros temas, enxergando, por exemplo, as mulheres, os negros, os mestiços e os índios. Vale ressaltar que Nunes teve muita preocupação em se cercar de mais documentos e avançar a narrativa de Freire.

É muito interessante sermos gratos aos pioneiros, aos esforços que fizeram para preservar o passado, imersos em tantas dificulda-

des do seu tempo. Freire merece nosso abraço acadêmico e, da mesma forma, este último se estende a Nunes. Um abraço acadêmico pode se traduzir em reavivamento de memórias, de colocar mais uma vez em evidência algumas questões que esses autores levantaram, mesmo que discordemos de muitas de suas interpretações.

Voltemos ao que afirmamos anteriormente. Muita coisa ainda está para ser escrita sobre o passado sergipano. A produção desses dois autores (e de outros que não citamos) não é suficiente para tornar Sergipe conhecido no país e no exterior. Novas dissertações, teses e principalmente novos livros deverão ser avolumados a fim de contribuir ainda mais para esse “reconhecimento” de que falamos. Entretanto, esse futuro parece ter começado a ganhar fôlego com os novos trabalhos de várias gerações. Inúmeros autores, a nosso ver, têm ousado tocar em temas ainda não discutidos ou tratar daqueles já trabalhados e que merecem ser retomados com novas referências.

A quantidade e a variedade de temas são bem notadas no evento on-line que realizamos de 01 de agosto a 02 de dezembro de 2020, denominado Clio Digital. Memórias e Histórias de Sergipe. Duzentos anos de independência. Esse evento foi uma realização do nosso grupo de pesquisa – GPCIR – e contou com a parceria do DHI – Departamento de História e da PROHIS – Pós-graduação em História da UFS. A escolha dessa variedade de pesquisas tem tudo a ver com a nossa experiência no estudo do passado sergipano, ministrando aulas, realizando eventos, orientando alunos, participando de bancas, produzindo textos. Tudo isso, vale ressaltar, foi de grande valia para reunir muitos pesquisadores ligados à UFS e fora dela.

Ao apresentarmos esse evento, usávamos várias frases que buscavam representar a nossa alegria em receber convidados com temas tão diversos uns dos outros. Uma dessas frases foi: “Clio está muito feliz hoje. Ela está soltando fogos de alegria”. Clio é conhecida pelos gregos como a musa da História. Ela foi por nós reverenciadas na modalidade remota, num evento digital, aberto e gratuito para todos os inscritos. Esse tipo de modalidade que atinge um maior número

de pessoas se enquadra na história pública. O livro “História Pública e divulgação de história”, dos editores Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira, publicado pela editora Letra e Voz em 2019, reúne vários textos nos quais se lê que o historiador pode ir além da sala de aula, usando novas formas de divulgar os conhecimentos sobre os acontecimentos da história, como palestras e lives. Em “Introdução à História Pública”, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Maria Gouveia de Oliveira Rovai, há também diversos textos que procuram responder à questão: o que pode o historiador fazer fora da universidade?

Este nosso livro é resultado desse evento digital. Os autores escreveram seus textos como se estivessem nos convidando a uma mesa de bar ou de cozinha bem aconchegante, repleta de comes e bebes deliciosos, como um café, um vinho ou um suco de caju, acompanhado de um bom cuscuz com ovos e outras delícias. Ao escrevermos estas linhas, sentimos o cheiro dessas comidas. Rer os textos que os autores nos enviaram para compor esta obra nos faz lembrar dos momentos em que apresentaram suas palestras-lives. Acreditamos que muitos desses textos, escritos de forma leve, também nos fazem sentir que estamos frente a frente com eles. Degustar os textos científicos não necessariamente tem de ser no espaço de uma biblioteca particular ou pública, com postura semelhante à de um erudito medieval. Ótimas risadas são também necessárias e regadas a café, por exemplo.

A nossa primeira convidada se enquadra nessa perspectiva. Ela apresentou sua palestra-live do ambiente de estudo do seu apartamento em Lisboa e parecia que estava a tomar um vinho num restaurante lisboeta conosco. Seriedade e alegria marcaram sua fala. Ela aponta como uma porta-estandarte abrindo alas das comemorações dos 200 anos da independência de Sergipe e parece confirmar essa junção entre conhecimento científico e sentimento de alegria, de espaço universidade – sala de aula – e espaço público – virtual. O texto que nos enviou não é diferente. Ao ser incluso como o primeiro capítulo deste livro, ele dá continuidade ao que já afirmamos ante-

riormente. O leitor deve observar que esse primeiro texto nos ajuda mais ainda na provocação da questão levantada por Freire, no livro “História de Sergipe”.

O texto em questão é o estudo intitulado “O império português: centralidades e periferias, o caso de Sergipe d’el Rey”, escrito pela historiadora Maria de Deus Manso, professora da Universidade de Évora. A pesquisadora cita integralmente a frase “Tornar Sergipe conhecido do país e do estrangeiro” e complementa: “foi a causa que me levou a escrever sua história”. A citação não está nas margens do texto de Manso, mas aparece logo na parte introdutória. Depois de citá-la, a autora compartilha a ideia de “que há muito a investigar sobre a História do Brasil. Em seguida, acrescenta que faltam estudos particularmente sobre as regiões mais afastadas dos grandes centros políticos e económicos, da costa e dos ‘sertões’, isto é, regiões pensadas como ‘periferias do império português’”. Note-se que ela coloca entre aspas os termos “sertão” e “periferia”. Somente uma leitura completa do texto é capaz de nos fazer descobrir o diálogo empreendido com uma nova historiografia que abre espaços para compreender o império português imerso no fluxo e refluxo de mercadorias, pessoas e ideias. Nesse novo olhar, a capitania sergipana é vista como importante tal como as capitânicas consideradas maiores. Do nosso ponto de vista, o texto de Manso oxigena o debate freiriano.

O segundo texto foi escrito por Andreza Silva Mattos, que foi nossa orientanda na graduação, especialização e no mestrado em História na UFS. Ela faz parte do GPCIR e se insere no conjunto de nossos orientandos que passaram a se beneficiar dos documentos inquisitoriais que conseguimos cópias no Arquivo do Tombo e do acervo bibliográfico adquirido em sebos ou livrarias em várias cidades brasileiras, nas nossas viagens para apresentar trabalhos em eventos. A biblioteca da UFS ficou fechada por um certo tempo por conta de algumas greves, e esse nosso acervo muito ajudou os novos pesquisadores-estudantes que se debruçavam na escrita de suas

monografias e trabalhos de pós-graduação. Nas oficinas do GCPIR, na fase em que Andreza escreveu sua dissertação, discutíamos uma bibliografia sobre os anônimos na História. Um dos debates foi a “história vista de baixo”, do ponto de vista da historiografia inglesa, tendo como teóricos E. P. Thompson e a Natalie Zemon Davis, por exemplo. Nossas discussões não se pautavam em seguir uma teoria e uma metodologia de forma apressada, sem uma devida crítica ao que seja “de baixo ou de cima”. As leituras sobre os sujeitos da história e o tecido social de que fazem parte muito ajudaram Andreza Mattos a definir suas referências. Essas referências auxiliaram-na a problematizar suas fontes, os processos inquisitoriais, as anotações das sesmarias doadas aos primeiros colonizadores, bem como os textos dos cronistas.

A autora nos instiga a pensar os sujeitos que participaram da chamada “guerra justa” empreendida no final do ano de 1589 por vários interesses, como os dos senhores de engenhos de açúcar do recôncavo baiano e dos criadores de gado. No texto que nos oferta, intitulado “Sob a sombra do capitão: ações de sujeitos a serviço da colonização de Sergipe del Rey”, essa inquieta historiadora questiona quem foram esses conquistadores de Sergipe. Cristóvão de Barros é o primeiro nome que surge quando estudamos a conquista violenta de Sergipe em 1590. É o nome dele que aparece em Felisbelo Freire, Thétis Nunes, por exemplo. Lendo atentamente o trabalho de Mattos, percebemos que ela valoriza outros sujeitos nessa empreitada, ou seja, aparecem os comuns, como os irmãos de Cachoeira.

O texto da autora nos fez pensar no cauim e na fritada de maturi. Lembramos muito bem desse sabor porque conhecemos alguém (nossa madrinha, Dona Izabel) que preparava esses alimentos, e eram momentos de prazer da nossa infância. No texto em questão, Andreza Mattos não faz um percurso sobre a história da alimentação. Contudo, de forma indireta, nos ajuda a pensar no sabor de alimentos que se misturam, híbridos, ligados aos homens mestiços. Um deles come carne em dias que a Igreja considerava proibido. Essa carne

é de animais que os índios caçavam e com ela se deliciavam nos seus banquetes. Lendo suas reflexões, percebemos que o mundo dos índios estava em ruínas quando chegou o colonizador da guerra justa, e muitos dos que participaram dessa conquista – os que não ganharam recompensas – enfrentavam os tribunais dos inquisidores em visita à Bahia. Com esse estudo, o leitor possivelmente pensará nesses meandros pouco contados pela história oficial. A autora consegue conectar o início da conquista de Sergipe com o tema da inquisição, indicando que os mestiços eram um dos alvos da Igreja Católica.

O terceiro texto que compõe esta coletânea denomina-se “Curraleiros e o duro nascer” e foi escrito por José de Almeida Bispo. O autor foi nosso convidado no evento “Clio Digital” e gentilmente aceitou escrever um texto para compor este nosso livro, que prima pela diversidade de pesquisadores e de temas. Clio aceita de braço aberto todos os pesquisadores, incluindo os que não estão ligados tradicionalmente às universidades, mas que vêm sendo bons súditos, pesquisando seriamente o passado. Este é o caso de Bispo. Mesmo não tendo formação em História, ele muito tem interagido com pesquisadores ligados à Universidade Federal de Sergipe, notadamente com todos nós que fazemos parte do grupo de pesquisa GPCIR. Tem nos auxiliado nas viagens que fazemos à Igreja Velha de Itabaiana, quando promovemos, com nossos alunos e pesquisadores, os ciclos de estudos como “O sertão tem histórias...” e “Cidades e vilas de Sergipe”. Além disso, tem contribuído com a indicação de documentos inéditos que pesquisou na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e em outros acervos. Essas trocas de informações são exemplos de práticas interessantes da relação sociedade e universidade.

Na leitura desse texto, o leitor certamente sentirá vontade de comer uma carne de boi numa banca de feira em Itabaiana. Entre uma mordida e outra, deverá compreender o que seria essa revolta curralista referida pelo autor. A primeira observação é a de que ele não se distancia daquilo que os outros historiadores aqui citados já disseram. Na sequência, Bispo apresenta dados sobre

agreste, especialmente o agreste de Itabaiana, para tocar no tema central do seu texto, a compreensão da revolta currealista. Ao fim de seu estudo, ele nos encaminha para a discussão acerca de uma sergipanidade. O caminho pelo qual o autor nos conduz merece ser mais trabalhado, ter mais textos, inclusive aqueles que fogem do modelo que nos leva a pensar a identidade sergipana a partir de sujeitos considerados ilustres como Tobias Barreto, Silvio Romero, Fausto Cardoso. O que José de Almeida Bispo discute sobre identidade sergipana, ou sobre o começo da identidade, nos leva a uma interpretação sobre os sujeitos poucos valorizados da nossa historiografia.

O capítulo seguinte é escrito por Anderson Pereira dos Santos, que é formado em História e mestre na área de Ciências Sociais. Seu texto é parte das reflexões realizadas em sua tese de doutorado em História na Universidade Federal da Bahia. Encontramos Anderson Santos várias vezes no Arquivo Judiciário, quando levantava seus dados para sua pesquisa de doutorado. Ao conversarmos sobre o passado sergipano, notamos o quanto ele tinha coletado informações sobre a riqueza de moradores em Sergipe, principalmente em São Cristóvão. O capítulo intitulado “Um outro viés do passado: as distinções sociais em Sergipe setecentista” procuram expor parte da análise que fez dos dados coletados. Logo no início, deixa claro que deseja identificar os tipos e as formas de distinção social apresentadas pelos moradores da Cidade de São Cristóvão. E quais eram essas formas? Uma delas é o vestuário. No entanto, não daremos detalhes, para aumentar a curiosidade do leitor.

O quinto capítulo deste nosso livro tem o seguinte título: “Escavação pelo olhar”: zooarqueoiconografia em templos das ordens religiosas em Sergipe del Rey” e foi escrito pela professora e historiadora Verônica Nunes. No evento “Clio Digital”, combinei com essa professora que sua apresentação seria como se estivéssemos tomando um sorvete numa sorveteria na avenida Augusta Maynard onde ela mora, ou na própria São Cristóvão que ela conhece

muito bem e onde se encontram os “sítios” que mais visitou para essa “escavação pelo olhar”.

Todos nós estamos acostumados com uma arqueologia que escava o solo usando ferramentas que buscam indícios de culturas materiais diversas, como túmulos indígenas, sarcófagos. Verônica Nunes, ao contrário, cavou com os seus olhos os altares das igrejas em São Cristóvão e em outras partes de Sergipe. Seu olhar é cultural, munido de muitas informações adquiridas ao longo de sua carreira como pesquisadora da área de História e da Museologia. A autora deixa muito claro esse caminho percorrido, logo na introdução do seu texto. Adentrando nele, o leitor encontrará uma leitura zooarqueoiconográfica em igrejas coloniais de Sergipe Del Rey. E o que seria leitura zooarqueoiconográfica? Deixemos que o leitor descubra ao ler o texto em questão.

O capítulo de número seis, intitulado “Arqueologia em Sergipe: aspectos históricos da sua formação e consolidação”, é assinado por Suely Gleyde Amancio Martinelli. Nele, a autora faz uma explanação da trajetória da arqueologia em Sergipe. Historiadora nata, especialista em arqueologia, Suely Martinelli nos brinda com a apresentação de um painel do processo da pesquisa arqueológica em Sergipe, apontando relatos de memórias sobre sujeitos pioneiros na salvaguarda do passado da pré-história sergipana. Ela se refere aos colecionadores, aos estudiosos que citaram em seus textos os primeiros habitantes de Sergipe antes da chegada do colonizador e aos pesquisadores responsáveis pelos projetos de levantamento de sítios e as escavações. Menciona, por exemplo, que, em meados da década de 1980, a pesquisa arqueológica começou com o Projeto de Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe – PMSAS, cuja responsabilidade era de uma equipe de arqueólogos do antigo Departamento de Psicologia e Sociologia – DPS-UFS. O professor responsável por esse projeto foi o incansável Fernando Lins de Carvalho, a quem a autora chama de incentivador e orientador. O capítulo segue com muitas informações sobre as primeiras ocupações

humanas em Sergipe e, a partir do item 05, abre espaço para mencionar a criação do museu de Arqueologia do Xingó, do curso de Arqueologia e do programa de pós-graduação em Arqueologia da UFS.

O texto de Martinelli é um primoroso relato de suas pesquisas, de suas reflexões e, ao mesmo tempo, um registro de suas memórias como ótima arqueóloga. E não nos mostra somente a instigante narrativa ao apresentar os outros pesquisadores que colaboraram para o desenvolvimento da Arqueologia; ela mesma se faz presente como uma das pesquisadoras responsáveis pela formação dessa área na UFS. O leitor possivelmente identificará nesse texto a presença feminina na Arqueologia. Acreditamos que as memórias da autora levarão o leitor a pensar o papel da UFS, bem como a contribuição dessa instituição para o desenvolvimento da arqueologia brasileira, por meio do projeto Max e da criação de cursos de formação a fim de fomentar mais estudos sobre o tema.

O capítulo sete dá continuidade à discussão da temática dos povos indígenas. Diogo Francisco C. Monteiro, Kléber Rodrigues Santos e Pedro Abelardo de Santana, ex-alunos do curso de licenciatura em História da UFS, têm se debruçado sobre essa questão nos últimos anos, dando prosseguimento aos estudos já elaborados pela professora Beatriz Gois Dantas e por outros autores. É sobre essa pesquisadora que gostaríamos de falar neste momento, antes mesmo de apreciarmos o que os autores nos têm a dizer sobre os índios.

É impossível falarmos sobre essa temática sem mencionarmos Beatriz Dantas. O seu papel na salvaguarda das fontes foi pioneiro e, sobretudo, no modo como encaminhou o debate sobre os índios, nos anos de 1970 aos dias atuais, Dantas é professora aposentada da UFS, do curso de Ciências Sociais e ensinou as disciplinas ligadas à Antropologia, como Etnografia, Teoria Antropológica. Sabemos de sua importância nessa temática, pois fomos alunos dela, leitores de seus textos e, sobretudo, por termos usados muitos dos seus estudos nas aulas de História de Sergipe na Universidade. Além disso, orientamos trabalhos sobre os índios e escrevemos textos sobre o período

do inicial da formação de Sergipe, no qual os índios nunca foram silenciados. Com formação em História, Beatriz soube imprimir a ideia de que a discussão acerca dos índios não pode se dissociada do contexto histórico, das relações de poder e das questões de terras. E mais ainda: eles são parte da história, indivíduos que se adaptam e/ou sujeitos que resistem.

No texto “Debate sobre os povos indígenas no bicentenário da emancipação de Sergipe” os autores reconhecem o trabalho da professora Beatriz Dantas e são adeptos da versão de que a temática indígena não pode ser dissociada da história, tal como preconizam, há muitos anos, Dantas e outros pesquisadores. No início do texto, Monteiro, Santos e Santana afirmam: “os índios passam a ser entendidos como agentes ativos no processo de construção de sua própria historicidade”. Além disso, usam a categoria protagonismo da História e exemplificam essa ação destacando o sujeito Inocêncio Pires. Saber quem é esse protagonista é o desafio que lançamos para o leitor, assim como aquilo que os autores chamam de “litígios judiciais” entre os Xokó e a família Brito e também o engajamento de muitas instituições, como a Universidade Federal de Sergipe.

O último texto desta coletânea é de autoria de Magno Francisco de Jesus Santos, atualmente professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Magno foi aluno do curso de História da UFS e participou e várias atividades do grupo de pesquisa GPCIR. No início do seu texto ele aponta quando começou o seu interesse pela temática da religiosidade e cita sua experiência como aluno da graduação imerso nas aulas da professora Verônica. Num texto muito bem escrito, esse pesquisador nos remete a São Cristóvão, primeira capital sergipana.

Esses textos foram selecionados para fazer parte deste nosso livro. Existem outros, que serão publicados em breve.

Que Clio chegue aos diversos lugares fora dos muros da universidade - como apregoa a História Pública. Que ela alcance o Brasil e o estrangeiro, fazendo com que mais gente conheça o passado ser-

gipano, como desejou Felisbello Freire. Em tempos virtuais, a velocidade da informação é surpreendente e, desse modo, nosso tempo é diferente daquele vivido por Freire. Palestras em forma de lives (e gravadas), livros nos formatos impresso e digital propagam as novas pesquisas e dão visibilidade aos novos pesquisadores. Clio se lança, portanto, a mares dantes não navegados.

Também chegue Clio a nossos mares. Fico surpreso com a quantidade de sergipanos que ainda não conhecem a sua história e ou não a valorizam.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS: CENTRALIDADES E PERIFERIAS, O CASO DE SERGIPE D'EL REY



MARIA DE DEUS BEITES MANSO

“Tornar Sergipe conhecido do paiz e do estrangeiro foi a causa que me levou a escrever sua historia” (FREIRE, 1891, VII).

I

Apropriando-me das palavras de Felisbello Freire, partilho da ideia de que ainda há muito a investigar sobre a História do Brasil, particularmente sobre as regiões mais afastadas dos grandes centros políticos e económicos, da costa e dos “sertões”, isto é, regiões pensadas como “periferias do império português”¹. O interior do continente americano, e também do africano, tem sido pouco abordado enquanto espaço integrado no Mundo Atlântico e, menos ainda, conectado ao âmbito do Império Português, particularmente no decorrer ainda do século XVI. Até há pouco tempo avaliava-se o assunto através do sistema do “comércio triangular”² ou a “história de ciclos económi-

-
- 1 RUSSEL-WOOD, A.J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro,1500-1808”, *Revista Brasileira de História* On-line version ISSN 1806-9347 Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>, usa o conceito para falar sobre o contexto do Brasil colonial: metrópole/colónia e interc olónia e explica como gradualmente o Brasil caminhou para a autonomia e na pág. 33 fala do acesso a regiões menos acessíveis, fora dos povoamentos nucleares, nas duas últimas décadas do século XVI e o século XVII por diversos colonos portugueses.
 - 2 Comércio feito entre Europa, África e América, excluindo praticamente as relações com a Ásia. Embora algumas rotas tenham tido uma dinâmica própria como é o caso do comércio entre Europa, América e África ou até as relações comerciais entre os mercados brasileiros e africanos, a dinâmica ultramarina colocava em contacto todos os que circulavam por um império que era formal, mas também um império infor-

cos”³ (e ainda hoje há quem defenda esta abordagem). Porém, se pensarmos o tema dentro da problemática da história conectada e/ou da circularidade temos de reconhecer um império ligado, onde não faz sentido falar de centros, de “sertões”⁴ e/ou de regiões periféricas. Pois todos os espaços se conectam, se ligam e sustentam mutuamente, são o fundamento do Império Português⁵. Isto é, o mundo estava ligado, estava conectado e todas as regiões tinham a sua importância — ou vão adquirindo — na construção do Império Português⁶.

-
- mal. Como aqui falamos de Brasil colonial, para uma informação mais particular a respeito das relações entre o Brasil e Angolaver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2011.
- 3 Análise fundamentada em épocas sucessivas, cada uma das quais estruturada em torno de um núcleo que é formado por um produto dominante. Hoje, sabemos que houve a coexistência de diversos produtos e alguns deles marcaram em simultâneo o comércio, por exemplo, o comércio do açúcar, escravos ou do ouro.
 - 4 É difícil definir o conceito sertão, o seu significado é polissêmico. Aqui, tomo-o como um espaço mais periférico face ao Salvador, particularmente ao porto de Salvador. Sobre o conceito “Sertão”, entre outros estudos ler: MARQUES, Alexandre Bettincourt. *No “Coração das Terras”: Os Sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império Português (1750-1808)*, Universidade de Évora, 2019; BLUTEAU, Raphael. *Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. v.7, p. 613*, NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sertão Recôndito, polissêmico e controvertido”. In: KURY, Lorelai Brilhante (org.). *Sertões Adentro: Viagens nas Caatingas, séculos XVI a XIX. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2012. p. 14-57*. NEVES, Erivaldo Fagundes de. *Introdução*. In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Editora Arcádia, 2007.
 - 5 BOXER, Charles, *Império Colonial Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1977. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a economia mundial*. 2. ed. 3 vol., Lisboa, Presença, 1981-1982. RUSSELL-WOOD, Anthony John R., *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998; RUSSELL-WOOD, Anthony John R., *Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”*. História, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009. No que diz respeito à importância que o porto de Salvador tinha na conexão do império, explorando a Carreira da Índia e igualmente para a rota do Atlântico, ler: Lais Viena de Souza, *Missionários do corpo e da alma Assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622)*, Doutorado em História, Universidade de Évora, 2018.
 - 6 GRUZINSK, Serge. “Os Mundos Misturados da Monarquia Católica e Outras Connected Histories.” *Topoi*2, 2 (2001): 175-96; GRUZINSK, Serge. *As Quatro Partes do Mundo: História de uma Mundialização*. Tradução por Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. São Paulo: EDUSP/EUFMG, 2014; RUSSELL-WOOD, Anthony John. *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América 1415-1808*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1998. *Memória e Sociedade*; SUBRAHMANYAM, Sanjay.

II

Até ao século XV, a Europa (o mundo) pouco ou nada sabia a respeito da configuração do Universo. As viagens que se realizam ao longo do século XV vão contribuir para o avanço científico, registar uma nova cartografia, derrubando velhos mitos e, simultaneamente, fortalecer a monarquia lusa (monarquias ibéricas), conduzindo a disputas pela posse dos espaços agora “descobertos” ou conquistados, tal como pelo domínio dos oceanos (as viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral alteram o sistema mercantil), isto é, o monopólio das rotas oceânicas, divididas entre Portugal e Espanha, através do Tratado de Tordesilhas (1494). Por exemplo, o rei D. Manuel I centrou a sua ação no Índico e nas especiarias. Mas, era também um império de cruzada, de exigência da conversão dos povos descobertos ou conquistados para o Cristianismo. THOMAZ, 2009, 15-37).

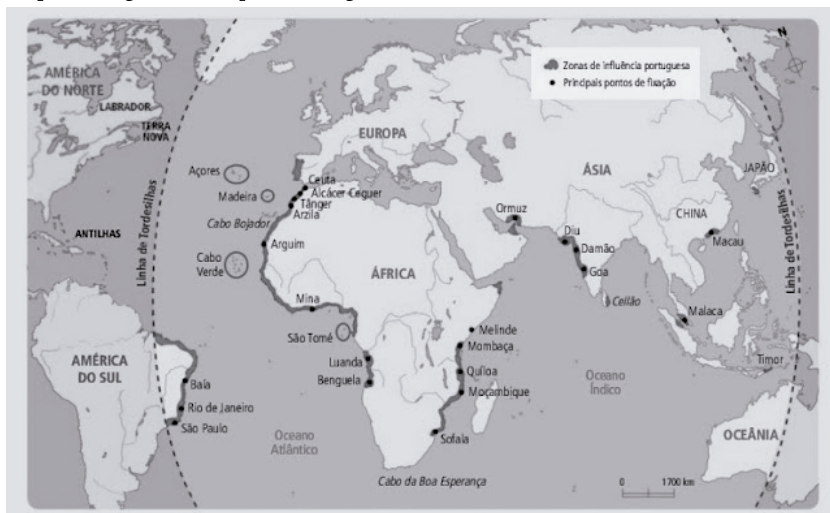
O Império português, iniciado em 1415 com a conquista de Ceuta e que se prolongou até 2002, com a independência de Timor-Leste, estruturou-se de diferentes formas⁷. As sociedades/culturas em contacto eram diferentes e, por isso, exigia-se grande capacidade de adaptação aos espaços. Tratava-se de um império disperso, heterogêneo, composto por dependências de natureza diferentes, obedecendo a distintos modos de governo e de negociação. Foi também um império que se formou numa estreita colaboração entre a Coroa e a Igreja, sem esquecermos, obviamente, a participação de toda a sociedade portuguesa, dos povos indígenas, asiáticos e dos escravos oriundos de muitas partes do mundo. Se no Oriente, por exemplo, se estabelecem alianças comos reis locais, também ao mesmo tempo se fez guerra e se procede a conquistas, como foi Goa (1510) ou Malaca (1511). O Império

Impérios em Concorrência: Histórias Conectadas nos Séculos XVI e XVII. Tradução por Marta Amaral. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

7 Tecnicamente o Império colonial Português terminou em 2 de maio de 2002, data da atribuição de Timor-Leste, dado que, devido à ocupação da Indonésia (1975-1999), Portugal continuava a ter jurisdição sobre Timor-Leste.

Português no século XVI foi um império disperso, litorâneo, assente em feitorias e fortalezas, tratados, etc. A sua dispersão, a pouca população portuguesa-europeia e as dificuldades e perigos nas viagens por terra, dificultavam a entrada pelo interior dos continentes:

Mapa 1 - Geografia do Império Português. 2017.



Fonte: Disponível em: <<http://histgeo6.blogspot.com/2017/10/geografia-do-imperio-portugues.html>>. Acesso em: 14 mar. de 2020.

O Brasil aonde os portugueses chegaram em 1500, só a partir de 1534, atraiu a atenção da coroa lusa. Até aí, os interesses régios centraram-se no Oriente: comércio e missionação, e a reconversão das cristandades que por lá se encontraram, os cristãos de São Tomé. Aqui, já havia uma sociedade organizada, uma economia estruturada, um comércio inter-regional importante que se ambicionava interceptar e dominar, anseio que nunca se conseguiu concretizar. Por tudo isto o continente americano — o Brasil — não chamou à atenção da Coroa portuguesa aquando da sua “descoberta”, em 1500. Só quando o império do Oriente entra em crise e o medo de que outros países europeus viessem ocupar este espaço, obriga D. João III a iniciar a colonização, a partir de 1534.

Aqui, existia uma sociedade culturalmente muito diferente de outras regiões onde Portugal já se tinha estabelecido ou por onde circulava. No Brasil impôs-se um modelo de governo, já ensaiado na Madeira, as capitanias-donatárias, facto que representou um aprofundamento da política imperial portuguesa, com o objetivo do domínio das populações nativas, e, certamente, também houve espaço para a negociação: conquistador/conquistado. O “índio” também negociou, também foi peça fundamental na colonização — foi um sujeito histórico ativo. Num primeiro momento, a economia centra-se no pau-brasil, madeira que interessava às indústrias tintureiras europeias e em outros produtos que a terra produzia/oferecia; e de seguida procedeu-se à introdução da cana de açúcar, produto que através da produção nas ilhas da Madeira e de São Tomé e Príncipe, ambas espaços desabitados, à exceção de Bioko que tinha população bantu, já tinha projetado a economia portuguesa no mercado europeu.

Mapa 2 - Arquipélago da Madeira.



Mapa 3 - África.

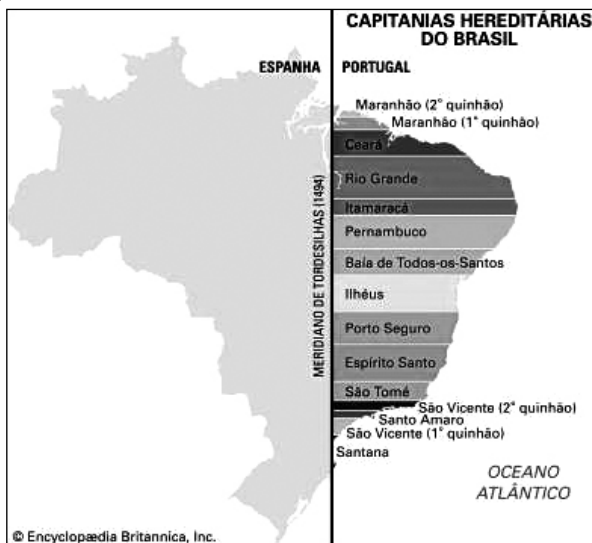


Fonte: Disponível em: <<https://sites.google.com/site/uptdescobrir/descoberta-das-ilhas-atlanticas>>. Acesso em: 14 mar. de 2020.

Fonte: Disponível em: <http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3.php>. Acesso em: 14 mar. de 2020.

Com o modelo de colonização usado no Brasil, a capitania-donatária, criou-se a Capitania da Bahia de Todos-os-Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho, em 1534, onde estavam inseridas as terras de Sergipe d’El Rey. À morte de Francisco Pereira Coutinho, sucedeu seu filho Manuel que, por circunstâncias diversas, cedeu 50 léguas à Coroa. O modelo de capitania imposto no Brasil, terminou e deu lugar ao Governo-geral, em 1549. Nesse ano, a Coroa Portuguesa enviou Tomé de Sousa para ocupar o cargo de governador, que de imediato e como primeira ação promove a construção de Salvador, elevando-a, logo em 1549, a “capital do Brasil”, devido à sua localização geográfica, estatuto ocupado por 200 anos.

Mapa 4 - Capitânias Hereditárias no Brasil.

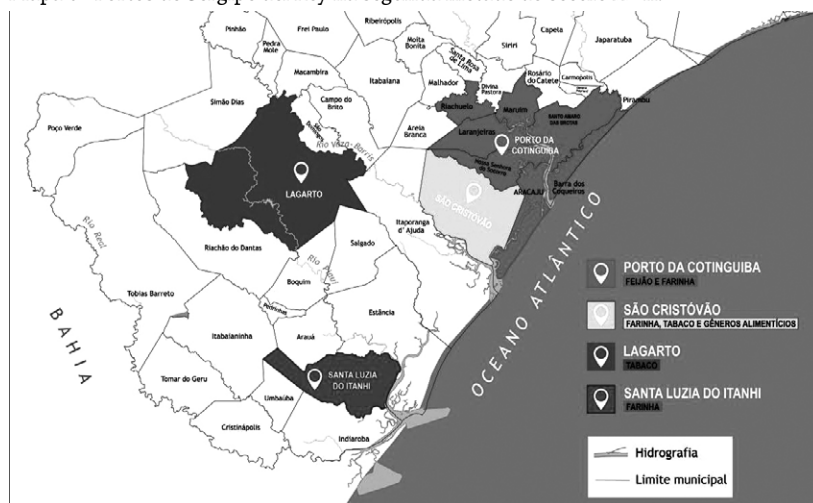


Fonte: Disponível em: < <https://escola.britannica.com.br/artigo/capitania/483156>>. Acesso em: 14 mar. de 2020.

Embora, Sergipe estivesse mais afastada do “grande litoral”, do grande porto de Salvador, tinha matas e rios, como era, por exemplo, a mata da Ibura e o Rio São Francisco, Vaza-Barriz e Real. Inicialmente, a região de Sergipe oferecia igualmente boas pastagens,

na colonização por todo o Império Português. No Brasil, através da criação dos aldeamentos, controlavam a população indígena, teoricamente evitando a sua escravização e, pelo facto, tornaram-se numa oposição à chegada de outros poderes que por aqui se queriam instalar, como foi Garcia D'Ávila¹⁰. As desavenças surgidas entre os inacianos e os que procuravam conquistar terras para obter mão-de-obra e pasto para o gado, levou à saída da ordem dando início a uma guerra, a *Guerra Justa*, um mecanismo legal, usado pelos colonos para a obtenção de mão-de-obra, justificada pela necessidade da propagação da fé cristã aos povos bárbaros e, neste caso, os “índios” eram acusados de pegarem em armas contra os portugueses¹¹.

Mapa 6 - Portos de Sergipe del Rey na segunda metade do século XVII.

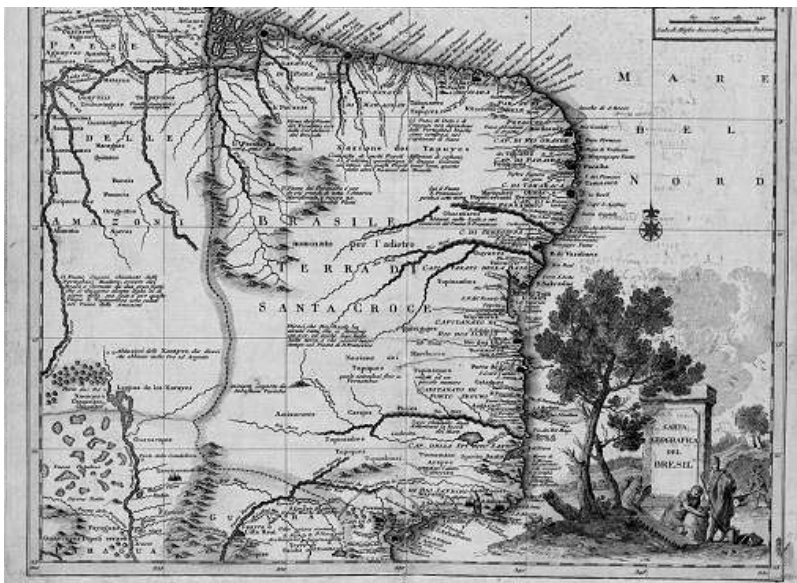


Fonte: Modificado a partir de ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868 (APUD SIQUEIRA, 2016, 64)

História da Companhia de Jesus em Portugal, Lisboa, Parsifal, 2016.

- 10 Sobre o tema ler: SIQUEIRA, Luís, *Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743)*, Doutoramento em História Social, Salvador, 2016; BAN-DEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. Da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- 11 DANTAS, Beatriz Góis, *Textos para a História de Sergipe* Editor, Universidade Federal de Sergipe, 1991, p. 10. PIRES, Maria Idalina da Cruz, *Guerra dos Bárbaros. Resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*. Recife: Fundarp/Cepe, 1990.

Mapa 7 - ALBRIZZI, Giovanni Battista. Carta Geografica del Brésil. [ca.1740]. 1 mapa, 33 x 42,3 cm em f. 35,7 x 45,6.



Fonte: Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/1195/>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

III

O ano de **1580 foi um marco na política portuguesa** como diria o famigerado historiador português Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), foi um ano de chegada e não de partida, como resposta a todos os que queriam ver o início da crise com a chegada dos Filipes, a União Ibérica, que duraria sessenta anos (GODINHO 1978, 381). Filipe II de Espanha torna-se rei de Portugal como Filipe I. Este acontecimento teve repercussões internas e também a nível ultramarino. A disputa europeia pela posse dos territórios ultramarinos lusos, era já anterior à chegada dos Filipes, mas agora a união ibérica fez com que alguns países europeus acentuassem os ataques, ou atacassem pela primeira vez, as possessões ultramarinas portuguesas.

A França, a Holanda e outros países europeus, desde sempre colocaram em causa o Tratado de Tordesilhas (1494). Por exemplo, os

franceses tentaram estabelecer alianças com os povos indígenas e ainda fundaram a chamada França Antártica, onde quiseram introduzir o protestantismo (1555-1560). Esta incursão falhou, mas no século XVII, na região nordeste, na cidade de São Luís (atual capital do Maranhão) fundaram, em 1612, a chamada França Equinocial (1612-1615; 1626; 1635; 1674). E outros episódios poderiam ser narrados.

A Holanda na sequência da luta política que travava com Espanha em prol da sua independência política, tentou atacar e permanecer ativa nas atividades comerciais no Brasil, principalmente controlar o comércio do açúcar. A ocupação holandesa nas capitanias do Norte brasileiro centra-se em dois episódios: a conquista de Salvador (1624-1625) e a invasão de Pernambuco (1630-1654). Sergipe foi igualmente invadida pelos holandeses, tendo sofrido nos anos de 1637 a 1648 uma desestruturação econômica, social e militar¹². Esta guerra só terminou com a expulsão em 1654, já depois da Restauração/fim da União Ibérica. Só nesta época, Sergipe se afirmara como “região estratégica e complementar do Brasil colonial contribuindo com o abastecimento, com o comércio interno das capitanias limítrofes e com a defesa dos limites territoriais, dinamizando, assim, as relações econômicas” (SIQUEIRA, 2016, 44). A atenção sobre Sergipe acentuou, também, com o desejo de encontrar ouro, prata e pedras preciosas.

O ano de 1590 foi um marco para Sergipe. Em pleno domínio filipino, Sergipe constituiu-se como capitania independente, com estatuto de natureza real ou da Coroa, sendo construída a povoação de São Cristóvão¹³. Assim, permaneceu como capitania independente até 1763, quando o Marquês de Pombal (1699-1782) transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro¹⁴. A partir de 1763, Sergipe foi anexado à Capitania Geral da Bahia, perdendo o estatuto de ca-

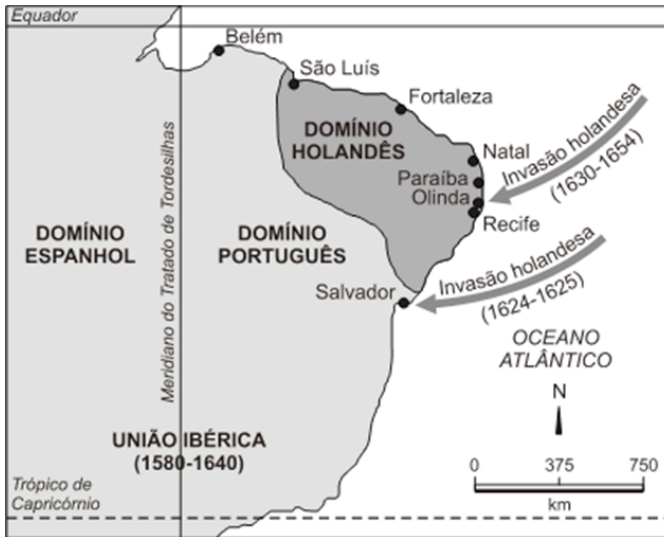
12 Ver: BOXER, Charles Ralph. *Os Holandeses no Brasil, 1624-1654*. Brasileira: São Paulo, 1961; BARLÊU, Gaspar, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, São Paulo, 1974. A União ibérica também trouxe espanhóis até Sergipe.

13 PRADO, Ivo do. *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias*: <https://archive.org/details/capitaniadesergi00praduoft/page/n6/mode/2up>

14 SANTOS, Anderson Pereira dos, *Os Afortunados do Ultramar: Riqueza e Distinção na*

pitania real. Este reordenamento retirou igualmente poder à Bahia. No entanto as regiões mais afastadas de Salvador desenvolveram a produção da cana-de-açúcar, permitindo que ganhassem destaque no domínio das exportações. Assim, Sergipe, embora perdendo alguma autonomia, lucrava com o seu crescimento económico (JUNIOR, 2003, 170; SCHWARTZ, 1988, 344). A sua submissão à Bahia permaneceu até 8 de julho de 1820, data da independência de Sergipe, centenário que este ano se comemora¹⁵.

Mapa 8 - O Brasil Holandês.



Fonte: In: VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História para o Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2008. p. 188-189. (adaptado). Disponível em: < <https://www.stoodi.com.br/exercicios/ufsm/2013/questao/ufsm-2013-analise-o-mapa-e-o-texto-os-dominios/>>. Acesso em: 14 mar. de 2020.

Cidade de Sergipe De El Rei (1750-1808), Tese Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p. 47, afirma que a colonização teve quatro fases diferentes, decorrentes de factos políticos e sociais: a primeira de 1590 a 1663 - povoamento inicial, a segunda de 1663 a 1698 - fase de repovoamento, a terceira de 1698 a 1753 - fase autóctone, e a quarta de 1753 a 1808 - fase alóctone.

- 15 ANTONIO, Edna Maria Matos. "A independência do solo que habitamos": *poder, autonomia cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831)*, Tese de (Doutorado em História, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, UNESP, 2011.

Que importância representa Sergipe no seio do Brasil colonial e do Império Português?

No final do século XVI assistiu-se a um constante movimento português em direção ao norte, de Salvador/Bahia para São Cristóvão/Sergipe e norte de Pernambuco. Gradualmente vão surgindo vilas e estas não podem ser olhadas como meros centros locais ou regionais, mas espaços que fortaleciam a dinâmica colonial. Sergipe possuía grandes rebanhos, mão-de-obra, tabaco, entre outros produtos, para o abastecimento interno e externo do Brasil. Tinha igualmente díizimos e rendas importantes para o Erário Régio. Era um ponto estratégico que servia como fortaleza/forte que dificultava a invasão pelo norte em relação a Bahia, era um centro de vigilância, tanto para avistar inimigos como para impedir as fugas de prisioneiros e soldados, contrabando e outros desvios. Sergipe constituía identicamente um elo de ligação inter capitânias e era um espaço ao alcance dos “soldados de fortuna”, militares experientes, mas sem qualidade de nascimento¹⁶. As suas riquezas serviam ainda um mercado global que se conectava através de Salvador com diferentes portos mundiais¹⁷. Do “sertão”, deste interior, provinham riquezas e, ao mesmo tempo, entravam produtos de originários de muitas partes do mundo. Esta importância comercial manteve-se após a anexação de Sergipe pela Bahia, em 1763.

Pelo acima exposto, e no âmbito de uma nova história que se quer afastar do estudo apenas dos designados “grandes centros”, como era Salvador ou o Rio de Janeiro, temos de entender Sergipe como um espaço central e importante na construção da globalização que

16 FARIAS, Sheyla, *Nas teias da Fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFCH/UFBA, Salvador; FLORY, Rae, *Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*, Tese de doutorado, Austin: University of Texas, 1978. MASCARENHAS, Maria José Rapassi, *Fortunas coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)*, Tese Doutorado em História Econômica, Faculdade Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

17 LAPA, José Roberto Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, 2000. Ed. fac-Similada. Estudos Históricos, 42.

se afirmou nesta época histórica. Sergipe (e outros “sertões”) no período colonial produziu açúcar, courama, algodão, tabaco, ofereceu mão-de-obra indígena e traficou escravos¹⁸, tudo produtos de grande relevo nas economias-mundo e não apenas de valor local¹⁹. Por isso, os estudos que hoje vierem a ser feitos sobre Sergipe devem ter em atenção a sua importância num contexto global e não numa história local. Sergipe, e outras regiões menos litorâneas, foram igualmente espaços centrais na construção do que podemos designar por globalização, a primeira grande globalização da era moderna.²⁰

A par da dinâmica social e económica que ostentou e pelo palco social que oferecia alguns grupos da sociedade, criou condições para que, dois anos antes da independência do Brasil, a 8 de julho de 1820, o rei D. João VI, assinasse o decreto da emancipação de Sergipe face à Bahia, nomeando Carlos César Burlamarqui como o primeiro governador do Estado. Uma parte da elite local não aceitou Burla-

18 Cf. DANTAS, Beatriz Góis, “Missão Indígena do Geru”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 29, pp. 65-87, 1983. SOUSA, Antônio Lindvaldo, “Um missionário do colégio Piratininga (SP) em missões na Bahia e Sergipe no final do século XVI”, *IV Congresso Internacional de História*, 2009. v. 01. p. 2977-2987. Para além da mão de obra indígena, havia negros: Joceneide Cunha dos Santos, negros(as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835), Salvador, 2014. No caso de Sergipe e outras capitanias do norte do Brasil o gado também ganhou relevância, André João Antonil chegado ao Brasil, em 1681; ANTONIL, André João, 1650-1721. Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da’ ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837. p. 198. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acesso em: 3. abr. 2018. Nota: O original foi “Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslanderina com as licenças necessarias, no anno de 1711”.

19 Um outro dado a salientar é referente ao património material que ainda hoje se ostenta na paisagem, por vezes, mal preservado. Tal património mostra a importância económico-social que este território teve ao longo dos tempos, reforçando a sua importância face à Bahia e no âmbito do Brasil colonial.

20 Cf. RUSSEL-WOOD, “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”, *Revista Brasileira de História*; Serge Gruzinski, “Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories”, *Topoi*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 175-195; GRUNZINSKI, Serge. A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 18. SUBRAHMANYAM, Saanjay, *Em Busca das Origens da História Global* <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/66005>

márqui, sobretudo a mais ligada à Bahia e, só em 1823, D. Pedro I reconheceu e reafirmou o decreto de 8 de julho de 1820. Que razões, mais próximas, pesaram para um sentimento de emancipação? Certamente são diversas: internas e externas. A capitania já havia sido autônoma até 1763, época em que foi anexada à Bahia e muitos dos seus moradores acalentam o desejo da emancipação face à Bahia e quiçá uma comunicação direta com a Coroa, mas esta por sua vez, também podia ver na emancipação um maior controle do território.

A ajuda na vitória que os sergipanos ofereceram à Corte Portuguesa na Revolução Pernambucana que eclodiu a 6 de março de 1817, igualmente conhecida como Revolução dos Padres, movimento de caráter liberal e republicano com ambições separatistas, tem sido apontada como a causa imediata para a assinatura do decreto da sua emancipação. Neste sentido, seríamos levados a pensar que os movimentos liberais e anti absolutistas não colhiam adeptos na sociedade sergipana. Mas todas as sociedades são heterogêneas e movem-se por interesses diversos e, pelo facto, não podemos afastar a conjectura de que aqui circulavam ideias liberais e anti absolutistas que contribuíram para acalentar um desejo independentista, ainda que neste caso, seja face à Bahia. Os ideais de emancipação de Sergipe têm de ser inseridos no contexto dos ideais que posteriormente levaram à independência do Brasil, em 1822, assim como, da vaga de independências que se já se viviam há algum tempo pelo continente americano.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575 - 1885)**, Rio de Janeiro, 1891.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “1580 e a Restauração”. In: **Ensaios**, II, 2ª ed., Lisboa, 1978.

JUNIOR, Fernando Afonso Ferreira. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas (Sergipe del Rey na crise do antigo sistema colonial -1763-1823)**,

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, UNICAMP, 2003.

SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os Afortunados do Ultramar**: Riqueza e Distinção na Cidade de Sergipe De El Rei (1750-1808), Tese Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos - Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835**. Trad., São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SIQUEIRA, Luís. **Homens de mando e de guerra**: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743). Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2016.

SOUSA, Antonio Lindvaldo. Os Jesuítas na perspectiva da Historiografia sergipana; A Colonização de Sergipe: Histórias; O Mundo dos Jesuítas – parte 01; O Mundo dos Jesuítas – parte 02; A Carta de Tolosa como documento histórico: Reflexão 01; Carta de Toloza – parte 2; Parte de Tolosa – final. In: **Temas de História de Sergipe I**. São Cristóvão: CESAD/UFS, 2007, p. 89-180.

_____. Lourenço, um missionário jesuíta em missões na Bahia e Sergipe n final do século XVI. In: BEZERRA, Cícero Cunha. **Estudos sobre Religião**. Aracaju: Editora Criação, 2009, p.343-355.

_____. Núcleos de Povoamento e a expansão da cristandade na América Portuguesa no século XVI: O caso de Sergipe Del Rey. In: **O Pulso de Clío: Religiosidade, Cultura e Identidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012, p. 15-30.

THOMAZ, Luis Filipe, “D. Manuel, a Índia e o Brasil”. **Revista de História**. 161 2009.

SOB A SOMBRA DO CAPITÃO: AÇÕES DE SUJEITOS A SERVIÇO DA COLONIZAÇÃO DE SERGIPE DEL REY



ANDREZA SILVA MATTOS

É comum encontrarmos nos livros de História que Cristóvão de Barros foi o conquistador de Sergipe. Mas, ao narrar o processo de colonização, no final de 1589, Frey Vicente Salvador nos informou que o Capitão da expedição, Cristóvão de Barros, havia nomeado alguns soldados para conquistar as terras para além do rio Real, fazendo “capitão da vanguarda a *Antônio Fernandes* e da retaguarda a *Sebastião de Faria* e, (...), mandou primeiro pelo sertão *Rodrigo Martins* com *Álvaro Rodrigues*, seu irmão, com cento e cinquenta homens brancos e mamelucos e mil índios, (...)” (1918, p. 334, grifo nosso). Essa é uma informação que nos leva a indagar: quem são esses homens que foram ao sertão? Quais as suas contribuições? Quais recompensas receberam? Para responder a tais questões, tomaremos como fontes os escritos de cronistas, processos oriundos da Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia, em 1591, e as cartas de sesmarias doadas após a conquista do território. Trabalharemos na perspectiva da História Cultural, situando a análise no campo temático da “história das crenças: circularidades e hibridismos culturais”. Neste direcionamento, faremos uso de recursos da micro-história italiana, entendida aqui como uma abordagem que nos possibilitará conhecer o passado, através de vários indícios, sinais e possibilidades. O recorte temporal compreenderá o período entre 1589 e 1595, por nos dar as informações concernentes ao nosso propósito.

I. SOB A SOMBRA DO CAPITÃO

No governo de Luís de Brito, entre 1572 e 1578, houve um deslocamento de interesse no Recôncavo baiano, do litoral para o interior em direção ao norte, seguindo a margem direita do rio São Francisco, onde atualmente é o território sergipano. Esse interior era referenciado, neste final de século, como sertão, indicando uma oposição ao litoral. Seguindo essa concepção, alguns soldados, que foram para além do rio Real, cognominaram a região como sertão de Sergipe “novo” para diferenciá-lo de Sergipe do Conde, engenho localizado no Recôncavo Baiano (ANTT, IL, Proc. n° 13.098).

Foi neste governo, precisamente em novembro de 1575, que se deu início ao processo de ocupação do território sergipano com as missões evangelizadoras dos jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio, as quais não obtiveram sucesso. A ocupação foi efetivada somente em janeiro de 1590, quando o capitão Cristóvão de Barros venceu a guerra contra os nativos da região, quando Portugal estava sendo governado por Felipe II, rei da Espanha.

Mas quem foi Cristóvão de Barros? Essa indagação foi respondida, entre outras pesquisas, por Francisco José Alves e Amâncio Cardoso em artigo intitulado “Um perfil de Cristóvão de Barros, o Conquistador de Sergipe” (2013). Os autores apresentaram considerações para além do título de conquistador militar, projetando Cristóvão de Barros como protagonista de feitos da nossa história que atuou no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e Pernambuco.

Para a ocupação das terras do atual estado de Sergipe, Cristóvão de Barros dividiu a expedição em agrupamentos:

Fez capitão da vanguarda a *Antônio Fernandes* e da retaguarda a *Sebastião de Faria* e, determinando ir ao longo do mar, mandou primeiro pelo sertão *Rodrigo Martins* com *Álvaro Rodrigues*, seu irmão, com *cento e cinquenta homens brancos e mamelucos e mil índios*, para que levassem todos os tapuias que de

caminho pudessem em sua ajuda, como de feito levaram perto de três mil frecheiros (SALVADOR, 1918, p. 334, grifo nosso).¹

Se sobre o Capitão Cristóvão de Barros as fontes informam que os dados são “magros”, o que dizer dos outros sujeitos que atuaram nessa expedição e que ficaram relegados a um segundo plano, sob a sombra do Capitão? Insere-se, nesse contexto, a proposta de nossa pesquisa: esmiuçar aspectos da trajetória dos dois capitães que foram pelo sertão: Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues – os irmãos da Cachoeira. Por não haver espaço necessário, deixaremos os aspectos das trajetórias de Antônio Fernandes (capitão da vanguarda) e de Sebastião de Faria (capitão da retaguarda) para uma próxima publicação.

O que fizeram os irmãos da Cachoeira no sertão, além de lutar contra os gentios? E quando findada a guerra, qual a recompensa recebida por tamanho desempenho? As recompensas, possivelmente, viriam ao fim da guerra que fora considerada “justa”, cuja autorização ocorreu em 1588, pelo “artigo 16 do regimento de Francisco Giraldes” (SALVADOR, 1918, p. 246).

A organização para as investidas no sertão se deu nas áreas colonizadas, dentre as quais destacamos o engenho Sergipe do Conde, no Recôncavo da Bahia, que pertenceu ao Conde de Linhares, casado com dona Felipa de Sá, filha do terceiro Governador Geral Mem de Sá. Esse engenho, que estava entre os trinta e seis descritos por Gabriel Soares de Sousa, era produtor de açúcar, atendendo às demandas do comércio europeu.

De posse da autorização e imbuído de motivações², Cristóvão de Barros formou seu agrupamento e o conduziu para a Casa da Torre,³ de propriedade de Garcia D’Ávila que estava localizada em Tatuapa-

1 A expressão “frecheiros” refere-se aos índios, com destaque ao uso da flecha.

2 Segundo Frei Vicente Salvador, uma das motivações de Cristóvão de Barros era “vingar a morte do pai Antônio Cardoso de Barros” (1918, p. 334), o qual havia sido morto pelos índios caetés, em Cururipe, a seis léguas do São Francisco, depois que sua embarcação naufragou quando estava indo para o reino com o primeiro bispo desta Bahia, D. Pero Fernandes Sardinha.

3 Localizada na atual praia do Forte, no município de Mata do São João, norte da Bahia.

ra – “enseada onde se mete um riacho deste nome no qual entram caravelões da costa com preamar” (SOUSA, 1987, p. 70).

Na Casa da Torre, havia grandes edifícios de casas de sua vivenda e “criações de vacas e éguas, e terá alguns dez currais por esta terra adiante” (SOUSA, 1987, p. 70). E por toda estrutura arquitetônica e pela proximidade com o rio Real, tornou-se a “base da expedição – porto e abrigo” (CALMON, 1983, p. 30). Um lugar de apoio que centralizou “as atividades sertanistas e pastoris no rumo dos Rios Itapicuru, Real e São Francisco” (CALMON, 1939, p. 306).

Foi nesta base militar onde Cristóvão de Barros computou “3.000 soldados, entre brancos, mamelucos e índios frecheiros tapuias, sendo 400 fornecidos pelas aldeias de jesuítas da Bahia e muitos colonos da Bahia e de Pernambuco” (NUNES, 1989, p. 26). Pires Wynne escreveu sobre um exército com “mais de cinco mil combatentes” (1970, p. 47). Entre os brancos, estavam Diogo Lopes Ulhoa, João de Ávila e Bernardo de Andrade, destacando-se ainda:

Damião da Mota, Calixto da Costa, Jorge Coelho, Estevão Gomes de Aguiar, Gaspar de Menezes, Antônio Gonçalves de Santana, Sebastião Dias Fragoso, Braz de Abreu, João Dias, Pero de Lomba, João Martins, Afonso Pereira, Francisco Fernandes, João Felipe, Duarte Muniz Barreto, Cristóvão Dias, Manuel Fonseca, Francisco da Silveira, Belchior Dias Moreira, Gaspar de Abreu Ferraz, Antônio Vaz Jaboatão, Armador Aguiar, Garcia d’Ávila (WYNNE, 1970, p. 47).

A essas pessoas, Maria Thetis Nunes se referenciou como “representativas da vida baiana” (NUNES, 1989, p. 26). Com o auxílio de nobres portugueses, mamelucos e índios, Cristóvão de Barros conseguiu reunir um expressivo “aparato bélico, inclusive peças de artilharia” (NUNES, 1989, p. 26). Estando com tudo pronto, chegou o momento de continuar a jornada e de delegar as responsabilidades aos quatro capitães.

Diante desse compartilhamento de responsabilidades, percebemos que a sombra refletida sobre os capitães da expedição e os de-

mais soldados pode dar espaço a uma luz, antes projetada somente em Cristóvão de Barros, uma vez que suas ações foram impulsionadas por dependências recíprocas, formando uma rede em que cada indivíduo contribuiu de modo singular para compreendermos uma totalidade, a exemplo da metáfora da “rede de tecido” utilizada por Nobert Elias:

Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (1994, p. 28, grifo nosso).

Por esses elos, encontramos sujeitos históricos que lutaram movidos por um ideal típico do homem do século XVI que envolvia ocupar terras habitadas por nativos, povoar e prosperar. Homens comuns cujas interações individuais são compreendidas “nos diferentes contextos sociais” (CERUTTI, 1998, p. 189). Contextos esses que emolduram o universo social dentro do qual os atores sociais viveram suas vidas e puseram em prática suas estratégias de sobrevivência e de interação social. Assim, entendemos que a conquista de Sergipe não pode ser compreendida nos termos de um único fio, ou seja, sob a luz da figura de Cristóvão de Barros, e sim abarcando as informações de sujeitos que mantiveram relações recíprocas, a exemplo de Rodrigo Martins, Álvaro Rodrigues, Antônio Fernandes, Sebastião de Faria e outros soldados que foram por nós identificados.

2. DOS IRMÃOS DA CACHOEIRA

Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues eram cristãos velhos, naturais da Capitania da Bahia. Moravam em uma fazenda na Freguesia da Cachoeira, sendo, por isso, identificados nos processos inquisitoriais com referência a essa localidade: os irmãos da Cachoeira.

O nome é atribuído à região devido à proximidade com as quedas d'águas presentes na cabeceira do rio Paraguaçu. Segundo Gabriel Soares de Sousa, antes de chegar à cachoeira, “está outro engenho de água mui bem acabado, o qual fez um Rodrigo Martins, mameluco, por sua conta, e de Luís de Brito de Almeida, junto do qual vivem muitos mamelucos com suas fazendas” (1987, p. 155).

As informações alusivas aos irmãos são observadas, sobretudo, no processo inquisitorial movido contra Álvaro Rodrigues porque não encontramos a confissão de Rodrigo Martins ou o processo contra ele arrolado, se é que o houve. No livro “Confissões da Bahia”, organizado por Capistrano de Abreu (1935) e depois reformulado por Ronaldo Vainfas (1997), há uma confissão pertencente a Rodrigo Martins que, por sua vez, não é o irmão de Álvaro Rodrigues.

A chegada da visitação ao Brasil marca o período em que Portugal estava sob o Domínio Filipino. A comitiva inquisitorial desembarcou na Bahia em 09 de junho de 1591, domingo da Santíssima Trindade. Estavam a esperar os novos portugueses o bispo Dom Antônio Barreiros e Cristóvão de Barros – membros da Junta Provisória. Também estiveram presentes juizes, escritvães, meirinhos, mercadores, alcaides, padres, senhores de engenho, vereadores, soldados oficiais e o povo.

Foi no decorrer dos inúmeros interrogatórios, confissões e denúncias que pudemos conhecer alguns aspectos da trajetória de Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues. Este último dissera ao Visitador que era filho de “Afonso Roiz, homem branco e de sua mulher Luzia Álvares, mameluca [...]” (ANTT, IL, Proc. nº 16.897, fl., 23).⁴

Entretanto, ao confrontarmos as declarações do processo inquisitorial com os escritos de Frei Jaboatão no seu “Catálogo Genealógico” (1889), deparamo-nos com uma contradição no que concerne à maternidade dos irmãos, a qual emergiu porque Frei Jaboatão informou que Afonso Roiz (o pai), homem branco, tinha casado no ano de

4 O sobrenome “Roiz” é uma abreviatura para “Rodrigues”, utilizado nos processos inquisitoriais. Era uma abreviação comum com a qual o notário Manoel Francisco referenciou a todos os Rodrigues sentenciados.

1534, na igreja da Ajuda, com “Madalena Alvares, filha bastarda de Caramuru” (1889, p. 140). E que desse enlace havia nascido três filhos: “Álvaro Rodrigues, Rodrigues Martins e Gaspar Rodrigues” (JABOATÃO, 1889, p. 140).

Figura 1 - Fragmento da confissão de Álvaro Rodrigues

e estando bebados não faz cota.
 4º branco disse, e perguntado por sua gene-
 losia disse ser Cristóvão velho natural
 desta capitania filho de Afonso Rodrigues
homem branco e de sua mulher Luzia Alvares
viuva mamaluca filha de Diogo Álvares
 homem branco, e de sua negra brasileira
 desta terra e não conhece mais outros
 não conhece filhos da parte de seu pai

Fonte: ANTT, IL, Proc. n.º 16.897, fl., 23.

Esbarramos nesse obstáculo sobre a maternidade de Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues. Mas o fato é que este confirma, por meio de fonte inquisitorial, que seus pais eram Afonso Rodrigues e Luzia Alvares, sendo neto de Diogo Álvares, o Caramuru, conforme se depreende da figura acima. E, embora soubesse o nome do avô, não teve a oportunidade de conhecê-lo, nem aos tios por parte do seu pai. Em contrapartida, conviveu com os tios do lado materno, ou seja, os nativos. Sobre o irmão, Gaspar Rodrigues, teceu poucas informações.

Voltando a seguir os passos da trajetória militar, iremos com os dois irmãos rumo ao rio Real, os quais levaram consigo outros “cento e tantos homens” (ANTT, IL, Proc. n.º 11. 632, fl., 01v). Pelo caminho, enfrentaram grandes perigos ao combater os gentios. Saíram na frente, pelo sertão, distanciando-se de Cristóvão de Barros. Foi então que:

Cometeram as aldeias dos inimigos que tinham por aquela parte do sertão, os quais foram fugindo até se ajuntarem todos e fazerem um corpo com que lhe resistiram e puseram em cerco mui estreito, donde mandaram quatro índios dar conta a Cristóvão de Barros do perigo em que estavam (SALVADOR, 1918, p. 334).

Ao tomar ciência do perigo que afligira o agrupamento, Cristóvão de Barros ordenou aos que o seguiam apertarem o passo, chegando ao local na “véspera da véspera do Natal, às duas horas depois do meio-dia” (SALVADOR, 1918, p. 335). Ao perceberem que os reforços haviam chegado, os índios fugiram. E no conflito, 600 foram mortos, contra 6 soldados do agrupamento de Barros (SALVADOR, 1918).

Ao término de todo o conflito, na madrugada do ano novo de 1590, os soldados permaneceram na região. O ano novo trouxera mudança. A fronteira daquele espaço que antes era chamado pelos soldados como sertão de Sergipe “novo” ou sertão do Rio Real, passou a ser referenciado por outros nomes. Vejamos: chamado de “Arraial de Sergipe”, para João Gonçalves, um soldado mameluco (ANTT, IL, Proc. n° 13.098); o “Forte de Sergipe”, para Lázaro da Cunha, outro soldado mameluco; e “Cidade de São Cristóvão”, para Cristóvão de Barros – nome dado por ele “em honra ao santo de seu nome” (FREIRE, 1995, p. 23).

Observamos, portanto, que o conceito de sertão no final do século XVI variava segundo o posicionamento social/espacial e interesse do observador, tornando-se uma categoria cultural de sentido polisêmico. Assim, a fronteira entre o que era compreendido como litoral (áreas ocupadas) ou sertão (interior ainda não ocupado), avançou para áreas ainda não ocupadas refletindo a instabilidade cultural que permeava o final do século XVI.⁵

5 Acerca da instabilidade cultural, Luiz Mott cita as diferentes formas que os homens do século XVI se referiram a Sergipe, originado do tupi “SI’RI Û PE”, que significa “curso do rio siris”. Antes de se fixar como Sergipe, o nome foi grafado de diferentes formas: “Serigipe, Serygipe, Seregipe, Serigp, Sergi, Sirigipe, Serjipe, Ciriji, Cyrigipe, Cirizipe, Cerigipe, Seregippe, Sarazipi, Serzipe” (MOTT, 2006, p. 110).

Estando naquelas paragens, além dos índios que já haviam capturado, Cristóvão de Barros ordenou a Álvaro Rodrigues que levasse seu agrupamento ao sertão próximo para “descer gentio com paz” – quem nos deu essa informação foi João Gonçalves, soldado mameluco que fez parte desse agrupamento (ANTT, IL, Proc. n° 13.098, fl., 03v).

Quando retornou para Bahia, Cristóvão de Barros deu ordem semelhante a Rodrigo Martins, solicitando-lhe que continuasse seguindo pelo sertão para apresar, com paz, os índios que fugiram durante o conflito, muitos dos quais passaram “para a outra parte do rio de S. Francisco, que é da capitania de Pernambuco” (SALVADOR, 1918, p. 339).

Em obediência à ordem recebida, Rodrigo Martins partiu. Mas não foi sozinho. Com ele seguiu Cristóvão da Rocha “que veio com quarenta homens em um caravelão” (SALVADOR, 1918, p. 339). A autorização dada ao companheiro de Rodrigo Martins foi emitida pelo novo capitão do arraial recém conquistado, Thomé da Rocha – fazendeiro opulento e que antes do término da guerra auxiliou Cristóvão de Barros levando “homens e mantimentos”, sendo por ele nomeado para povoar a região que viria a ser Sergipe Del Rey (WYNNE, 1970, p. 49).

Todavia, Rodrigo Martins e Thomé da Rocha não sabiam que o novo companheiro havia dissimulado seu real interesse na empreitada, deixando para revelá-lo depois de alguns dias de viagem, quando estavam alojados na casa de um índio chamado Tuman (WYNNE, 1970). Na casa do índio, Cristóvão da Rocha disse que não intencionava levar todos os índios com Rodrigo Martins para o arraial de Sergipe ou para a Bahia, mas que iria conduzir muitos deles para a Capitania vizinha, pois estava a serviço dos “Albuquerque de Pernambuco” (SALVADOR, 1918, p. 340).

Por não concordar com as intenções de Cristóvão da Rocha e, por estar em menor número, Rodrigo Martins resolveu abandonar a missão, ficando os engenhos do Recôncavo sem o novo abastecimento da mão de obra nativa. O soldado dissimulado seguiu viagem com

alguns indígenas aprisionados e encontrou com outro membro de seu grupo, o mameluco pernambucano Domingos Fernandes Nobre – o Tomacaúna, homem que levou a Santidade indígena do sertão para o engenho de Fernão Cabral de Ataíde, em Jaguaripe.⁶

Esse Tomacaúna, pernambucano que morava na Cidade de Salvador, era desafeto de Álvaro Rodrigues, o qual foi ao sertão de Jaguaripe, em 1585, com ordem do governador Manoel Teles Barreto por capitão de uma companhia para prender “Domingos Fernandes Tomacaúna e trazê-lo preso, porque andava com os mantenedores da idolatria no dito sertão” (DIOGO DIAS, 1591, in: DENUNCIACÕES DA BAIÁ, 1925, p. 474). Isso aconteceu antes de Tomacaúna conseguir conduzir a Santidade para Jaguaripe, o que lhe foi permitido porque Álvaro Rodrigues não cumpriu sua missão, uma vez que chegara ao sertão, uma “provisão do Governo Geral, havida a instância do dito Fernão Cabral de Ataíde, que mandava ao dito capitão se retornasse, pelo que se tornou” (DIOGO DIAS, 1591, in: DENUNCIACÕES DA BAIÁ, 1925, p. 475).

Álvaro Rodrigues e Rodrigo Martins não eram soldados circunstantiais. Eram homens com larga experiência no apresamento dos gentios pelo sertão. Até 1592, a última expedição dos irmãos tinha sido ao sertão de Sergipe “novo”. No retorno, devem ter continuado suas vidas cuidando da fazenda onde moravam, na Cachoeira (Pero-

6 A Santidade, assim a chamou os portugueses, foi um movimento indígena que incorporou elementos da cultura indígena e da religião católica. Consistia no aparecimento periódico de grandes feiticeiros, “dotados de extraordinários poder sobrenatural, os quais chamavam os indígenas de caraíbas” (CALASANS, 2012, p. 19). O chefe incitava os índios a não trabalharem, afirmando-lhes que chegaria o tempo bom no qual nunca faltaria comida, pois o alimento cresceria sozinho e as flechas iriam ao mato caçar (CARTA DO PADRE MANOEL DA NÓBREGA, 1549, in: HUE, 2006, p. 36-37). No sertão, um dos pajés, que havia sido catequizado nos aldeamentos jesuíticos, denominou-se Antônio Tamadaré e iniciou sua pregação contra os colonizadores. Suplicava suas mortes e suas escravidões. O mameluco Gonçalo Fernandes disse que os índios “tinham um ídolo de pedra que faziam suas cerimônias adoravam dizendo que vinha já o seu deus a livrá-los do cativeiro em que estavam e fazê-los senhores da gente branca, e que os brancos iriam virar seus cativos [...]” (ANTT, IL, Proc. n° 17.762, fls., 01-02). Sobre esse assunto ver: “Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe”, de José Calasans, publicado pela primeira vez em 1952; e “A Heresia dos Índios” de Ronaldo Vainfas, de 1995.

abuçu), com o irmão Gaspar Rodrigues e a tia Felipa Álvares – “filha de Caramuru, bastarda” (JABOATÃO, 1889, p. 139). No entanto, o cotidiano dessa família seria abalado com a chegada da I Visita do Santo Ofício, à Bahia, em meados de 1591.

Com toda a vivência no sertão, os dois irmãos acumularam práticas híbrido-culturais que contradiziam o catolicismo, como comer carne em dias proibidos durante a quaresma, ação pela qual muitos soldados foram processados pela Inquisição. Pesava sobre Álvaro Rodrigues e Rodrigo Martins, além da desobediência alimentar, a relação com duas mulheres, o que feria o sacramento do casamento.

A denúncia partiu do jesuíta Baltazar Miranda⁷. O jesuíta também denunciou que “ouviu dizer geralmente que dois irmãos mameucos moradores na cachoeira de Perabosu tinham mais de uma mulher e assim o consentiam fazer aos seus índios da terra” (ANTT, IL, Proc. n° 16.897, fl., 07v). Continuou suas acusações, alegando que os irmãos consentiam “matarem em terreiro o fazem outras coisas semelhantes que são usos e ritos gentílicos” (ANTT, IL, Proc. n° 16.897, fl., 08). Foram acusados ainda de terem acobertado a sodomia, praticada entre os índios de sua fazenda.

Outra acusação que pesou sobre eles fugia à alçada da Inquisição, por se tratar de um desvio moral e não de um crime contra a fé. Tratava-se do roubo (e/ou furto) de índios das terras de Antônia Fogaça, filha de Diogo Jorilha⁸.

De concreto, o visitador Heitor Furtado de Mendonça considerou na sentença apenas os delitos que envolveram as práticas gentílicas (comer a carne de bicho do mato em dias proibidos, como faziam os gentios) e proibiu o réu de retornar ao sertão, acrescentando à sentença repreensão na mesa.

7 Era natural da capitania de Ilhéus, filho de Baltazar Dias Siqueira e de Illina Furtado, já defuntos. Em agosto de 1592, tinha vinte e cinco anos e morava no Colégio da Companhia de Jesus, na Cidade de Salvador (ANTT, IL, Proc. n° 16.897).

8 Era cristão velho, natural das Montanhas de Laredo, no Reyno de Castella, filho de Fernão Zorilla de Rego Lis e de Maria Fernandez, com idade, em agosto de 1591, de sessenta e um anos, aproximadamente. Morava na cidade de Salvador.

Depois de cumprir as penitências espirituais, Álvaro Rodrigues deve ter retomado sua rotina, permanecendo longe das fontes, resurgindo em 1599, quando o encontramos a travar novas batalhas. Dessa vez, não era contra os indígenas. Os holandeses que invadiram a Bahia eram seus novos alvos.

Por todos os efeitos no sertão colonial Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues foram recompensados, por meio da carta de El-Rei de 24 de dezembro de 1607, publicada no Catálogo Genealógico de Frei Jabotão (1889). Na carta, o monarca concedeu mercê aos irmãos, tomando-os “por cavaleiros fidalgos de minha casa com 20-200rs de moradia cada um e que lhe dê brasão de armas da nobreza, conforme seus feitos” (JABOTÃO, 1889, p. 141). Essa foi uma forma pública de o monarca “reconhecer os feitos de seus súditos” (RAMINELLI, 2008, p. 21).

Além de cavaleiros fidalgos, os irmãos da Cachoeira foram agraciados com a “mercê do hábito da ordem de Aviz com 200 reis da tença a cada um e também lhe faço de quatro léguas da terra, como pareceu a dois votos do conselho da Índia os quais lhe assinará o governador do Brasil etc” (JABOATÃO, 1889, p. 141). Para dar publicidade a essa concessão valorosa, a Carta foi despachada no Livro 4 de Serviços da Câmara da Bahia, página 37, sendo assim reconhecida pelo governador do Brasil, como determinara a carta.

Eles tinham índios em suas fazendas. Eram netos de Caramuru, mas não eram nobres. Na colônia, havia dois tipos de nobreza: a natural que se assentava na linhagem, passando de pai para filho; e a civil ou política, “concedida pelo monarca” (OLIVEIRA, 1806 apud SILVA, M., 2005, p. 16). Eis que pela via política, os irmãos da Cachoeira obtiveram o título de nobreza.

Tornaram-se fidalgos pelos serviços prestados à Coroa: apresaram índios para abastecer os engenhos do Recôncavo; guerrearam para ocupar áreas antes habitadas por gentios, facilitando a travessia terrestre entre as Capitânicas da Bahia e Pernambuco, nas terras da futura Sergipe de El-Rei; foram à procura de pedras preciosas; travaram batalhas, em 1599, contra os holandeses que invadiram a Bahia.

Foram essas algumas das vicissitudes sociais dos dois homens da linha de frente da expedição de Cristóvão de Barros ao sertão de Sergipe “novo”. Sujeitos que foram, superficialmente, reconhecidos pela historiografia, assim como o foram os outros dois capitães Antônio Fernandes e Sebastião de Faria.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perscrutando os processos inquisitoriais, escritos de cronistas e cartas de sesmarias, confrontando-os com a bibliografia relativa ao tema, tivemos informações a respeito das ações cotidianas de sujeitos comuns que tiveram importantes papéis na conquista, ocupação e defesa do território que viria a ser a capitania de Sergipe.

Acreditamos na possibilidade de que as relações entre os soldados sertanistas que pertenceram a uma mesma expedição, a exemplo da expedição de Cristóvão de Barros, foram marcadas por uma rede de solidariedade. A título de exemplo, citamos uma situação que envolveu os irmãos da Cachoeira, Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues, quando estavam em apuros com seu agrupamento durante a guerra. Quando soube dos apuros pelos quais os membros daquele agrupamento passavam, Cristóvão de Barros apertou o passo e, logo, foi dar socorro a seus comandados.

Em sentido oposto, as relações de “aparente afinidade” foram desarticuladas com a chegada da comitiva inquisitorial. À medida que as denúncias e confissões iam se acumulando, os laços de amizade e parentescos foram sendo desfeitos.

Os sujeitos por nós analisados, cujas ações na conquista de Sergipe ficaram sob a sombra do capitão Cristóvão de Barros, não receberam sesmarias como recompensas. Em outros casos, as vicissitudes no sertão de Sergipe “novo” trouxeram para muitos deles uma consequência que veio “por escrito”, através dos vários processos inquisitoriais movidos contra eles durante a I Visita do Santo Ofício

à Bahia, em 1591. Ou mesmo por meio de títulos de nobreza como os recebidos pelos irmãos da Cachoeira.

Vimos que, por trás da sombra eminente do capitão Cristóvão de Barros existiram outros sujeitos que ocuparam posições estratégicas na expedição a Sergipe, cujas ações merecem ser alçadas à luz da historiografia. Foram sujeitos donos de identidades que nos ajudaram a compreender e a emoldurar aspectos do cotidiano no Recôncavo baiano e nas áreas do interior habitadas por indígenas, e por isso, consideradas sertão.

Em suma, o processo de ocupação do sertão de Sergipe “novo” não pode ser compreendido apenas sob as ações de Cristóvão de Barros, o qual tivera, de sobremaneira, grandes feitos – isso é fato. No entanto, devemos abrir os horizontes para percebermos que o renomado Capitão não agiu isoladamente. Suas ações originaram uma rede interligada por relações recíprocas, formando uma ligação de fios individuais que envolveram outros sujeitos movidos por um ideal cultural que impulsionou o povoamento nas áreas do interior no final do século XVI.

REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Inquisição de Lisboa. Processos: 11.061 (Gaspar Rodrigues), 11.068 (Lázaro da Cunha), 13.098 (João Gonçalves), 16.897 (Álvaro Rodrigues) e 17.762 (Gonçalo Fernandes).

ASSIS, Ângelo Adriano Farias de. **Macabeias da Colônia: criptojudaísmo feminino na Bahia**. São Paulo: Alameda, 2012. 410p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

_____. NBR 10520: informação e documentação – citações em documento – apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

CALASANS, José. **Fernão Cabral de Ataíde e a santidade de Jaguaripe**. Salvador: EDUNEB, 2012. 69p.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. 3 ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983, p. 23-57.

_____. **História do Brasil – As origens**. 1v. Série 5. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. 406p. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-do-brasil-as-origens-1500-1600/pagina/9/texto>, Acesso em: 02 de maio de 2014.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: Jacques Revel (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil: Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos**. 3 ed. Rio de Janeiro: 2011. 406p.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. De Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. 201p.

_____. Introdução à Sociologia. Edições 70, Lisboa, 1999.

FERNANDES, Dirce Lorimier. **A Inquisição na América durante a União Ibérica (1580-1640)**. São Paulo: Arké, 2004. 199p.

FREIRE, Felisbelo Firmo de O. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/Secretaria de Estado da Cultura/FUNDEPAH, 1995. 118p.

_____. **Felisbelo Firmo de O. História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil. Ensaio da interpretação a partir do povo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 442p.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-179.

HUE, Sheila Moura (Org.). **Cartas do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 147p.

JABOTÃO, Frei Antônio de Santa Maria. “Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e Caramurus na Bahia...” (1768). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico

co Brasileiro. Rio de Janeiro: 1889. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 52. 509p.

MOTT, Luiz. **A Inquisição em Sergipe: do século XVI ao XIX**. Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 1989. 256p

____. Aventuras e Desventuras dos primeiros moradores de Sergipe Del Rey mencionados nas visitas do Santo Ofício e nas cartas de sesmarias (1591-1623). Revista do IHGS. Aracaju, 2006, nº 35, p. 105-150.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Universidade Federal de Sergipe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989. 307p.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1552-1994)**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1982, p. 11-80.

Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça”. In: ABREU, Capistrano de (Org.). **Confissões da Bahia, 1591 – 1592**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1935. 195p

Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça”. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Confissões da Bahia: 1591 – 1592**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 362p.

“Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil”. In: GARCIA, Rodolfo (Org.). **Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1920, Coleção Pernambucana, 2a fase, vol. XIV.

RAMINELLI, Ronald. Tempo de Visitas-Cultura e Sociedade em Pernambuco e Bahia: 1591-1620. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990. 244p.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Melhoramento de São Paulo, 1918.

SILVA, Adalberto Prado e (Org.). **Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos**. 3 ed. 1v. A-C/J-P. São Paulo, 1965.

SIQUEIRA, Sônia A. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Ática, 1978. 397p.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil (1587)**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. 398p. Disponível em: <<http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em 04 de out. de 2013.

TAVARES, Luíz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp: Salvador: EDUFBA, 2001. 542p.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. **Trópico dos Pecados. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 446p.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 401p.

WYNNE, Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970, p.08-56.

CURRALEIROS E O DURO NASCER DA SERGIPANIDADE



JOSÉ DE ALMEIDA BISPO

[...] pelo que tanto que V. M. receber esta, remetta os papeis originaes dos autos, e devassas que o dito Capitão-mor requereu não deixando nos cartórios treslado algum, porque convém seppultal-os de sorte que nem cinzas haja delles: para que em nenhum tempo se possa proceder, contra os Officiaes da Câmara, e provedor da fazenda, que mando sejam restituídos a seus cargos e fazendas. (*Carta para Pedro Corrêa do Couto Ouvidor da Capitania do Espírito Santo acerca de Joseph Rebello Leite.*¹)

Um documento de outubro de 1650, apócrifo, mas que não causaria espanto se descoberta sua autoria num gênio intelectual contemporâneo, o padre Antônio Vieira, intitulado *Âncora de prova para sustentar naufrágios de grandes repúblicas*², tal o teor dele, chama atenção pelo próprio, bem como pelo momento em que foi escrito; um tempo de delicadas condições em que, aproveitando-se da fragilidade ocasional do opressor – a Espanha – um reino português em pedaços busca se reconstituir, sobreviver, depois de mais de meio século de dominação externa, e com adversidades entre os próprios aliados, tendo de quase sair do zero, sem finanças, sem marinha nem exércitos e completamente dependente de uma colônia que se já projeta em pé de igualdade com a metrópole³. Assim

1 Documentos Históricas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 5, p.182-183.

2 DHBN, vol. 33, p. 30-39.

3 SARAIVA, professor José Hermano. *Videodocumentário História Essencial de Portugal*. Vol. 4, Iluminismo-Pombalismo-Revolução Liberal e Regeneração (1640-1851). Video-Fono, RTP, Lisboa, 2011, 1min 32 a 3min.

encontramos a restaurada monarquia portuguesa em 1640, com um império esquarterado, tendo de ceder todos anéis e até alguns dedos para salvaguardar o principal: a própria identidade e integridade territorial. E, nesse ínterim, como bem observa Maria Thetis Nunes, ser obrigada a engolir cobras e lagartos⁴ na administração colonial do que de mais importante lhe sobrou – e a salvou, nas palavras do professor Hermano Saraiva – acidentalmente, por acaso.

1. O AGRESTE⁵

O Agreste compreende uma região de transição entre a Zona da Mata nordestina, de alta pluviosidade, e a Caatinga, de baixa e baixíssima pluviosidade, tornando-se com isso mais propícia à criação de animais do que à agricultura.

Em Sergipe, sua ocorrência está mais próxima da costa, numa linha pouco sinuosa desde o município de Tobias Barreto, a sudoeste, até Neópolis, a nordeste, e numa distância máxima média, respectivamente, de 70 e 30 quilômetros do mar. É mais larga ao sul, chegando mesmo a entestar com os manguezais e praias, entremeada de camboas de Mata Atlântica, de onde outrora se extraiu muito pau-brasil; e muito mais estreita a nordeste.

Sua vegetação de cerrado é em geral composta por matas ciliares e campos naturais.

Estão imersos no Agreste os municípios originais de Itabaiana e Lagarto, por suas áreas atuais, e adjacências, em municípios destes derivados.

4 Essa dubiedade de que nos fala Thetis Nunes, esse jogo de corpo, há muito era corriqueiro na administração colonial. Em 6 de março de 1570, um contrariado governador Mem de Sá assim se expressava ao rei regente: “*Esta terra não se pode nem se deve regular pelas leis e estilos do reino. Se Vossa Alteza não for muito fácil em perdoar, não terá gente no Brasil; e, porque o ganhei de novo, desejo que elle se conserve...*” (RIO BRANCO, Barão do. Efemérides Brasileiras. *Revista do IHGB*, Tomo 82, p. 168.)

5 SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. *Delimitação e Regionalização do Brasil Semiárido, Sergipe*. Aracaju: UFS, 1992, p. 92-93.

O Agreste de Itabaiana

Hoje reduzido à circunscrição municipal e à cidade, sua sede, o termo Itabaiana tem origem na expressão tupi It'aba'ü'one⁶, ou serra (ou lugar) dos homens de onde os rios vêm. Provavelmente era porque as tribos residentes à beira-mar assim conheciam a região, onde nascem os rios Poxim, Cotinguiba, Jacaracica, Jacoca-mirim, Jacoca e rio das Pedras. Os quatro rios iniciais desaguam no rio Sergipe; os outros dois, no rio Vaza-Barris, e se constituem originalmente nos mais importantes afluentes tanto do Sergipe como do Vaza-Barris, rios originariamente secos, como observam o padre Francisco da Silva Lobo e os demais vigários de Jeremoabo, Lagarto e Siriri, então Pé do Banco, em cartas descritivas das respectivas paróquias de 1757⁷.

Não se trata de uma grande elevação. Em verdade, restos bastante erodidos de enorme cratera de vulcão do Proterozoico, onde se destaca a Itabaiana-Açu, a leste da pequena cadeia montanhosa, em forma de chama, com inclinação para o nordeste, cujas partes foram tomando denominações mais específicas ao longo dos tempos, já assim constatadas pelos cartógrafos do holandês Barlaeus, e um século depois pelo próprio padre Lobo no documento supracitado. Geologicamente é denominado de Domo de Itabaiana.

O interior do Domo de Itabaiana, além de ser uma fortaleza natural, está integralmente dentro da zona do Agreste, originalmente com excelentes campos para pastagem.

6 Cf. ANCHIETA, Padre José de. *Arte de Grammatica da Lingoa Mais Usada na Costa do Brasil*. Antônio de Mariz, 1595. Lisboa. (Versão em PDF da Bibl. Brasileira Midlin, USP, SP).

7 Lista das informações e descrições das diversas freguesias do arcebispado da Bahia enviadas pela Frota de 1757 em cumprimento das ordens régias expedidas pela Secretaria de Estado do Ultramar no ano de 1755. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1909, vol. 31, p. 220-221.

A economia do gado no império português

A rês, termo provavelmente do latim “res”, coisa, era o bem principal. Havia provisão de carne e leite, mas também de couro e até ossos, numa economia que em menos de um século volveu-se de um país pequeno, fechado, feudal, para uma potência marítima comercial, provocando a efetivação do fim da Idade Média: Portugal, como a reedição ampliada da *Fenícia*, 25 séculos depois.

Da economia vaqueira, o couro ou meio de sola foi o recurso inicial na confecção de cordas para suprir a enorme demanda das caravelas e embalar produtos exóticos, colhidos nos quatro continentes, onde existiam feitorias comerciais lusitanas, como o fumo, logo cedo já produzido nos campos lagartenses em meados do século XVII⁸. Além de a carne seca ser o melhor recurso proteico na alimentação para as grandes jornadas de semanas a atravessar o mar-oceano, até mais de um mês sem ver sinal de terra.

Salvador e seu entorno não escapariam a essa logística com a criação de gado porque foi fundada exclusivamente com o intuito de suportar a frota em direção aos mercados da Índia, aproveitando o mecanismo das correntes marítimas, no nosso caso, o circuito tropical meridional entre a África e o Brasil, e seu impulso natural.

Sergipe, uma capitania real, foi criado pelo império espanhol oficialmente como estado tampão entre as duas mais importantes capitanias da colônia: Bahia e Pernambuco; todavia, são fortes as evidências de que também com finalidades de província mineira,

8 Carta para o capitão mor da capitania de Sergipe del Rey. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Governo Geral. Registro de correspondências expedidas para autoridades diversas. 1657-1666, n. 148. Apud SIQUEIRA, Luís. *Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743)*. Tese. UFB – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Doutorado em História Social, Salvador-BA, 2016, p. 18-19.

probabilidade que nunca se confirmou⁹. Desmembrado de parte da capitania original de Francisco Pereira Coutinho, tão logo comprada pelo rei, em 1548, após essa compra, e por passar a abrigar a capital colonial, a esta ficou ligada mais do que às demais capitanias. Os conflitos de competências¹⁰, que seriam sempre resolvidos em prejuízo sergipano, iriam perdurar até a mudança definitiva da capital para o Rio de Janeiro, o que trouxe como compensação à Bahia a definitiva incorporação não só de Sergipe, mas também de Ilhéus e Porto Seguro, convertidas em meras comarcas. Uma sutileza é observável nesse processo: os capitães-mores, inicialmente os governadores das capitanias, perderam esse status e passaram a ser circunscritos aos seus municípios. Logo, mesmo sem explicitamente ter mais poder. O fato de responderem por diversos municípios – vilas ou cidades – fez com que os ouvidores-mores e as respectivas comarcas doravante se sobrepusessem aos capitães-mores.

Sergipe foi independente da Bahia, uma capitania real à parte, desde a sua conquista. Porém, abrigando o Governo-Geral da colônia, a Câmara da cidade de Salvador impôs até a padroeira do município-embrião do estado.¹¹ E os governadores-gerais, que a Sergipe davam o poder que lhe cabia, agiam diametralmente em contrário, sob qualquer pleito e pressão do Senado da Câmara de Salvador, em prejuízo de Sergipe.

Os provimentos ao cargo de capitão-mor das capitanias eram de exclusividade real, e por isso mesmo tornavam nulos os atos do governador-geral nesse sentido. Todavia, assim vinha sendo em re-

9 Nos escritos de Diogo Campos Moreno, no livro *Razões que dá Razão do Estado do Brasil*, de 1612, não há referências à prata em Sergipe, contudo, no mapa da capitania por Albernaz produzido para o ilustrar, já aparecem as serras em torno da sua antiga sesmaria, hoje povoado de Jabiberi, norte do município de Tobias Barreto, como “L Fazenda do Caramuru perto das serras da prata”. Depois se fixariam na serra de Itabaiana. (MORENO, Diogo Campos. *Razões que dá Razão do Estado do Brasil*. Instituto Nacional do Livro-MEC, Rio de Janeiro-GB, 1968, p. 52.)

10 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. p. 227.

11 “Nunca se conheceu qualquer documento fixando os limites da Capitania de Sergipe Del Rei criada após a vitória em 1590, de Cristóvão de Barros, sobre os índios aliados aos contrabandistas franceses, imprescindível para a fixação das fronteiras entre as duas capitanias.” (NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. p. 53.)

lação a Sergipe desde Tomé da Rocha; e não houve mudanças com a Restauração Portuguesa em 1640. Por conta disso, João Ribeiro Villafranca consultou o rei, provocando sua advertência de que não cabiam aos governadores-gerais e sim ao rei tais nomeações¹². Tudo continuou como antes até o fim do século XVII.

Causam espécie a qualquer observador a estrutura física de governos municipais baianos com ainda atuais existentes robustas edificações de Câmara e Cadeia, símbolos do poder municipal até a República, e a completa penúria verificada em todas as vilas sergipanas e até na cidade de São Cristóvão. Esta, ainda na década de 1740 – um século e meio depois da cidade fundada –, tinha sua matriz de cal e pedra inconclusa¹³. As casas de Câmara e Cadeia teriam de esperar mais. Nas vilas, tudo era de taipa¹⁴. Até meados do século XVIII, até as matrizes¹⁵.

Fermento da revolta

Foi desde as primeiras doações de sesmarias que Sergipe se tornou uma província alimentar – e só – da Bahia¹⁶, além de fornecedor de mão

-
- 12 Carta de Sua Majestade sobre poderem os Governadores Gerais prover na forma que o fez o Conde de Vila Pouca o Capitão João Ribeiro Vila Franca na Capitania de Sergipe de El-Rei, de 30 de agosto de 1651. DHBN, vol. 66, p. 10.
 - 13 Requerimento de Manuel Cardoso de Loureiro, vigário colado, de 30 de janeiro de 1741. NUNES, Maria Thetis; SANTOS, Lourival Santana. *Inventário de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. Inv. 281, Cx. 5, Doc. 6., UFS/IHGS, 1997.
 - 14 Fala que dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, na abertura de sua Sessão Ordinária no 1º de março de 1850, o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Amancio João Pereira de Andrade. Prisões públicas. Sergipe. Tipografia Provincial, 1850, p. 10.
 - 15 Relação dos lugares, povoação e distâncias da freguesia de Santo Antônio da Vila Nova Real do Rio de São Francisco, pelo vigário Joaquim Marques de Oliveira. 1757. (Anexa ao número 2.666. Lista das informações e discrições das diversas freguesias do arcebispado da Bahia, já citada).
 - 16 MORENO, Diogo Campos. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. A Capitania de Sergipe. Rio de Janeiro-GB: Instituto Nacional do Livro-MEC, 1968, p. 49.

de obra escrava¹⁷ e depois de força motriz animal¹⁸. Sua produção para exportação, mesmo que significativa, de fumo, farinha, e especialmente açúcar, manteve-se marginalizada¹⁹ até 1820, e, em que pesasse a capitania contribuir com um terço das rendas baianas, isso em nada auferia de retorno. E foi contra isso que os primeiros sergipanos, do seu primeiro século de existência, se insurgiram decididamente quando se tornou claro para onde apontava seu futuro, após 1648²⁰, com a definitiva posse do capitão-mor Baltazar de Queirós Siqueira, nomeado em 31 de maio de 1635²¹, mas com exercício suspenso por primeiro passar dois anos servindo contra os holandeses em Pernambuco e, após esse prazo, já ter se dado a invasão de Sergipe, em julho de 1637.

Em 25 de agosto de 1646, um ano após a partida dos holandeses do território sergipano, timidamente o instrumental de governo recomeça em Sergipe com a nomeação do tabelião Antônio Correia Teixeira²², mas nada parece ter mudado na rotina dos proprietários de sesmarias e na massa de pecuaristas arrendatários, apropriada-

17 “Há seis anos que um homem honrado desta cidade e de boa consciência e oficial da câmara que então era, disse que eram descidos do sertão de Arabó naqueles dois anos atrás 20.000 almas por conta, e estes todos vieram para a fazenda dos portugueses. Estas 20.000 com as 40.000 das igrejas fazem 60.000. De seis anos a esta parte sempre os portugueses desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas, quem 3.000, outros mais, outros menos. Veja-se de dois anos a esta parte o que isto podia somar, se chegam ou passam de 80.000 almas.” (Carta de um jesuíta, de 1583 apud ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial do Brasil, 1.500-1.800*. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 63.

18 MORENO, op. cit.

19 “[...] e nas costas dos certões da Cotinguiba na comarca de Sergipe ao Norte da Bahia, onde contudo as terras e os assucares n’ellas fabricados, são de inferior qualidade e até por lei valem na praça hum tostão de menos os respectivos ferros ou taxas legaes da Inspeção ainda que aliás sejam ordinariamente bem alvos, porém destituídos da grã que constitue a força e a consistencia deste sal.” (Descrição da cultura da Capitania da Bahia, em cumprimento da ordem regia de 4 de janeiro de 1798. Pelo Secretário da Mesa da Inspeção da Bahia, José da Silva Lisboa. (Anexa ao n. 19.238). Rio de Janeiro: ABN, 1914, vol. 36, p. 121.)

20 SIQUEIRA, Luís. *Homens de mando e de guerra*: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743), op. cit.

21 Capítulo de carta de Sua Majestade de 6 de julho de 1635; dá a Gonçalo Cardoso a capitania de Sergipe de El-rei por três anos, com a condição de servir dois anos na guerra de Pernambuco. (Lisboa, 6 de agosto de 1635). Rio de Janeiro: ABN do Rio de Janeiro, 1955, vol. 75, p. 106.

22 1646 - Agosto-25. Tabelião de Sergipe de El-Rei a Antônio Correia Teixeira (Carta de). Idem. L. 18. Fl. 171. Rio de Janeiro: ABN do Rio de Janeiro, 1955, vol. 75, p. 144.

mente denominados por Thetis Nunes de curraleiros, meeiros. É com a chegada do capitão-mor Baltazar de Queirós Siqueira que a chapa começa a esquentar. Às nomeações de seus auxiliares diretos, Salvador Dias para o distrito do Rio Real²³ e Vicente de Amorim dos Passos para a cidade²⁴, respectivamente em abril e maio de 1950, seguem-se os eventos que seis anos mais tarde desaguarão no 5 de novembro e suas funestas consequências. Queixas mediante a Câmara de São Cristóvão sobre eventuais excessos do ouvidor Phelippe de Almeida²⁵ levam o recém-empossado governador-geral João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, o Conde de Castelo-Melhor, a determinar devassa sobre o ouvidor por parte do auditor geral Francisco Alves Moreira²⁶. Em 1º de junho, um mês depois, o Conde de Castelo-Melhor já aparenta estar entrando no ritmo usual da governadoria-geral e cedendo aos apelos da Câmara de Salvador²⁷, que se acha no direito de taxar o gado sergipano para lá encaminhado, tomando o espaço da Câmara de São Cristóvão, ao gerar ambiedade de tratamento tributário entre os proprietários residentes na capitania da Bahia e os sergipanos²⁸. O clima só fez esquentar, sendo sentido nas sucessivas demissões e nomeações em substituição de militares auxiliares, aumentando a tensão sobre os criadores. Por fim, chega a vez da substituição do titubeante Baltazar de Queirós Siqueira pelo homem de total confiança da Câmara de Salvador e do Governador, João Ribeiro Villafranca²⁹, que vem executar a derrama sobre o gado, à época ainda sem essa denominação. Nas cartas, a rotina adminis-

23 DHBN, vol. 31, p. 53.

24 DHBN, vol. 31, p. 56.

25 DHBN, vol. 3, p. 54.

26 DHBN, vol. 3, p. 55.

27 Costume que levou, em 1668, o governador Alexandre de Souza Brito a estranhar o peso da mão baiana sobre os sergipanos. (Carta que escreveu aos oficiais desta cidade. DHBN, vol. 86, p. 164.)

28 Carta para o capitão mor da capitania de Sergipe Del Rey Baltazar de Queirós. De 1º de junho de 1650. Rio de Janeiro: ABN do Rio de Janeiro, 1877/1878, vol. 4, p. 61. et DHBN, vol. 3, p. 61.

29 Carta para o capitão mor da Capitania de Sergipe Del Rey Baltazar de Queirós Cerqueira na ocasião do capitão João Ribeiro Villafranca. Da data da precedente. (02/03/1651). Rio de Janeiro: ABN do Rio de Janeiro, 1877/1878, vol. 4, p. 64. et DHBN, vol. 3, p. 98.

trativa, especialmente na enviada à Câmara de Vereadores de São Cristóvão, a apresentar o novo capitão-mor; nada de extraordinário, exceto pela sutileza que traz no texto: *Leva a sua companhia³⁰ para mais quietação dos moradores, e eu lhe encarrego muito a reedificação da cidade.*

Curioso é que o mesmo governo-geral que submeteu o centro e o sul da capitania de Sergipe, por influência baiana, ao fortalecer o poder de Villafranca, desautorizou-o a assumir integralmente o poder³¹, relativo ao norte da capitania, entre os rios Japarutuba e São Francisco, já sob influência de Penedo³².

E, em 8 de julho do mesmo de 1651, a ambiguidade do conteúdo da carta enviada à Câmara Municipal de São Cristóvão gerou ainda mais intranquilidade.

[...] e assim não poderá a Câmara desta cidade tomar conhecimento de matéria alguma sujeita a essa, salvo para apelação, e agravo: nem fará mais finta de gado, que seja de moradores dessa Capitania; assim como essa Câmara a não poderá fazer no gado, nem em fazenda alguma dos desta.

Enquanto prometeu respeitar a independência da capitania em relação à da Bahia, desautorizou São Cristóvão de fingir gado de moradores da Bahia. Ocorre que muitas sesmarias de Sergipe eram de baianos residentes em Salvador e até de portugueses que jamais vieram ao Brasil, servindo-se de procuradores que arrendavam as terras, cobravam o arrendamento e enviavam os lucros apurados.

30 Em que pese já ter feito recentemente várias substituições no corpo militar dos dois distritos (Rio Real, que abrangia do Inhambupe à margem direita do Vaza-Barris, e da cidade, cobrindo todo o centro-norte, da margem esquerda do Vaza-Barris ao rio São Francisco), o Conde de Castelo-Melhor quis dotar Villafranca de força especial, que veio com ele, substituindo todo o destacamento e seu comandante, Francisco de Góes Araújo. (Carta para o capitão Francisco de Góes de Araújo na mesma capitania e na própria ocasião acima, de 02 de março de 1651. DHBN, vol. 3, p. 98.)

31 Carta para o Capitam mor da capitania de Sergipe Del Rey João Ribeiro Villafranca. De 26 de maio (1651) DHBN, vol. 3, p. 111.

32 Carta para Belchior Alves Camello capitão-mor da Villa do Rio de São Francisco, de 08 de junho de 1651. DHBN, vol. 3, p.120

Essa situação fica clara no adendo à “Carta ao ajudante Pedro Lobão”, de 8 de janeiro de 1652³³. Lobão veio a Sergipe executar a ordem comunicada em carta à Câmara de Vereadores de São Cristóvão, em 16 de outubro do ano anterior, que fixou em 900 reses a quota para abastecer Salvador.

E advirto VM., que a finta que os oficiais da câmara fizerem há de ser somente em currais de moradores de Sergipe, e de nenhum modo nos desta cidade (Salvador), ainda que tenham currais no seu distrito e assim o execute VM (grifos meus).

As mesmas advertências à Câmara de São Cristóvão, porém em 1653³⁴.

Estranhamente, somente em outubro, dez meses depois, é que Castelo-Melhor apresenta o executor das fintas baianas em nome do Governo-Geral à Câmara de São Cristóvão³⁵.

Com a redução territorial sobre os currais do norte, a partir da Japarutuba, disponibilizados ao capitão-mor de Penedo, as rendas da capitania sergipana ficavam restritas aos parques proprietários e ao grosso dos curraleiros, entre os rios Japarutuba e Inhambupe. Uma capitania ainda devastada pela invasão holandesa e respectiva política de terra arrasada para receber o inimigo.

E o jogo de palavras continuou. Na “Carta para os officiaes da Cam.ra da Capitania de Sergippe Del Rey. De 15 do septembro”, do mesmo 1651³⁶, Castelo-Melhor respondeu aos vereadores de São Cristóvão que as fintas haviam de ser cobradas por Salvador porque cabeça de comarca, e, a exemplo do que ocorria em Portugal, essa mesma cabeça redistribuiria às vilas. Ocorre que São Cristóvão era cidade; só não ainda dispunha de comarca própria, e as fintas eram

33 DHBN, vol. 3, p. 191.

34 DHBN, vol. 3, p. 192.

35 DHBN, vol. 3, p. 128, et Rio de Janeiro: ABN do Rio de Janeiro, 1877/1878, vol. 4, p. 74.

36 DHBN, vol. 3, p. 128.

campo de atuação das câmaras. Um mês depois, em 6 de outubro³⁷, outra carta a advertir Villafranca sobre um dissenso com o capitão de Ordenanças, Vicente de Amorim dos Passos, e a insistência da Câmara de São Cristóvão em cobrar fintas em prol da reconstrução da cidade. Contraditoriamente partindo da mesma Câmara as denúncias de exorbitância, em que pese na matéria, o capitão Vicente de Amorim dos Passos, também advertido³⁸, executar as cobranças em nome da Câmara. O capitão Francisco Curvelo, penalizado pelo mesmo dissenso e enviado preso a Salvador, foi liberado pelo governador em 4 de novembro³⁹ com advertências a Villafranca de não achar nele culpa que justificasse sua prisão, assim como a fazer com ele sua reconciliação.

Ao fim do ano, 1651, com tantas incertezas e o risco de desabastecimento em Salvador, Castelo-Melhor ordena que uma quota de 900 reses seja enviada de Sergipe para Salvador⁴⁰. Infere-se aí que as boiadas andaram cessando por motivos óbvios: Sergipe estava reagindo como podia ao arbítrio fiscal baiano, subscrito pelo governador-geral, Conde de Castelo-Melhor.

Em 15 de maio de 1653, Vicente de Amorim dos Passos foi nomeado sargento-mor⁴¹. Seu nome seria envolvido nos acontecimentos de 1656, sem, contudo, ser formalmente acusado.

2. MANUEL PESTANA DE BRITO

Nada de mais aprofundado sabemos de Pestana de Brito. Quando e onde nasceu, ascendentes e descendentes, apenas rápidas informações sobre sua breve e dramática passagem por Sergipe, tendo antes estado nas lutas pela expulsão dos holandeses em Pernambuco. Sua

37 DHBN, vol. 3, p. 132.

38 DHBN, vol. 3, p. 134.

39 DHBN, vol. 3, p. 140.

40 Carta para os oficiais da Câmara da cidade de Sergipe Del Rey. Da mesma data das precedentes. (16/10/1651). DHBN, vol. 3, p. 139.

41 DHBN, vol. 31, p. 129.

patente, irregularmente concedida pelo governador-geral, Conde de Castelo-Melhor, nas duas versões registradas nos DHBN – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (volumes 18, p. 291; e 31, p. 141) –, nada de mais aprofundado traz acerca da sua pessoa, matéria nunca ignorada quando das nomeações pela coroa, em Lisboa. Nem mesmo após sua prisão se conhece o seu paradeiro, haja vista a queima de todos os processos para evitar futuras demandas de reparação. Certamente teve conhecimento do pleito de seu antecessor ao rei, o que provocou carta de Sua Majestade, advertindo – e depois desconversando – sobre a incompetência, logo exorbitância, dos governadores-gerais em nomearem os governadores das capitâneas⁴²; porém, não nos chegou qualquer documento acerca do assunto. O fato é que foi nomeado em 9 de março de 1654⁴³ com a espinhosa missão de pacificar, “aplainar os conflitos devido à insatisfação com a cobrança dos impostos”, como bem observado pela professora Edna Maria Matos Antônio⁴⁴, numa sociedade de certa forma viciada em não pagar tributos, mas que há seis anos se viu na contingência de o fazer, e pior: pagar injustamente, uma vez que para aqueles que em Salvador residiam pesava a suspeita de isenção, enquanto para os da terra sobrava toda a carga tributária, que sequer serviria para reedificar a sua cidade⁴⁵, muito menos para aventurar qualquer vila, como os embriões delas já existentes em Itabaiana, Lagarto, Neópolis e Estância, esta depois da saída das tropas de Henrique Dias⁴⁶, com o fim da guerra em Pernambuco.

42 Carta de Sua Majestade sobre poderem os governadores gerais prover na forma que o fez o Conde de Vila Pouca o capitão João Ribeiro Vila Franca na capitania de Sergipe de El-Rei, de 30 de agosto de 1651. DHBN, vol. 66, p. 10.

43 Patente de capitão-mor da capitania de Sergipe de El-Rei provido em Manuel Pestana de Brito, de 09 de março de 1654. DHBN, vol. 31, p. 141.

44 ANTONIO, Edna Maria Matos. Dossiê Temático: Império Português e Comunicações - Correspondências e cultura política na América Portuguesa: cartas e uma rebelião colonial do Arquivo Municipal: Atas da Câmara. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 5, n. 1, p. 148-149, jan./jun. 2016.

45 Carta para os oficiais da Câmara de Sergipe Del Rey. Da mesma data. (08/01/1953). DHBN, vol. 3, p. 192.

46 Tratado do assento que se fez sobre as cousas de Pernãobuco, 1645 - Cópia da carta que os do supremo conselho governadores em Pernambuco escreveram ao senhor Anto-

Em 20 de outubro do mesmo 1654⁴⁷, o capitão-mor já era advertido por Castelo-Melhor. Por provisão de 13 de setembro de 1649, o rei havia proibido a fabricação de aguardente em todo o Brasil, exceto Pernambuco⁴⁸, e Pestana de Brito resolveu fazer cumprir a Lei⁴⁹. Ocorre que os donos de alambiques de Sergipe reclamaram ao governador, e ele simplesmente fez severa advertência ao capitão-mor, inclusive a de prendê-lo e o enviar a Portugal. Três dias depois, uma recomendação para confisco de gado, com exceção daqueles que ex-soldados e de Salvador⁵⁰. Em 16 de novembro, a seguir, as informações de possíveis problemas com o consórcio anglo-holandês recém-formado levam o governo a mandar o capitão-mor recolher em Sergipe todos com histórico de condições de pegar em armas, exceto o pessoal ocupado nos currais, mandando-os presos para Salvador, se necessário⁵¹.

O ano de 1654 termina com a posse do Conde de Attouguia, Dom Jerônimo de Ataíde, no cargo de governador-geral no Brasil, nomeado por carta patente de 21 de fevereiro de 1653, em substituição a D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, Conde de Castelo-Melhor, aos 14 de dezembro. Vem ele com a firme disposição de impor a ordem a qualquer custo. E já começa duro com Pestana de Brito. Em 27 de abril de 1655, em resposta a relatório do capitão-mor, Attouguia o adverte pouco lhe interessar suas informações, importando ao governo apenas os assuntos de Estado, presumivelmente a cobrança de impostos e a manutenção da ordem exclusivamente pela força⁵².

nio Telles da Silva, governador e capitão general deste Estado, por dous embaixadores que a esta cidade [Salvador] mandaram. Bahia, 19 de julho de 1645. *Revista do IHGB*, volume LXIX, 1908, p. 176.

47 Carta para o capitão-mor da capitania de Sergipe del Rei Manuel Pestana de Brito, de 20 de outubro de 1654. DHBN, vol. 3, p. 231.

48 Registo de uma provisão do governador Pedro da Silva sobre se não fazer aguardente, de 12 de setembro de 1636. DHBN, vol. 16, p. 396.

49 Provisão régia pela qual se proibiu o uso do vinho de mel, da aguardente de açúcar e cachaça em todo o Estado do Brasil, com exceção da Capitania de Pernambuco. Lisboa, 13 de setembro de 1649. (Anexa ao n. 722). Rio de Janeiro: ABN, 1917, vol. 39, p. 79.

50 DHBN, vol. 3, p. 232.

51 DHBN, vol. 3, p. 236.

52 DHBN, vol. 3, p. 272.

Em carta à Câmara de São Cristóvão, de 2 de outubro de 1655, veio a demissão de Pestana de Brito, sob alegação de não bem tratar a capitania e seus moradores⁵³. Para sucedê-lo, retorna o antecessor, João Ribeiro Villafranca, por patente da governadoria-geral, mais uma vez, de 7 de outubro⁵⁴. Este traz a recomendação para encaminhar Mateus Marinho Falcão a Salvador, militar, a serviço dos currais de Antônio de Souza e intima Pestana de Brito, por carta do dia 8, a lhe prestar contas pessoalmente em Salvador⁵⁵. Os indícios são de que o objetivo de Falcão foi levar à Lisboa, pessoalmente, o imposto arrecadado em Sergipe, presumindo um grande esforço na arrecadação – uma derrama –, o que justificaria a presença em Sergipe do desembargador Francisco Barradas de Mendonça, provedor-mor das Fazendas e dos Defuntos, ausentando-se da Relação em Salvador, e a grande quantidade de sentenças aludidas nas respectivas cartas.

Não localizamos nenhum documento sobre recondução ao cargo, mas, em 17 de março de 1656, Pestana de Brito estava de volta à capitania-mor, conforme carta de Attouguia de mesma data, sob estrito controle deste, já que a citada carta era uma ordem para executar uma dívida de Antônio de Araújo Darque em favor de Paulo Barbosa. A seguir, noutra carta de 21 de abril, o proibiu terminantemente de agir contra o alfaiate João Alves. As desconfianças permaneceram. Se, de um lado, Attouguia sentia a pressão da política sergipana, com a Câmara de São Cristóvão dividida e buscando extrair vantagens das dúbias autoridades coloniais e seus regulamentos confusos, pressionava, de outro, o capitão-mor a não executar integralmente a lei. E a crise se afunilou.

Em 26 de agosto de 1656, a Câmara de Salvador claramente alega ao governo-geral ser impossível não cobrar impostos em Sergipe⁵⁶. Em 13 de setembro a seguir, em carta à Câmara de São Cristóvão, há

53 DHBN, vol. 3, p. 291.

54 Patente de capitão-mor de Sergipe de El-Rei provida no capitão João Ribeiro Villa Franca. DHBN, vol. 31, p. 176.

55 DHBN, vol. 3, p. 292.

56 DHBN, vol. 3, p. 361.

grave advertência de Attouguia por suspeição de fazer corpo mole e não dar posse, como de praxe, ao ouvidor recém-nomeado, Diogo Pereira Aguiar⁵⁷, presumivelmente para postergar nova cobrança de impostos. Para tentar impor a ordem a qualquer custo, Pestana de Brito foi destituído e substituído por Balthazar dos Reis Barrenho em 24 de outubro⁵⁸. Segundo Felisbelo Freire, Pestana de Brito fez publicar um panfleto conclamando o povo à rebelião⁵⁹.

3. QUANDO EXPLODE O DESESPERO

A rebelião explodiu em 5 de novembro⁶⁰, num claro ato tresloucado de protesto. Talvez para tentar a intervenção mais enérgica da própria coroa doze dias após a nomeação do novo capitão-mor. Pela primeira vez o império português foi testado não mais uma vez por inimigos externos e poderosos, mas por seus próprios súditos em decorrência de uma série de erros e omissões.

A vaqueirama invadiu São Cristóvão no domingo, 5 de novembro, pela manhã, inexplicavelmente nela só encontrando o pároco como única autoridade, que, ao se refugiar na residência do ex-vereador Tomé de Aguiar Daltro, foi de lá puxado pelos revoltosos e conduzido preso a um sítio além do rio Paramopama. Narra o missivista que também o próprio Daltro, a esposa e as filhas foram molestados. Em seguida, invadiram a cadeia e soltaram os presos, todos envolvidos nas confusões prévias, mandando prender Pestana de Brito. Foi claramente um jogo de cena, de despiste, já que apurado depois que a

57 DHBN, vol. 3, p. 362.

58 Registo da patente do sargento-mor Balthazar dos Reis Barrenho provido de capitão-mor da capitania de Sergipe Del-Rei. DHBN, vol. 19, p. 92.

59 FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 217.

60 NUNES, Maria Thetis; SANTOS, Lourival Santana. Carta de alguns moradores da Cidade de São Cristóvão da Capitania de Sergipe del Rey, ao Rei [D. Afonso VI], referente a desordens na Capitania e providências tomadas (Anexos: 7 docs). Inventário de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania de Sergipe, Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Inv. 8, Cx 1, Doc 6. 3 de dezembro de 1656. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 1997.

rebelião foi comandada pelo próprio Pestana de Brito, convertido ele também em curraleiro nos campos de Itabaiana⁶¹.

A Rebelião durou 5 dias, até a chegada da força vinda de Salvador, que dispersou os revoltosos. E a mão do Estado, que se furtara a fazer justiça durante tanto tempo, caiu sem dó sobre a infeliz capitania, agora obrigada a arcar com todas as despesas da devassa, algumas sobrepostas numa clara justiça de guerra sobre os vencidos, que foram caindo um a um, recolhidos às prisões de São Cristóvão e de Salvador.

Enviado o desembargador Bento Rebelo para fazer a apuração da rebelião, veio ele com o capitão João Ferrás Barreto e mais uma força fortemente armada de 20 homens⁶². Em 23 de dezembro, o boato de que Pestana de Brito e seus curraleiros haviam feito uma nova formação de ataque levou Attouguia a ordenar o capitão Barreto que se abstivesse onde se encontrava até nova ordem. Desfeito o boato, a carta ficou sem efeito, sequer foi enviada. Tal era o estado de espírito ao fim de 1656. Em 2 de fevereiro de 1657, Attouguia demonstrou forte desapontamento quanto à lentidão nas punições, com cobranças ao desembargador Rebelo, e resolveu enviar mais 40 infantes a se somarem à força do capitão João Ferrás Barreto⁶³. Em 13 de março, contudo, noutra carta, explica ter sido abortado o envio de força suplementar⁶⁴, dando a impressão de que o governador-geral ficou

61 “Portugal foi a primeira nação moderna, ainda a se formar dentro da Idade Média. No século XVII, em meio às confusões provocadas pela anexação à Espanha e depois a Restauração em bases institucionais e financeiras frágeis, muita coisa viria a ser corrigida na administração somente no século XVIII, todavia, mesmo havendo a proibição dos militares exercer atividades, muitos até para completar a renda eram licenciados a atividades extras, como as casa de jogos, dos capitães-mores de Sergipe.” (Carta para sua majestade sobre as propinas que mandou se não levassem neste Estado, de 16 de outubro de 1655. DHBN, vol. 4, p. 267; e adendo à Carta para o capitão-mor de Sergipe del Rei, de 04 de janeiro de 1658. DHBN, vol. 3, p. 403.)

62 Carta para o Capitam mor da Capitania de Sergipe Del Rei Balthazar dos Reis Barreinho sobre a Gente que vai com o desembargador Bento Rebello. DHBN, vol. 3, p. 368.

63 Carta para o desembargador Bento Rebello sobre não haver dado ainda cumprimento às ordens que levou a Sergipe Del Rei. De 2 de fevereiro, ao que parece pela nota e acrescentamento que se vê em uma das margens. DHBN, vol. 3, p. 374.

64 Carta para o desembargador Bento Rebello. De 11 de fevereiro com um P. S. Data de 13 de março. DHBN, vol. 3, p. 379.

seriamente apavorado com a rebelião e até duvidando da eficiência das forças baianas. E, para o capitão-mor Baltazar do Reis Barrenho, foi dada a licença para matar:

[...] os castigue com tal demonstração que sirva de exemplo a todos, e todas as mortes, e effusão de sangue que deste excesso resultarem tomo sobre mim para dar conta a Sua Magestade porque na rebellião com que procedem fica justificado todo o rigor que merecem; [...]⁶⁵

Em carta de 21 de março de 1657, ao desembargador Bento Rebelo, uma das razões de sua pressa: a chegada do sucessor, Francisco Barreto de Meneses, que governou de 18 de junho de 1657 a 21 de julho de 1663.

Em 22 de março, houve a posse do novo capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque, dentro da legalidade, já que nomeado pelo rei em 10 de novembro de 1655 – o primeiro pela Casa de Bragança; o último com nomeação real tinha sido Baltazar de Queirós Siqueira, por Felipe III d’Espanha, em 1635, antes da Restauração.

Foram cinco meses e meio de tropelias com prisões, acusações quase sempre forjadas e muitas condenações sem provas⁶⁶.

A 24 de julho de 1657, na primeira carta enviada a Sergipe por Francisco Barreto de Meneses, o tema central é o confisco de gado; nada sobre os rebelados; porém, em 21 de setembro, ao oficial ao capitão-mor da capitania de São Vicente, Manoel de Souza Silva, sobre as agitações naquela, fez-lhe lembrar que poderiam ter o mesmo tratamento dado aos sergipanos, ora presos e privados de suas fazendas, caso não se aquietassem.

Em 10 de janeiro de 1658, dois anos após a gigantesca operação de sufoco da rebelião que conduziu 58 pessoas da elite sergipana à cadeia, a rei oficiou ao Governador-Geral para enviar-lhe toda a pa-

65 Para o capitão-mor Baltazar dos Reis Barrenho com a ordem que há de seguir nela declarada. De 2 de fevereiro. DHBN, vol. 3, p. 375.

66 Carta para Sua Magestade acerca do desembargador Bento Rabello. De 27 de setembro. (27/09/1658). DHBN, vol. 4, p. 352.

pelada do processo, além do transcurso de toda a apelação cabível à Relação, em Salvador, mandando, no entanto, amenizar as penas dos demais presos, exceto dos cabeças da rebelião, em especial Manuel Pestana de Brito.

Em 28 de dezembro de 1659, frente à reclamação desesperada dos vereadores de São Cristóvão com a imposição de 4 mil cruzados de finta, Francisco Barreto de Meneses a condescendeu para o valor sugerido pelos mesmos 500 mil réis⁶⁷. E, em 1º de março de 1660⁶⁸, ao officiar ao rainha-regente sobre o já por ela referido na citada carta de 10 de janeiro de 1658, a preocupação com os estragos feitos por excessos, como se veria depois: “a capitania se acha despovoada, com sua elite quase toda presa ou desertada, e a produção da capitania, especialmente de carne e couro, próxima do zero”. O zelo com que tratou a matéria deve-se ao fato de que, a bem da economia, o duro Regimento real dado à Relação deveria ser flexionado, ajustado conforme. As feridas de 1656 continuariam abertas. Em 9 de setembro de 1660, o governador-geral reconhecia junto ao rei, mais uma vez, o empobrecimento extremo de Sergipe, em que os ofícios de ouvidor, provedor dos defuntos e ausentes, juiz dos órfãos e auditor dos soldados eram insuficientes para sustentar seu ocupante de todos esses cargos⁶⁹.

Dos presos da rebelião, nem mais uma vírgula. Quando e quantos foram soltos, ou morreram na enxovia, que era o tipo mais humilhante de prisão em Salvador; se alguém retomou o controle de sua vida ou restou-se na miséria, nada, enfim. Nem mesmo acerca da sua estrela maior, o Capitão-mor Manuel Pestana de Brito. Os motivos de tal silêncio e conseqüente esquecimento podem estar ligados à queima de processos, tão efusivamente referida na carta ao capitão-mor do Espírito Santo, de 30 de outubro de 1662.⁷⁰

67 DHBN, vol. 03, p. 417.

68 Carta para sua majestade acerca dos culpados na expulsão do vigário de Sergipe. DHBN, vol. 4, p. 477.

69 Carta para Sua Majestade acerca dos ofícios deste Estado, e a importância e valor deles, e fortificações, artilharia e cabos. DHBN, vol. 3, p. 417.

70 Carta para ouvidor do Espírito Santo sobre Jose Rabelo Leite. DHBN, vol. 5, p. 182.

Em 23 de junho de 1661⁷¹, em mais uma promissória da amarga Restauração, visando se garantir contra o sempre agressivo império espanhol, ao casar a infanta D. Catarina Henriqueta de Bragança com o rei Carlos II da Inglaterra, no respectivo dote, Portugal cedeu o que lhe restava de importante nas rotas da Índia e da África mediterrânea, além de pesada soma em dinheiro, sendo, mais uma vez, a colônia Brasil, e a capitania de Sergipe, em particular, chamadas à obrigatória contribuição.

Nem bem tinha assimilado a pancada do casamento real, veio mais outra.

A Holanda foi expulsão das capitanias do Norte, e um dos motivos foi os juros extorsivos cobrados aos senhores de engenho⁷²; mas tão logo descobriu a fragilidade em que ainda se encontrava o reino português, cercou Lisboa com a sua poderosa frota para cobrar as dívidas não pagas pelos senhores de engenho de Pernambuco, e só saiu com um tratado de paz a 6 de agosto de 1661, o qual, além do dinheiro, obrigava Portugal a lhe abrir também os portos como feito com a Inglaterra. Foi renovado em 16 de maio de 1703, antecedendo o de Methuen. Isso daria em mais uma rebelião, porém mais plural e menos conhecida que a dos Curraleiros de 5 de novembro de 1656.

4. E NASCE A SERGIPANIDADE

A Rebelião dos Curraleiros de 5 de novembro de 1656 deceitou a nascente nobreza sergipana. Entre os 58 condenados estava a fina flor da sociedade colonial da capitania em formação. Mesmo aque-

71 27 – Resumo do Tratado sobre o casamento, e dote da Sra. D. Catarina Infante de Portugal, com Carlos 2º rei de Inglaterra, sobre a aliança defensiva, comércio e cessões de Bombaim e Tanger feito entre El-Rei D. Afonso, o 6º de Portugal, e o dito Carlos 2º rei da Grande Bretanha, a Whitehall em 23 de junho de 1661. ANB, Rio de Janeiro, vol. 4, p.107. Rio de Janeiro, 1877/1878.

72 “[...] Hendrik Haecxs é um representante típico da burguesia uurbana, então dominadora, não só na Holanda, mas nos países que disputavam a hegemonia mundial. Ele mesmo, libertado nos negócios de qualquer peia moral, pela reforma calvinista, empresta, conforme o depoimento do almirante de Witte, a juros exorbitantes de 38, 40 e 42% ao ano.” (Diário de Henrique Haecxs (1645-1654). Rio de Janeiro: ABN do Rio de Janeiro, vol. 69.)

les não afetados diretamente, como o Vicente de Amorim dos Passos, tiveram alguém muito próximo que acabou condenado. Outros não devem ter escapado à suspeição, tendenciosa, como Tomé de Aguiar Daltro, ex-vereador, juiz e mais uma série de cargos no governo. A sanha punitivista existente no seio da alta sociedade baiana da época contra a rebeldia sergipana baixou sua mão com todo o peso e, escudada na ira dos governadores-gerais, esmagou a sociedade da capitania que se arvorava cada vez mais independente da Bahia à medida que foi recheada de fugitivos pernambucanos da guerra holandesa e de aventureiros em geral. Todavia, mesmo que seu repique, em 1671⁷³, liderado, desta vez, a partir dos campos do Lagarto⁷⁴, também não tenha prosperado⁷⁵, foi o parto sofrido, a fórceps, de Sergipe. Tudo o mais no estado, mesmo que cultural e supostamente desvinculado, teve ali seu batismo de fogo.

A rebelião centrou-se em São Cristóvão, mais precisamente a partir de Itabaiana, até então, ainda, o principal foco na criação de gado; e no distrito do Lagarto, a essa época mais dedicado à criação de cavalos e ao cultivo do fumo. Isso se deveu às concessões do Governo-Geral a Penedo de jurisdição fiscal até o rio Japarutuba e ao fato de que, nos campos do Rio Real, o gado havia sido evacuado quando da invasão holandesa, começando a sua epopeia ainda hoje em movimento na Amazônia.

Os sergipanos esperariam longos 164 anos até que finalmente viessem a ter uma Província para chamar de sua.

73 408. Foy o d.º Alex.e de Souza Fr.e de illustre nascim.to, e distinctos merecim.tos [...] expedindo tambem juntam.te ordem a Cap.nia de S. Plo. de lá virem os Paulistas mais praticos, e experimentados em sem.e guerra, e com nao' menos Cuidº proveo de remedio o Motim q' no tpº de seu govº houve na Cid.e de Cergipe dELRey, [...]. História militar do Brasil desde o ano de 1649, em que teve principio a fundação da cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos até o ano de 1762. Rio de Janeiro: ABN do Rio de Janeiro, 1900, vol. 22, p. 140.

74 Registo da carta patente do posto de capitão do forte de Santo Antônio além do Carmo desta cidade provido na pessoa do capitão Belchior Moreira, de 28 de março de 1699. DHBN, vol. 59, p. 295.

75 Foram presos Manuel Faleiro Cabeça e Aleixo Cabral. "Carta de Afonso Furtado de Mendonça ao rei", de 4 de agosto de 1671. DHBN, vol. 88, p. 35.

UM OUTRO VIÉS DO PASSADO: AS DISTINÇÕES SOCIAIS EM SERGIPE SETECENTISTA



ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS

O título deste trabalho é *Um outro viés do passado: as distinções sociais em Sergipe setecentista*¹, temática pouco pesquisada na historiografia sergipana. O objetivo principal, aqui, foi identificar os tipos e as formas de distinção social apresentada pelos moradores do termo da Cidade de São Cristóvão. Esta investigação histórica se justificou por diversas razões, entre elas: pelo ineditismo e originalidade dela. A pesquisa teve como aporte teórico os estudos de Caio Prado Júnior (1987), Fernando Novais (1985), João Fragoso (1992; 1993), Stuart Schwartz (1996; 2009), Peter Burke (1991) e Norbert Elias (1994; 2000; 2001). A abordagem relacional entre a Capitania e Cidade de São Cristóvão com o Império Ultramarino Português foi o viés interpretativo. Já a metodologia utilizada foi a quantitativa. As fontes que embasaram a pesquisa, foram manuscritas e impressas, textuais e iconográficas. Trabalhamos, especialmente, com o corpus documental dos fundos notariais depositados no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJS). Por fim, concluímos que, há uma relação direta entre riqueza e distinção social, a riqueza e a distinção social não são antagônicas. Quanto maior o nível de riqueza, maiores são as formas de distinção social.

Nesse primeiro momento gostaria de contextualizar a minha fala, o recorte temporal da minha pesquisa de doutoramento na Universidade Federal da Bahia, que se intitula **Os afortunados do Ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe de el Rei (1750-**

1 Texto preparado para o evento Clio Digital em 2020, organizado pelo prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa do DHI da UFS, e, posteriormente adaptado para esta publicação.

1808) é século XVIII. Durante a pesquisa de doutorado, eu tive a oportunidade de conhecer pesquisadores, teorias, metodologias, e, viajar e ver em *locus* as fontes de época. O meu doutorado sanduíche na Universidade de Évora, propiciou-me experiências acadêmicas incríveis, junto com a orientação da professora Dra. Maria José Rapassi Mascarenhas que foi minha orientadora na Universidade Federal da Bahia e a professora Dra. Maria de Deus Beites Manso. As *Marias* na minha vida me proporcionaram construir uma mentalidade, uma concepção de fazer história um pouco diferente do que eu vinha desenvolvendo.

O doutoramento é um trabalho coletivo, nenhum pesquisador escreve um trabalho com mínimo de responsabilidade histórica, sem conversar, sem debater, sem discutir, sem conhecer outras historiografias. O doutorado sanduíche me concedeu essa experiência, e quando cheguei em Lisboa e Évora percebi que, havia escrito o trabalho no Brasil com interpretações erradas a meu ver, e isso me fez perceber que não era aquilo que eu queria. À medida que eu fui amadurecendo em carga de leitura, compreendendo melhor as fontes, debatendo e discutindo o próprio objeto, tudo me levou a uma condição de teoria e metodologia única no meu trabalho². O objeto de estudo leva o historiador a uma teoria e metodologia singular, apesar de anteriormente está com alguma ideia ou com algum princípio relacionado a ele.

Nesse sentido, o doutorado sanduíche em Évora não só me deu a concepção de história, mas também o acesso a fontes que no Brasil não me foi permitido. Tive uma grande sorte de nascer em uma geração de bons historiadores, e a internet facilitou o acesso a arquivos digitais nunca visitados por pesquisadores sergipanos. Isso me propiciou uma gama muito grande de informações e documentos históricos, que fizeram a diferença no processo criativo

2 Ver SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar**: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808). Tese (doutorado em História). Salvador, BA: FFCH/UFBA, 2017.

(imaginação histórica). Este processo herdei da minha formação teatral e de roteirista de cinema. A imaginação na construção de uma tese é muito única. Só para se ter uma ideia, no meu quarto tinha uns *post it* grudados no guarda-roupa, contendo informações/ideias/frases, que ajudaram a montar o quebra-cabeça histórico que na minha mente ainda não estava armado. O meu processo criativo é análogo a um grande mural, que todo dia eu montava e desmontava, de acordo com as orientações. Tudo isso foi importante.

É nesse sentido que, explicarei um pouco sobre **um outro viés do passado**. A tese de doutorado teve a influência da minha formação em Sociologia. No trabalho é evidente essa carga sociológica com citações de vários autores da sociologia clássica e contemporânea. Uma segunda influência foi da segunda Escola dos Annales, não é à toa, que no meu trabalho vocês vão encontrar algumas tabelas, gráficos, etc. Outra influência foi do viés interpretativo da historiografia paulista e baiana do passado colonial brasileiro e sergipano. Optei por assumir a carga sociológica e acredito que eu fui muito feliz. Atribuo o sucesso a companhia intelectual das *Marias*, que estavam comigo e permitiram a liberdade acadêmica. Por fim, o viés relacional veio do Norbert Elias e do Pierre Bourdieu que, foram autores que eu acabei utilizando.

Então, este meu trabalho está permeado por essa heterogeneidade, não só de pensamento, mas de teoria e metodologia. Tudo gerou um alargamento do que vem a ser história. A história não é só o documento, a história não é só o fato histórico, a história tem sujeitos e muitos são anônimos. Logo, foi uma dificuldade identificar tais indivíduos e eu não tinha percebido isso, até o doutoramento sanduíche em Évora.

Em Évora, mudei a perspectiva historiográfica, alterei o estilo de escrita, e não foi fácil. Escrever cientificamente é uma tarefa muito complicada, e a orientação das professoras Maria de Deus e Maria José foram fundamentais nesse sentido. A minha escrita na tese os-

cilou num primeiro momento, ora bastante factual, ora crítica, mas depois ela começou a ganhar características analíticas, fruto das leituras de uma historiografia anglo-saxônica apresentada por Jesus Bohorquez, um colega colombiano, que eu tive o prazer de conhecer na Universidade de Lisboa.

Essa interação acadêmica contribuiu para que o meu trabalho tenha essa característica na escrita e na narrativa. Ela é uma escrita que busca a compreensão de dois processos, nesse caso eu vou falar de um deles que é a distinção. Levanto uma questão: como esses moradores na Capitania de Sergipe eram distintos socialmente?

Do ponto de vista da temporalidade situo a pesquisa na metade do século XVIII, mais precisamente em 1750 até 1808. O primeiro ponto que eu gostaria de discutir é sobre a maneira que as pessoas acabavam assumindo uma determinada diferenciação e o modo que as pessoas se distinguiam umas das outras em Sergipe Colonial.

A primeira forma de distinção social seria através da linhagem. A linhagem em outras palavras é a origem familiar. Ela serviu para fazer com que o indivíduo se classificasse entre os outros indivíduos. Socialmente, dentro de uma sociedade essa linhagem era um divisor, uma marca social muito forte, dentro do Império Português. Ela classificava quem era do Reino, e quem era do Ultramar. Além disso, essa linhagem fazia com que o indivíduo fosse identificado pela nacionalidade.

Podemos observar as imagens abaixo - **Tipos de nação presentes no Brasil Colonial**, e notar tais conclusões.

Imagem 1: PORTUGUÊS. Francisco José Gorjão Henriques da Cunha Coimbra e Serra.



Fonte: Leiria, Bombarral, Palácio Gorjão, 15.08.1724, † Cada-val, Peral, Quinta de São Lourenço, 08.01.1787.

Imagem 2: ESCRAVO da Nação Africana Angola. In: ENCICLOPÉDIA Itau Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itau Cultural, 2020.



Fonte: Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra28660/escravo-da-nacao-africana-angola>>. Acesso em: 08 de set. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Imagem 3: [CAMBEBÁ]. Gravura da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, séc. XVIII.



Fonte: Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792

A imagem 1 retrata um português, analise como ele era retratado e reconhecido pelos seus pares, pela sociedade ultramarina, e europeia portuguesa, espanhola, francesa, inglesa e holandesa. A imagem 2 é um escravo de nação africana Angola, classificação muito frequente nos inventários post-mortem de São Cristóvão na Capitania de Sergipe. A imagem 3 é um Gentil de Nação Indígena, como eram conhecidos os índios em Sergipe. Eles eram retratados e reconhecidos mais ou menos com essas características. Portanto, essa linhagem tinha como principal objetivo provar uma origem diferente. Com isso, se formava uma distinção que, possibilitava acumular armas, cavalos e escravos negro ou indígena.

Reconhecer o sujeito como sendo de nação Portuguesa foi uma questão bem interessante. Eu levei em consideração dentro dessa perspectiva do Império Português, todos aqueles que nasceram no

Império. O critério se baseava na língua falada, nesse caso a descrição contida nos documentos. É verdade que, no Estado do Brasil se falava diversas línguas, não só a língua portuguesa, mas as línguas africanas e indígenas (Tupi). A língua falada no litoral sergipense³ era uma forma de distinção muito clara. Portanto, todo aquele que nascia dentro do Império e falava o português foi classificado como de nação portuguesa. Aquele que nasceu em África, e que falava uma língua africana (nagô, jeje), etc. foi considerado como africano. Assim como, os indígenas que falavam o Tupi, a língua geral falada no litoral do Brasil. A linhagem fazia com que o indivíduo lembrasse de sua ancestralidade.

Exemplo é a árvore genealógica de José Frique do Prado.⁴ A origem do sobrenome Frique remete ao Império Germânico. E que, por alguma questão migratória chegou até Sergipe. Aqui se estabelecendo e constituindo família. Então, a linhagem representava uma tradição, uma ancestralidade, e sobretudo, uma origem familiar.

Outra forma de distinção é a riqueza. Se pensava que a sociedade que habitava o termo da Cidade de São Cristóvão/SE era pobre. Mas, as joias e outros bens mostraram o contrário. O indivíduo poderia ser rico pelo esforço de seu trabalho, poderia ser pela posse da propriedade privada e pelas atividades comerciais. O termo de São Cristóvão/SE tem uma particularidade muito interessante, que até hoje é marca da nossa economia. Naquele momento, Sergipe produzia riqueza através da agricultura e da pecuária.

Lembro-lhes que a pecuária e a agricultura eram voltadas, justamente, para o abastecimento do mercado externo. Quem seria pobre nessa sociedade sergipense? Seria pobre aquele que não tinha uma grande quantidade de bens e não conseguia viver dignamente, não conseguia ter um sustento e suprir suas necessidades mínimas. Quem seria remediado? Seria aquele que hoje conhecemos como

3 Gentílico de quem nascia em Sergipe naquela época.

4 Ver SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar**: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808). Tese (doutorado em História). Salvador, BA: FFCH/UFBA, 2017. p. 141.

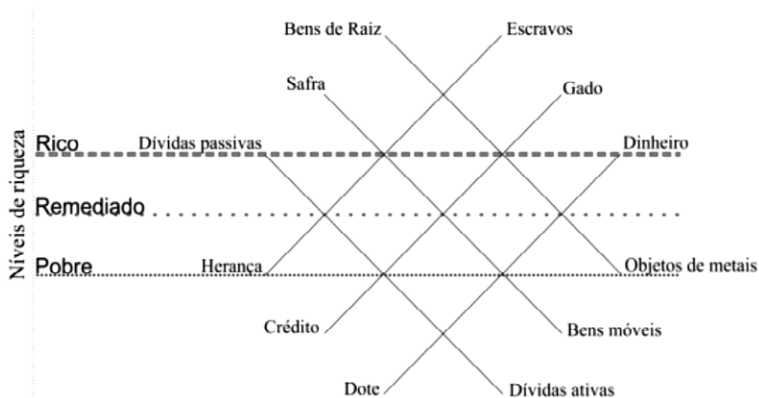
classe média. Seria aquele que estaria entre os pobres e os ricos. Quem seria rico? Era aquele que possuía uma grande abundância de bens, de riqueza, de capital, de crias, e de escravos.

Uma outra questão bem curiosa é em relação a riqueza entesourada. Podemos dar como exemplo, uma bacia de barba recortada. Ela era muito comum nos inventários post-mortem de Sergipe. No arrolamento de bens encontra-se peças de ouro e prata. O curioso é que Sergipe não tinha jazidas de ouro dentro do seu território, mas que pelo comércio do ouro, pelas trocas de bens e mercadorias, e pelo intercâmbio de pessoas (conexão global) como falava Fernand Braudel, possibilitou os indivíduos acumularem. Sergipe era bastante afastado desses grandes centros auríferos, mas aqui alguns artesãos produziam essas peças. O que possibilitava esses indivíduos terem objetos de prata e ouro e de pedras preciosas.

As mulheres possuíam riqueza não só em forma de brincos, alfinetes, broches, colares, diademas de ouro e prata, mas também de muitos outros objetos. Imagina-se por exemplo, uma missa na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória ou na Igreja de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, como seria tão belo a ostentação e exibição pública de adereços e indumentárias. As peças religiosas como: relicário, crucifixo de ouro, etc., possibilitava esses indivíduos internalizar não só a religião, mas um costume e uma cultura portuguesa.

A riqueza na Capitania de Sergipe teve forte ligação com a produção de açúcar e também com a criação de gado. Os engenhos tiveram papel fundamental na geração de riqueza. Por exemplo, o engenho Camaçari que foi morada de José Ribeiro Navarro, no termo da cidade de São Cristóvão. José Ribeiro Navarro do engenho Camaçari possuía grande riqueza pela produção de açúcar e pelo plantel de escravos que compunham a sua fortuna.

Passamos agora para os níveis de riqueza desta sociedade. Vejamos o esquema abaixo dos **níveis de riqueza**:



Fonte: SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)**. Tese (doutorado em História). Salvador, BA: FCH/UFBA, 2017. p. 146.

Os níveis de riqueza em forma de uma teia demonstram as possibilidades de acumular riqueza. Para que um indivíduo saísse da condição de pobre para a condição de rico era preciso agenciar várias distinções. É bem verdade, que do ponto de vista da classificação social em São Cristóvão/SE havia os miseráveis, pobres, remediados e ricos. Os miseráveis não tinham nenhum tipo de bens. Portanto, não era preciso fazer inventário ou testamento. Os considerados pobres tinham poucos bens. Eles poderiam conseguir algum tipo de riqueza através do dote, bens móveis (exemplo: escravos, gado vacum, cavalari, cabrum, ovelhum, ave, porco), objetos de metais, dívida ativa e crédito. Se o indivíduo atingisse esse nível era considerado pobre.

Na base intermediária estaria o indivíduo remediado. A riqueza de um remediado era todos os bens de um pobre, mas com um nível acima, por sua quantidade ou qualidade. As dívidas passivas seriam aquela a receber dinheiro. Acreditava-se que dentro do período colonial brasileiro não havia circulação de dinheiro, e no caso em Sergipe, houve uma certa circulação de dinheiro. O acúmulo de dinheiro foi propiciado, também, pelo comércio do gado vacum, cavalari, cabrum ou ovelhum. As safras poderiam ser diversas, desde mandioca,

cana-de-açúcar, tabaco, coco à feijão. Os bens de raiz eram as casas, as choupanas, as fazendas, os casebres, os engenhos e os sítios.

Nessa sociedade do Império Português Ultramarino sul-americano o importante seria alcançar os ofícios e cargos extremamente privilegiados. Podemos dar alguns exemplos: o cargo de Capitão-mor de Capitania, que seria hoje o similar a governador; ou Ouvidor de Comarca que seria semelhante hoje a juiz. A partir desses cargos os indivíduos acabavam tendo distinção.

A distinção ocorria também pela forma de se vestir. Exemplo disso, seria o uniforme de um Regimento de Cavalaria na Cidade de Sergipe. Apenas nobres e militares tinham esse privilégio de utilizar uniformes e armas. O uso de espada era regulado por legislação própria do Império Ultramarino. O escravo não tinha permissão de usar armas, porque o escravo poderia cometer crimes. Então, esses indivíduos na cidade de São Cristóvão eram distintos por seus cargos, ofícios e atividades.

A agricultura e a pecuária eram o caminho mais natural para a acumulação de riqueza. Ser senhor de engenho é um título honorífico, mas ao mesmo tempo símbolo de uma classe econômica. Ser classificado como senhor de engenho, fazia total diferença em uma sociedade hierarquizada. Esses ofícios e cargos eram importantes, não só para dar visibilidade, mas também para conseguir poder. Exemplificando, o capitão-mor tinha grande poder, porque era um indivíduo que exercia um cargo importante, que trazia consigo uma carga de poder militar, econômico, social e simbólico fortes. Por isso, que as ordens dadas dentro de um determinado território seriam obedecidas de certa maneira por imposição do cargo.

Uma das atividades econômicas importantes da Capitania de Sergipe era o cultivo do coco e a extração do sal. Mas, a base da economia de Sergipe era a cana-de-açúcar. O complexo da atividade açucareira (a lavoura da cana-de-açúcar, o engenho, a roça, o escravo, os animais de tração, o carro de boi, a sumaca) possibilitava alguns indivíduos não só fazer parte de um circuito mercantil dentro do Es-

tado do Brasil, mas do mesmo modo, dentro do Império Português. A título de exemplo, as caixas de açúcar de Sergipe iam parar nos portos da Bahia e/ou Pernambuco, de lá para o porto de Lisboa, de Lisboa para o Porto de Cádiz, ou de Lisboa para o de Amsterdã, de Amsterdã para Londres, etc. Aqui, estamos diante da globalização do século XVIII. Apesar de alguns historiadores não considerarem, esse momento como uma fase do desenvolvimento da globalização. Considero e interpreto como tal. E é evidente essas conexões de bens, serviços e pessoas. As conexões globais podem ser verificadas não só pela questão da cultura material, porém pelas exportações, pelas entradas e saídas de pessoas e navios. A tapioca que hoje comemos na Orla de Atalaia em Aracaju/SE, prato típico sergipano, você encontra registro nas balanças de comércio de Portugal, exportando através da Bahia, Rio de Janeiro para Portugal, Espanha e França.

Outra forma de distinção é a aparência. A aparência funcionava como meio de distinção social. Basicamente, possuía dois tipos de aparência: a fisionômica, ou seja, os caracteres físicos; e o vestuário, ou seja, o que se usava para vestir. Nesta sociedade colonial do Império Português a aparência era um sinal forte de distinção. A aparência através da fisionomia e do vestuário possibilitava conhecer a família, reconhecer o indivíduo através da nacionalidade (portuguesa, espanhola, francesa, inglesa), a sua naturalidade, a condição econômica, a condição social, e especialmente, os ofícios, os cargos e o estilo de vida.

Em diversas documentações notariais e administrativas régia encontram-se várias informações da aparência. Tal como: a estrutura do corpo (grosso, fino), o tipo de rosto (afilado, redondo), o nariz (comprido, alargado) e a cor dos olhos (negros, azuis). Há uma diversidade de características fisionômicas que iria dos membros inferiores aos superiores, do tronco, da cabeça, de cicatriz, a um sinal de nascença. Tudo era usado para distinguir o indivíduo dentro desse universo social do Império Português.

Por outro lado, temos a estética. O uniforme militar dos soldados que circulavam na Praça de São Francisco em São Cristóvão/

SE era elegante. Esse soldado da Ordenança de Sergipe se destacava em meio a população pobre de São Cristóvão e da Capitania que pouco tinha do que vestir. Usar sapatos, meias, calças, casacos, espadas, chapéus e cabeleira era sinal de distinção. O homem que usava cabeleira (peruca) no século XVIII era um homem respeitado. Era um homem que representava nobreza, linhagem e ancestralidade. Um homem do século XVIII que criava barba era um indivíduo que expressava masculinidade.

Nesse sentido, a estética servia para acessar lugares. Era proibido, por exemplo, frequentar uma missa celebrada na Igreja Matriz de São Cristóvão sem está adequadamente vestido, e, calçado em um tamanco de madeira ou um sapato importado da Holanda, ou trajando uma túnica, uma camisa da Bretanha ou da Holanda.

A estética garantia o acesso a cerimônias, tais como: festas de batizado e aniversário, casamento e enterro. Os escravos negros eram proibidos de usar seda e tecidos finos. Como os negros em Sergipe se vestiam? O negro em Sergipe andava quase nu, usava uma canga (uma espécie de calça de algodão produzida nas confecções da Ásia) exportada para Sergipe e com os pés descalços. A peça de canga de algodão igualmente era produzida dentro do Engenho/Sítio. Então, a maioria dos negros em Sergipe andavam apenas com uma peça de roupa cobrindo o corpo. Os senhores de engenho não se preocupavam em vestir sua escravaria, já que era dispendioso para eles. Os índios igualmente andavam quase nus. Eles cobriam a genitália com palha e cipó. Se os índios aldeados viviam em condições precárias, os índios não aldeados viviam de maneira paupérrima.

Por fim, a condição jurídica diferenciava os indivíduos e os distinguia. No Império Português “ser ou não ser livre, eis a questão”, era um determinante social. Ser livre ou escravizado era uma forma de distinção, talvez a principal de todo o Império Português. A condição jurídica implicava o acesso a riqueza e a sua acumulação. Ser livre ou liberto representava adquirir riqueza, por meio de acesso

aos negócios, investimentos, cargos, ofícios, heranças e até um bom casamento. Possuir bens só era possível pela condição jurídica.

Exemplificativamente, nas minhas pesquisas encontrei três casos de escravos na cidade de São Cristóvão/SE que, possuíam bens de raiz, móveis e escravos. Talvez tenha sido poucos, mas isso nos chama a atenção para uma situação que existiu na nossa sociedade. Dentro da legislação régia portuguesa era proibido escravo ter escravo.

A condição jurídica estabelecia fronteiras simbólicas e espaciais. Por exemplo, frequentar as missas em Igrejas de “brancos” era proibido ao escravo. Havia uma relação direta entre a condição jurídica e essas distinções simbólicas. Na documentação colonial do Brasil nos deparamos com expressões taxonômicas, tais como: “branco livre”, “negro escravo”, “índio livre”, etc. Mais que expressões, eram marcas social de uma sociedade hierarquizada.

Concluimos que, as distinções simbólicas através de hábitos, mercês, títulos, etc., funcionava como uma grande forma de diferenciação social. Era muito comum dentro da Capitania de Sergipe as grandes autoridades estarem portando insígnias. Exemplo que damos é a insígnia da Ordem de Cristo e os hábitos locais (da Ordem Terceira do Carmo, de São Francisco, do Santo Ofício).

Na cidade de Sergipe possuía aproximadamente 28 tipos de irmandades e confrarias. A maioria dos moradores da cidade faziam parte de uma, duas, três, ou até quatro irmandades ao mesmo tempo, e acumulavam o hábito da Ordem de Cristo, o hábito da Ordem Terceira do Carmo, o hábito da Ordem de São Francisco (a mais popular). O hábito de São Francisco representava abdicação a riqueza e o desapego às coisas materiais. Por outro lado, quem portava o escudo da Ordem Terceira do Carmo representava uma vida seguindo as sagradas escrituras. Essa sociedade sergipense era permeada por questões simbólicas.

À guisa de conclusão, o conjunto de distinções sociais que envolviam o estatuto social, a linhagem, a condição jurídica, as distinções simbólicas, os ofícios, os cargos, as atividades econômicas,

a aparência, etc. funcionavam como uma grande teia complexa de níveis de riqueza.

A condição de riqueza estaria totalmente relacionada com as formas de distinção social. O que eu quero dizer com isso, é que quanto mais rico for um indivíduo mais distinto ele seria; e quanto mais distinto ele fosse mais rico também ele seria. É uma relação direta e proporcional. Isso só foi possível, graças a essas distintas trajetórias que os indivíduos poderiam ter dentro do Império Português e que possibilitava ao longo da sua vida acumular riqueza e distinções. Assim, além da exploração da força de trabalho, do capital, da propriedade privada, do comércio e da agricultura como formas clássicas de geração de riqueza, as distinções sociais geraram riqueza.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã**: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução do alemão de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRAGOSO, João R. et FLORENTINO Manolo. **O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João R. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia mercantil na praça do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora. Brasiliense, 1994.

SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar**: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808). Tese (doutorado em História). Salvador, BA: FFCH/UFBA, 2017.

SCHWARTZ, Stuart. Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brazil. **Latin American Research Review**, v.31, n.1, 1996.

SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik. (Orgs.) **O Brasil no império marítimo português**. Bauru: Editora Edusc, 2009.

‘ESCAVAÇÃO PELO OLHAR’: ZOOARQUEOICONOGRAFIA EM TEMPLOS DAS ORDENS RELIGIOSAS EM SERGIPE DEL REY



VERÔNICA NUNES

[...] O equilíbrio humano pressupõe o mundo animal. Não só o homem domestica e adentra o animal, mas também o animal domestica e adentra o homem em sua religião, em sua vida social, em sua trajetória do seio de Deus à terra e da terra ao seio de Deus. Que o confirmem a serpente enroscada na Árvore do Bem e do Mal na primeira página do Gênesis e o cordeiro triunfante sobre o dragão acorrentado no Abismo na última página do apocalipse (NEOTTI, 2015, p.17).

Ao longo da minha experiência profissional, sempre tive uma sensibilidade para os objetos, que continuamente refinaram o meu olhar para suas leituras e interpretações. Esse despertar do olhar com a cultura material se deu nos espaços museológicos, nas disciplinas de pré-história e patrimônio lecionadas nos cursos de História, Arqueologia e Museologia. Desta maneira, pude transversalizar saberes. Os objetos sempre estiveram em minha trajetória de vida, pois eles compõem o cenário de minha atuação de pesquisa e a partir deles pude estranhar, provocar e problematizar os saberes em fluxo ao entender seus movimentos, como uma tela que se pode pincelar, deixando marcas materializadas em cenas que podem ser interpretadas de diferentes maneiras, por diversas óticas. O texto em foco e um recorte da minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Arqueologia e objetiva apresentar uma reflexão acerca de uma leitura zooarqueoiconográfica em igrejas coloniais de Sergipe Del Rey.

O contato com o mundo das materialidades potencializou a aplicação das técnicas e treinou meus olhos para captar seus significados, nos traços, símbolos, na identificação da matéria, assim como na sua funcionalidade. Assim a aproximação com a cultura material arqueológica permitiu ler/ver/sentir as imagens e narrativas relacionado com o universo católico brasileiro no passado. Nesse sentido, ao evidenciar as cenas zooiconográficas que constituem a materialidade presente nos templos católicos no Brasil, especificamente as que se encontram em Sergipe faz referência às experiências artísticas do período setecentista, que podem ser compreendidas como uma linguagem utilizada para a difusão do pensamento católico oriundo do Concílio de Trento (1545-1563).

A pesquisa se insere na vertente teórica da Arqueologia pós-processual, no âmbito da Arqueologia histórica, o que possibilita uma posição de subjetividade nas interpretações arqueológicas, além de proporcionar, neste estudo, uma aproximação com o campo da história de Sergipe, da arte barroca e dos símbolos, na área da Zooarqueoiconografia. Isso torna evidente que as sociedades se movem num mundo carregado de sinais, experiências estéticas, subjetividades, suscetível a múltiplas abordagens interpretativas.

O fazer arqueológico adentra o mundo das representações, das palavras, das coisas e das mentalidades, como bem ensinou Ginzubrg (1989), ao alertar que o pesquisador deve lidar com o jogo da aproximação e do distanciamento, tentando captar em sua inserção os benefícios e perigos de uma análise. Sem esse movimento, não há exercício crítico possível, uma vez que podem escapar algumas das perspectivas traçadas no processo de estranhamento. Além disso, ensina-nos que esse movimento não é algo técnico, porém se apresenta em nossos exercícios como um momento de compreensão, atingível quando é possível observar a realidade do exterior, de longe, de uma posição de deslocamento das margens; através delas as abordagens históricas são interligadas e trazem à tona seus resquícios, o que potencializa acompanhá-los através do tempo e do espaço.

ZOOARQUEOICONOGRAFIA: CULTURA MATERIAL E REPRESENTAÇÕES ZOOMÓRFICAS

As representações simbólicas de animais sempre estiveram presentes na cultura material, produzidas e incorporadas em diferentes sociedades, compondo os repertórios culturais que atravessam o universo religioso, artístico, econômico, político e social, estreitando as relações estabelecidas entre homens (razão) e animais (instinto), por criarem um plano híbrido entre as relações humanas e não humanas. Dessa forma, desde a pré-história, esses símbolos estão presentes, demarcando os limites da comunicação e dos significados que adentram o mundo do visível e podem ser interpretados, traduzidos e compreendidos, a partir de diferentes sentidos e linguagens elaboradas pelos atores sociais envolvidos.

Nesse universo a Zooarqueologia se encaixa, no estudo da materialidade, tanto física (na relação entre restos de humanos e restos de animais) quanto simbólica (na relação de representação homem e animal), o que de certo modo amplia o campo de estudo e análise da Zooarqueologia. Este começa a dialogar com outros saberes: entre eles destacam-se a Arte, a Antropologia, a História, a Arquitetura e a Linguística que se preocupam com o estudo e a análise simbólica da cultura material no espaço-tempo das relações sociais. Com isso, é possível dizer que a Arqueologia busca investigar as emergências, as manutenções, as escolhas determinadas por indivíduos e as transformações dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material produzida na estrutura da vida social.

A Zooarqueologia é definida enquanto um campo de análise que se propõe a investigar os vestígios materiais de animais relacionados com as experiências humanas. Nesse caso, é um campo que possibilita realizar diferentes leituras em diferentes objetos, levando em consideração que as materialidades podem estar carregadas de distintas representações, significados construídos socialmente e disseminados como uma

estrutura de signos, de modo que eles podem ser entendidos enquanto canais de comunicação.

Dentro desse universo da Zooarqueologia, surge a Zooarqueoiconografia, um campo de análise que proporciona trabalhar com a leitura e a descrição das representações zoomórficas na cultura material, em diferentes contextos socioculturais e tempos históricos que se constituem a partir das múltiplas camadas de significados que são elaboradas no tecido social.

Os arqueólogos, diante dos objetos zooiconográficos, elaboram práticas de leituras específicas que requerem rigor crítico, provocativo e interpretativo, pois ao deslocarem e aproximarem os arqueólogos para o campo da materialidade visual, ampliam-se as regras do jogo, visualizam-se outros conjuntos operacionais. Estes ajudam a pensar em outros elementos cognitivos que moldaram a vida social e influenciaram os processos sociais, ampliando a consistência da pesquisa arqueológica e seu universo de atuação. Além disso, as estruturas arquitetônicas podem ser lidas da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo. Os arqueólogos podem obter informações sobre o momento de sua edificação até os fatores naturais que atuaram após o seu depósito original (vento, chuva, enchentes, raios e surgimento de fungos).

Nessa linha, a cultura material em cena produz diferentes informações sobre determinado momento do passado, levando em consideração a sua resignificação ao longo do tempo. Assim, os templos religiosos acumulam e carregam diferentes significados em cada momento de sua existência, fornecendo para nós “arqueólogos, indícios do passado que, de outra maneira, muitas vezes seria extremamente difícil de visualizar” (ORSER JUNIOR, 1992, p.39).

REPERTÓRIO DA TEOLOGIA EUCARÍSTICA NO BRASIL COLONIAL: A REPRESENTAÇÃO DO PELICANO

A ave marinha palmípede, o pelicano, aparece na maioria dos continentes, exceto, na Antártida. Existem diversas espécies, uma delas é o pelicano pardo –*Pellicanus Occidentalis* Linneaus, (*Pellicanus occidentalis*, *Pellicanos Occidentalis* Murphi (Peru), *Pellicanus Occidentalis* Urinator, *Pellicanus Occidentalis* Carolinensis) estudado por Karl von Linné (1707-1778), em 1776 (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2017; FABRINO, 2012; NUNES, 2018). Os pelicanos se configuram como animais imensos; como vivem em ambientes aquáticos, seus dedos são conectados por filamentos membranosos. Pescam coletivamente e quando se organizam ficam numa disposição que imita a forma de ferradura, usando nesse momento métodos colaborativos. Alimentam-se de peixes e crustáceos e com a bolsa em seu bico armazenam os peixes. Quanto à nutrição dos filhotes, é feita por regurgitação – ato de expelir o que há de excesso no estômago.

No campo religioso católico o pelicano foi incorporado nos repertórios da teologia eucarística, que trouxe uma modificação no rito da missa, incorporando o tema do sacrifício centrado na Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. Essa alteração ocorreu no Concílio de Trento e foi cumprida pelo Papa Pio V (1566-1572), ao aproximar o pelicano da representação de Cristo. Nesse sentido “a catequese é clara, Cristo eucarístico alimenta com seu corpo e sangue a quantos deles se aproximarem para se alimentar” (NEOTTI, 2015, p.267). Assim, as representações de animais nos templos vão ganhando dinamicidade, a partir do repertório catequético apoiado no programa eucarístico com bestiário (SEBASTIAN, 2007).

Torna-se interessante elucidar que no território brasileiro a representação do pelicano aparece em diversas igrejas, associado a elementos fitomórficos e zoomórficos. Estes compõem a decoração em talha nos retábulos e na mesa do altar, em paramentos litúrgicos e lavabos, pautados na efetivação do repertório da teologia eucarística utilizado na vida religiosa da colônia portuguesa na América. Enfim, as representações in-

tegram as práticas religiosas e surgem enquanto mecanismo para viabilizar a unidade e manter o controle no novo território conquistado que, até aquele momento, encontrava-se com poucos dispositivos da representação da fé católica. Tal processo desencadeou a presença de ordens religiosas com o propósito de ampliar a presença cristã em diferentes espaços.

AS REPRESENTAÇÕES ZOOARQUEOICONOGRÁFICAS NO TERRITÓRIO ECLESIAÍSTICO DE SERGIPE NO SÉCULO XVIII

O território eclesiástico pertencente à Arquidiocese da Bahia, na Capitania de Sergipe Del Rey, foi formado no período colonial, entre os séculos XVII-XVIII, num espaço onde foram edificadas as igrejas, compondo o território do sagrado, inicialmente constituído pela freguesia de Nossa Senhora da Vitória, tendo os seus limites entre os rios Real e São Francisco. O seu desmembramento permitiu a ereção de novas paróquias e freguesias em cujo território estão as construções arquitetônicas religiosas edificadas.

Entre as construções religiosas existentes no território foram estudadas a Igreja de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru, antigo aldeamento dos índios Kiriri, sob a administração da Companhia de Jesus; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba, antiga propriedade jesuítica (na povoação de Laranjeiras); a igreja do convento de Nossa Senhora do Carmo da Ordem dos Frades Carmelitas; a Igreja do Convento Bom Jesus da Glória (também denominado Convento da Santa Cruz e atualmente conhecido como Convento São Francisco), da Ordem dos Frades Menores e a sacristia da Capela Santa Izabel, da Ordem Terceira de São Francisco, ambas em São Cristóvão. Tais monumentos evidenciam a polarização espacial em torno dos lugares de práticas devocionais, elemento estruturante da organização social católica na colônia portuguesa.¹

1 As outras duas propriedades jesuíticas Tejupeba em Itaporanga D'Ajuda e a igreja de Santo Antônio e Nossa Senhora das Neves, em Laranjeiras possivelmente tiveram seus retábulos modificados para o estilo neoclássico e por isso não encontramos o repertório teológico eucarístico do século XVIII.

Na construção da territorialidade eclesiástica, na capitania de Sergipe Del Rey, ficam evidenciadas as marcas deixadas pelos jesuítas, franciscanos e carmelitas. A noção de território eclesiástico é entendida nesse estudo como uma delimitação espacial que materializa a representação do “poder episcopal e da jurisdição eclesiástica”, formando um território que se caracteriza por cultos, práticas e devoções cristãs da igreja católica, constituindo a formação de uma “geografia eclesiástica”.

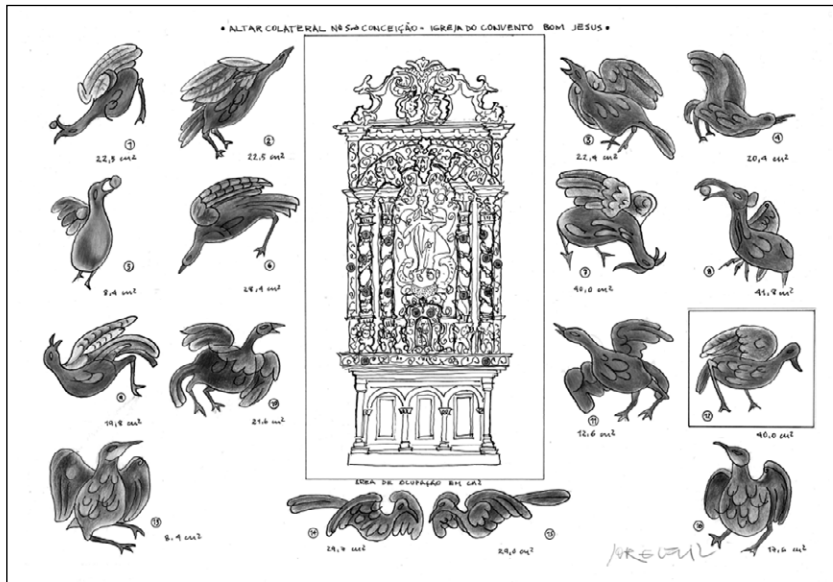
Ao olhar para estas espacialidades, enfatizamos que a materialidade deixada pelas instituições religiosas possibilita trazer à tona fragmento da presença dessas ordens religiosas nos espaços nos quais realizaram suas ações missionárias. Por conseguinte, suas atuações só podem ser compreendidas a partir das relações que os grupos estabeleceram com o desbravamento desses novos ambientes ecológicos, escolhidos para implementação de seus assentamentos, o que neste caso deve ser entendido como algo não estranho à sociedade, mas como parte dela e de sua cultura (BARCELOS, 2000).

No universo religioso de Sergipe colonial ficou evidenciada na prospecção, a materialidade Zooarqueoiconográfica do pelicano, que aparece em maior quantidade, al disseminado por todo o território colonial como representação de Cristo no processo catequético realizado pelas ordens religiosas. Essa evidência foi fundamental para pensar nos repertórios empregados como ornatos na arte barroca. Assim, comecei a tentar entender os esquemas mentais, as combinações, os traços, as ondulações, as soluções esféricas, as curvas e os movimentos que apareciam na arte cristã, pois de certo modo traziam a peculiaridade do estilo, da técnica das obras e a originalidade do artista. Nesse sentido, o pelicano emerge como ponto central do estudo, sendo a linha condutora das reflexões sobre o mundo católico e suas representações materiais.

O estudo da ave foi realizado a partir da Zooarqueoiconografia da arte cristã e da noção de signo, entendido como aquilo que é usado para transmitir uma mensagem, objetivando compreender a materialidade

católica. Por outro lado, o objeto escolhido não procede de escavação arqueológica, mas é resultante do levantamento e “prospecção/escavação com o olhar”, realizada nos retábulos; tem um significado no local em que está inserido, ou seja, uma função onde foi colocado, que é o seu papel no processo catequético. Como pode ser observado no croqui do sítio arqueológico Bom Jesus da Glória, presente no intrassítio Nossa Senhora da Conceição (altar lateral).

Representações do pelicano no intrassítio Nossa Senhora da Conceição em São Cristóvão/SE

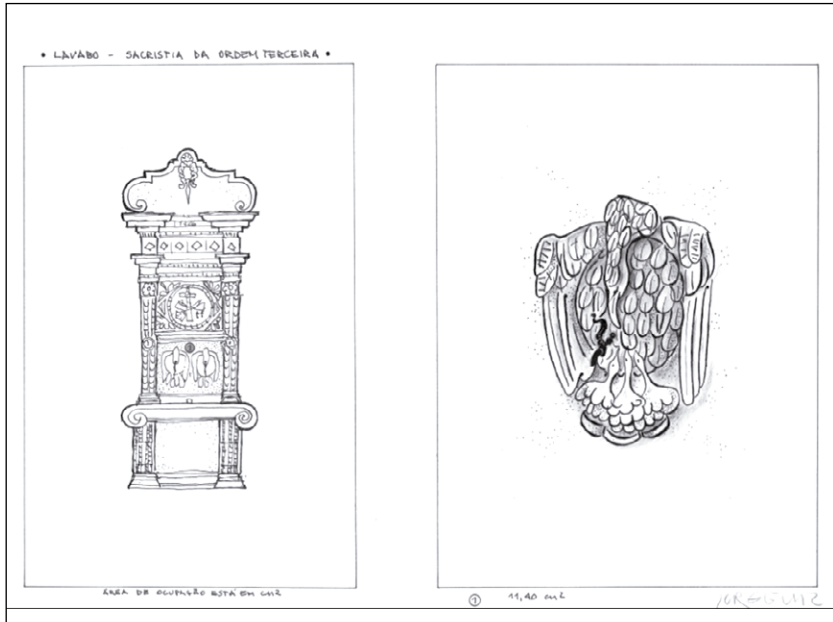


Elaboração artística do croqui: Jorge Luiz, 2018

Enquanto elemento da cultura material católica, o objeto é produzido para transmitir mensagens. A ave, o pelicano, e os demais objetos que emprego nesse estudo, transmitiram uma mensagem nos séculos XVII e XVIII e integraram o discurso religioso da Contrarreforma. Nesse sentido, o campo das representações dos objetos materiais ganha diferentes significados atribuídos; por exemplo: o leão é o símbolo do valor; a bolha o da inconstância; o pelicano o do amor materno (CHAR-

TIER,1991). Nesse sentido, pode-se visualizar no intrassítio Lavabo da Sacristia da Ordem Terceira em São Cristóvão/Sergipe.

Pelicano no intrassítio Lavabo da Sacristia da Ordem Terceira em São Cristóvão/Sergipe.



Elaboração artística do croqui: Jorge Luiz, 2018

O registro destas representações produz uma relação decifrável, portanto, postulada entre o signo visível e o referente significado – isto não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser. Portanto, a representação se constrói a partir dos repertórios culturais de um grupo em jogo, sendo fundamental, para entender esses processos o distanciamento de quem observa o fenômeno da representação em uma dada cultura. Logo, nas igrejas estudadas, o símbolo apresenta uma história tecida pelas diferenças, nas quais os significados dos acontecimentos se estabelecem na distância entre eles e as várias formas de vê-los, ou seja, é o exercício de enxergar a si mesmo nos olhos dos outros.

Nesse sentido, o arqueólogo busca fazer um esforço analítico para entender “a cultura material em cena” (OLIVEIRA JUNIOR, 2015b). A materialidade em cena pode ser entendida como toda a cultura material que se encontra na superfície (a exemplo de casas, templos, mobiliário, objetos para uso pessoal como joias, objetos sagrados dos diversos segmentos religiosos, objetos de arte, garrafas, entre outros) e não aterrada e conforme destaca Oliveira Junior (2015b, p.1) “que não comunga com a ideia de que fazer Arqueologia é apenas fazer escavação e ter objetos evidenciados para serem analisados”. Desta forma, destaco que a materialidade em cena não tem um valor menor que os objetos encontrados em escavações, como se pode ver nas cenas elucidadas.

Por fim, as representações da cultura material católica dentro da sociedade podem ser compreendidas enquanto uma projeção de imagens, como se faz diante de um espelho que pode ser percebido, ora na evocação da ausência de um corpo físico, ora na constituição da imagem visível da realidade representada e, assim, sugere a presença. Ginzburg completa dizendo que “a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar” (CHARTIER, Apud GINZBURG, 2001, p.85). Dessa forma, esse embate produz e alimenta um ilusório jogo de espelhos que projeta diferentes formas do ‘mundo real’, cujas formas capturadas dessa imagem se organizarão a partir do olhar e da experiência de quem se encontra envolvido.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Artur H. F. **Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas**: o caso de São João Batista. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2000.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Tradução Vera da Costa e Silva e al. 30ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfología e história. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. Ecce. Sobre as raízes culturais da imagem de culto cristão. IN: _____. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 104-121.

FABRINO, Raphael João Hallack. **Guia de Identificação de Arte Sacra**. Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

NEOTTI, Clarêncio. **Animais no altar: iconografia e simbolismos**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 2015.

NEVES, Belinda Maria de Almeida. **O bestiário na Igreja do Colégio da Companhia de Jesus em Salvador**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Universidade Federal da Bahia. Escola de Belas Artes. Salvador, 2015.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I Sergipe**. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NUNES, Verônica (org.). **Nossa Senhora do Socorro**: trajetória. Aracaju: UFS/NID; CEAV, 1994.

_____. **Glossário de termos sobre religiosidade**. Aracaju: Tribunal de Justiça: Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de e CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana**. Brasília/DF: IPHAN/Programa Monumenta. 2010.

_____. e JUSTINIANO, Fátima. **Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro**. Brasília/DF: IPHAN\Programa Monumenta. 2008.

OLIVEIRA JUNIOR, João Mouzart de. **“Sentimentos Ficam Quando Eles Partem”**: as representações materiais zooarqueológica no Cimetière Des Chiens et Autres Animaux Domestiques, Paris – França. Trabalho apresentado no I Congresso Nacional e III Simpósio Regional Sobre Vozes Alternativas: uma discussão sobre Poder, Identidades, Educação, Patrimônio, Cultura e “Excluídos”. Aracaju, 2015 a.

_____. Um laço de amor: a materialidade em cena e as práticas de batismo nas fogueiras juninas em Aracaju- Sergipe. Trabalho apresentado no Congresso Nacional e III Simpósio Regional Sobre Vozes alternativas: uma discussão so-

bre Poder, Identidades, Educação, Patrimônio, Cultura e “Excluídos”. Aracaju, 2015b.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PAES, Francisco Augusto Lima. **Pelicanos, papagaios, uvas e beribás**: religião e arte no altar da Capela-mor da igreja do Carmo de Belém-PA. Plura, Revista de estudos da Religião, v.8, n.1, 2017, p. 39- 64. Disponível em: www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/. Acesso em: 03 de maio de 2018

PINTO, Roney Figueiredo. **A iconografia mariana no espaço jesuíta português**: culto e devoção à Virgem Maria na Igreja do Colégio de Jesus de Coimbra. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras/ Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Turismo Cultural. Coimbra, 2014 p.1-227.

RAMOS, Margarida M. Rodríguez – Elementos do barroco italiano na talha joanina .**Gávea** .Revista do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, n.4, janeiro, 1987, p.40-59.

SAUDERS, Williams. **The Symbolism of the Pelican**. Disponível em <https://www.catholiceducation.org/en/culture/catholic-contributions/the-symbolism-of-the-pelican>. Acesso em 08 de julho de 2015. Tradução livre de Gabriela Ribeiro Santos Nunes.

SEBASTIAN, Santiago. **El barroco ibero-americano**. Mensaje iconográfico. 2ª ed. Madrid: Ediciones Encuentro. 2007.

ARQUEOLOGIA EM SERGIPE: ASPECTOS HISTÓRICOS DA SUA FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO



SUELY GLEYDE AMANCIO MARTINELLI

1. INTRODUÇÃO

A pretensão com esta escrita é historiar com uma breve explanação a trajetória da arqueologia no Estado de Sergipe, enfocando seu processo de formação os primeiros projetos desenvolvidos que deram origem as ações e as atividades posteriores, alguns resultados de pesquisas e publicações acerca da primeiras ocupações humanas.

A ocupação de grupos humanos pré-coloniais no Estado de Sergipe foram registrados em documentos históricos e publicações de Pinto (1935); Sousa (1938); Mamiani (1942); Sobrinho (1954); Freire (1977); Mott (1986); Dantas (1976, 1983, 1985, 1986, 1989, 1991).

Dantas, em sua publicação de 1991, coloca que o Estado de Sergipe foi ocupado por diferentes grupos indígenas, e na região que compreende o litoral esses grupos eram os Tupinambá, Kaxagó, Natu, Karapotó, Boimé e Kiriri, e tinham maneiras próprias de organizar-se para explorar a natureza e viver em sociedade.

Registros da presença dos Tupinambá, datados do século XVI, relatam a presença desses povos na região atualmente ocupada pela cidade de Aracaju e adjacências. Estes relatos chamam atenção para a prática da pesca: “A este rio vem o gentio Tupinambá mariscar, por achar por aquelles arrecifes muitos polvos, lagostins e caranguejos” (Sousa 1938). Este autor se refere mais precisamente a enseada do rio Vaza Barris.

Os principais estudos sobre o modo de vida dos Tupinambá estão em fontes do séculos XVI e XVII, realizados por Dantas (1991). A maioria dos documentos e informações sobre os indígenas em Sergipe referem-se sobretudo ao século XIX.

Durante o século XIX, existiam em Sergipe quatro aldeamentos ou missões: Nossa Senhora da Fé de Água Azeda, situada próximo a São Cristóvão, capital de Sergipe até 1855; São Pedro do Porto da Folha, no baixo São Francisco; São Félix da Pacatuba próximo a foz do rio São Francisco e Nossa Senhora do Carmo de Japarutuba, região próxima cerca de 18 Km do litoral (Mott, 1986 e Dantas, 1986). Atualmente, a única reserva indígena no Estado de Sergipe, remanescentes da tribo Xocó, está localizada na Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha.

2. O INÍCIO

O processo do início das pesquisas arqueológicas no Estado de Sergipe não difere de outros locais do Brasil. Entre os anos de 1950 a 1980, profissionais de áreas diversas como Celso Oliva, Augusto Garcez e Núbia Marques, resgatavam vestígios pré-coloniais (igaçabas, lâminas de machados) com o objetivo de proteger os achados arqueológicos.

Dentre esses pesquisadores, podemos destacar as pesquisas de José Augusto Garcez. Este fez um trabalho de campo e laboratório identificando vestígios arqueológicos (principalmente material cerâmico) e vestígios paleontológicos, formando uma vasta coleção. A princípio essa coleção estava em um espaço em sua residência e, posteriormente, foi enviada para o Memorial da Universidade Tiradentes. Atualmente está sob a guarda desta instituição.

Na exposição do antigo Memorial da UNIT existia uma sala denominada Arqueologia – Pré-histórica onde as peças coletadas por José Augusto Garzes estavam expostas, destacando uma urna funerária encontrada em um sítio no município de Itabaiana, fragmentos de cerâmicas lisas e decoradas e vestígios líticos tais como machado polido. Além dos vestígios relacionados à pré-história coletados em

escavações, estavam em exposição adornos, indumentárias e artefatos que referenciam os índios brasileiros, ainda na mesma sala era verificado vestígios fosseis de animais marinhos e de animais terrestres como a preguiça gigante e o mastodonte.

Na dissertação de Amancio-Martinelli (2000) é citado que no fim da década dos anos sessenta, o arqueólogo Valentín Calderón da Universidade Federal da Bahia - UFBA, através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, realizou pesquisas arqueológicas na cidade de Cristinápolis na divisa entre Sergipe e Bahia, onde classificou a cerâmica presente nesses sítios como da tradição Aratu, chegando à conclusão que as formas das vasilhas refletem às das urnas funerárias periformes, contribuindo desta forma para identificar outras coleções cerâmicas encontradas na região com atribuições duvidosas (Calderón, 1971).

Formalmente e academicamente, a arqueologia em Sergipe surge no antigo Departamento de Psicologia e Sociologia – DPS (atualmente DCS – Departamento de Ciências Sociais) da Universidade Federal de Sergipe. No início dos anos oitenta, Fernando Lins de Carvalho, professor de antropologia deste departamento, resolve fazer um curso de especialização em Arqueologia com o então Arqueólogo italiano Vicente Giancotti Tassoni no Museu Câmara Cascudo no Estado do Rio Grande do Norte.

Ao retornar da especialização em Arqueologia, o professor Fernando Lins de Carvalho sente a necessidade de passar seus conhecimentos obtidos e começou a dar aulas extra curriculares para alunos dos cursos de História e Geografia que estavam interessados em aprender arqueologia.

3. FORMAÇÃO DE EQUIPE E PRIMEIRAS PESQUISAS

A pesquisa arqueológica em Sergipe tem seu início efetivo em meados da década dos anos oitenta com o Projeto de Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe – PMSAS, desenvolvido

pela equipe de arqueólogos do antigo Departamento de Psicologia e Sociologia – DPS-UFS, idealizado e coordenado pelo Prof. Fernando Lins de Carvalho. Este vem a ser o grande incentivador e orientador com seus ensinamentos no processo da formação de uma equipe de arqueólogos e pioneiro na arqueologia sergipana.

Durante a execução deste projeto foram obtidas e confirmadas, através das prospecções, informações sobre a presença de sítios arqueológicos nos municípios de Pacatuba, Japoatã, Japarutuba, Carmópolis, Divina Pastora, Riachuelo, Maruim, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras, Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Riachão do Dantas, Itaporanga D’ajuda, Santa Luzia do Itanhi, Cristinápolis, Itabaianinha, (Fig. 01).

Figura 01 – Localização dos sítios



Fonte: Dissertação de Suely Amancio Martinelli 2001, adaptado de Carvalho (2000)

Durante esse período, foram realizadas sondagens em sítios arqueológicos nos municípios de Pacatuba, Divina Pastora, Cristiná-

polis e Santo Amaro das Brotas, bem como coleta de material de superfície em alguns municípios. Alguns desses sítios identificados foram trabalhados através de pequenos salvamentos e incursões de campo pela equipe do PMSAS (1987) e Carvalho (1993).

Os três primeiros sítios arqueológicos identificados em Sergipe que sofreram intervenções de sondagens foram os sítios Machado na cidade de Pacatuba ao Norte, (sondagem realizada em 1981 e publicada por Carvalho em 1993), sítio Real em Cristinápolis ao sul, (sondagem realizada em 1985 pela equipe do PMSAS/UFS), onde foram localizadas uma urna funerária e fragmentos cerâmicos e o sítio Fortuna, em Divina Pastora, onde foi realizada uma escavação pela equipe do PMSAS-UFS sendo coletados vestígios cerâmicos associados a urnas funerárias, utensílios domésticos e vestígios líticos.

A análise dos vestígios coletados nos sítios Machado no município de Pacatuba, Real em Cristinápolis e Fortuna em Divina Pastora permitiu, em hipótese preliminar, a identificação de dois tipos distintos de cerâmica inseridos nas tradições Aratu e Tupiguarani (CARVALHO, 1993).

Vale ressaltar que durante a execução do PMASE o prof. André Prous, da Universidade Federal de Minas Gerais, esteve presente em uma das idas a campo para realização de prospecção na área de Canindé do São Francisco buscando confrontar informações sobre sítios com arte rupestre na Fazenda Lamarão. Durante os dias da prospecção foram identificados quatro deles com arte rupestre, que naquele momento foram denominados de Vale dos Mestres I, Vale dos Mestres II, Vale dos Mestres III e sítio Letreiro.

A primeira publicação em revista científica sobre arqueologia no Estado de Sergipe ocorreu em 1991, na Revista *Clio* da Universidade Federal de Pernambuco, onde as arqueólogas Cleonice Vergne, Suely Amancio e Sônia Vitório fizeram um levantamento acerca dos sítios arqueológicos identificados até aquele momento no Estado de Sergipe (VERGNE; AMANCIO; VITÓRIO, 1991).

Apesar das pesquisas de mapeamento destes sítios arqueológicos serem interrompidas em 1987, as informações sobre a presença de sítios arqueológicos continuavam a chegar aos órgãos do patrimônio. Em 2002 foi realizada uma prospecção para verificar a presença de sítios de arte rupestre nos municípios de Cedro de São João e Poço Redondo no Baixo São Francisco, e as informações foram confirmadas e estes sítios passaram por estudos que resultaram em uma publicação (SANTOS & AMANCIO, 2002).

Em dois mil e quatro, um novo sítio arqueológico foi localizado na cidade de Itaporanga D'ajuda, sendo pela equipe do Museu do Homem Sergipano – MUHSE. O sítio está na área da Estação Experimental da Embrapa tabuleiro Costeiro, também conhecido como Fazenda Caju.

A área da sondagem do sítio Caju encontra-se sob mata nativa de restinga, constituindo-se uma paisagem plana constituída de sedimento areno-quartzoso marinho do Holoceno. O solo local é um Espodossolo Cárbico, com o Horizonte espódico de acumulação de complexos orgânicos ocorrendo a proximidade de 3,7 metros altura de oscilação do lençol freático local. Durante a sondagem realizada, a presença de material arqueológico se deu até a profundidade de 1,25 cm. Com a presença de vestígios líticos, cerâmicos e carvão sem estrutura de fogueira (AMÂNCIO et al 2004).

Foram coletadas 710 lascas que apresentam dimensões variando entre 5 cm e 4 mm, a grande concentração está entre 5 mm a 4 mm, o que nos leva a creditar a esse local uma área de resíduos de lascamento (debitagem e retoque), uma vez que o reconhecimento de lascas de retoque permite deduzir a existência de instrumentos que não aparece na escavação. O estudo das lascas de refugo em geral permite recompor os gestos técnicos da debitagem, os quais variam frequentemente de uma cultura para outra.

Parte dos vestígios arqueológicos encontrados nos sítios anteriormente identificados sob a guarda do Museu do Homem Sergipano da Universidade Federal de Sergipe – MUHSE

O acervo do museu é constituído de peças provenientes de escavações arqueológicas, objetos e imagens adquiridos junto a segmentos da sociedade sergipana do passado e do presente. Ainda vai sendo constituído junto com as pesquisas realizadas por professores e alunos, sendo repassado à comunidade através das exposições. A base informativa da mostra de longa duração foi a obra coletiva intitulada “Textos para a História de Sergipe”, de professores de História e Antropologia, acrescida de resultados de pesquisas Arqueologia, Geografia, Economia, Agronomia. (PROEX.UFS.BR/PAGINA/21153-MUSEU-DO-HOMEMSERGIPANO, consultado em 01-05-2021)

É importante frisar a contribuição do Museu do Homem Sergipano para a arqueologia em Sergipe no fomento e no incentivo à formação de novos arqueólogos. Embora não vislumbrado naquele momento, os frutos das atividades de pesquisa, ensino e extensão foram fundamentais para a consolidação e inovação da disciplina.

Neste sentido, pode-se destacar o primeiro trabalho de arqueologia histórica realizado em Sergipe. “Do fausto às ruínas: subsídios para exploração arqueológica no engenho ILHA – Laranjeiras /SE (2003), monografia defendida no departamento de História -UFS pelo então estagiário do museu Jenilton Ferreira Santos, atual professor da Universidade Federal de Sergipe. Assim como a monografia defendida por Daivisson Batista Santos “Breve histórico das pesquisas arqueológicas em arte rupestre na região de Xingó, sub-medio São Francisco-Brasil”, 2005, arqueólogo consolidado no âmbito do licenciamento ambiental e acadêmico.

Para além dos resultados positivos dos trabalhos acima por nós orientados, não tenho dúvida da grande perda que representou o encerramento das atividades do Museu do Homem Sergipano da Universidade Federal de Sergipe.

Quadro 1 – Vestígios arqueológicos relacionados a sítios do Estado de Sergipe localizados no extinto Museu do Homem Sergipano da UFS

| Município | Sítio | Material cerâmico (fragmentos) | Material lítico (peças) | Ossos Humanos (fragmento) | Conchas (unidades) |
|------------------------|----------------|--------------------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| Pacatuba | Santo Antônio | 700 | | | |
| Carmópolis | Mucuri | 03 | | | |
| Riachuelo | Lira | 550 | | 01 | 12 |
| Santo Amaro das Brotas | Nova Esperança | 209 | 03 | | |
| Santa Luzia do Itanhi | Muquém I | 344 | 09 | | |
| Cristinápolis | Real | 102 e um fragmento de urna funerária | | | |
| TOTAL | | 1.908, e parte de uma urna funerária | 12 | 1 | 12 |

Fonte: Elaborado pela autora

4. PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO XINGÓ

No ano de 1987, os trabalhos relacionados ao Projeto de Mapeamento dos Sítios Arqueológicos no Estado de Sergipe foi paralisado em virtude da necessidade da elaboração de um projeto de salvamento arqueológico para a área, onde estava sendo iniciada a construção da hidroeétrica de Xingó (Companhia Hidroeétrica do São Francisco - CHESF) entre os Estados de Sergipe e Alagoas.

A viabilidade para a elaboração e execução do referido projeto se deu por conta das pesquisas anteriormente realizadas pelo PMAS e a identificação dos quatro sítios com arte rupestre pré-históricas, Vale dos Mestres I, Vale dos Mestres II, Vale dos Mestres III e sítio Letreiro, localizados na Fazenda Lamarão, em Canindé do São Francisco, em área que sofreria influência indireta quando da formação do lago da hidrelétrica do Xingó.

Em 1988, foi assinado um convênio entre a UFS e a CHESF para a execução do projeto que foi elaborado e executado pela equipe de arqueólogos do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, coordenado pelo Prof. Fernando Lins de Carvalho.

A instalação da equipe, em 1988, contou com a participação do Reitor da Universidade Federal de Sergipe, Prof. Eduardo Antônio Conde Garcia, do Diretor das obras da Hidrelétrica do Xingó Engenheiro João Paulo Maranhão Aguiar, das arqueólogas do Departamento de Psicologia e Sociologia Universidade Federal de Sergipe, Suely Gleyde Amancio Martinelli, Maria Cleonice de Souza Vergne e Sônia Maria Vitória, e do jornalista da Universidade Federal de Sergipe, Gilvan Fontes. (Foto 02)

Foto 2 – Posse para o início da execução do Projeto de Salvamento Arqueológico Xingó



Fonte: Acervo PAX.

Durante sua execução, o projeto contou com a participação de profissionais de arqueologia de várias partes do país que, dentre tantos, citamos os consultores André Prous, Niède Guidon, Igor Chmys e Pedro Ignácio Schmitz que contribuíram na formação da equipe, bem como a participação e envolvimento de pessoas da co-

munidade que foram treinados para os trabalhos de campo e laboratório. O PAX serviu ainda como espaço de treinamento-estágio para alunos do curso de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

Além do apoio dos expoentes arqueólogos brasileiros, todo o processo de salvamento foi acompanhado por cursos, aulas práticas, estágios e consultorias especializadas em todos os momentos do salvamento. Entendemos, portanto, que, nesse primeiro momento, antes mesmo da criação do museu, a pesquisa de campo foi acompanhada por uma robusta estratégia de qualificação profissional e comunicação do conhecimento produzido. (RIBEIRO, D. L. 2012, p. 134).

O Projeto de Salvamento Arqueológico Xingó – PAX - tinha como objetivo a prospecção arqueológica e estudo dos sítios identificados na área de interferência direta e indireta de formação do lago a partir da construção da represa da hidroelétrica de Xingó. As prospecções se davam percorrendo, no primeiro momento, toda a área de influência direta por terra e por água, através de barcos. No segundo momento, as áreas de influência indireta e após a identificação dos sítios foram iniciadas as escavações e o registro-documentação dos sítios com arte rupestre.

Durante os trabalhos de campo, entre o período de 1988 a 1994, foram identificados 41 sítios arqueológicos na área diretamente afetada pela Usina Hidroelétrica do Xingó, estes localizados em terraços do Rio São Francisco que foram sondados e escavados com resgate de mais de 50 mil achados. (VERGNE, 2005, p. 12).

Além dos sítios localizados nos terraços do Rio São Francisco, foram identificados e estudados quinze sítios arqueológicos na área de abrangência/influência direta e indireta da Hidroelétrica do Xingó, sendo quatro no município de Canindé do São Francisco e onze nos municípios de Olho D'água do Casado e Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas.

Este primeiro estudo dos registros rupestres do baixo São Francisco evidenciou a existência de um conjunto original de grafismos e uma heterogeneidade temática que aponta para a existência de vários momentos de decoração dos abrigos. (AMANCIO-SILVA, 1997).

O Projeto Arqueológico de Xingó editou, entre os anos de 1997 e 1998, 14 números da publicação seriada **Cadernos de Arqueologia**, que tinha como objetivo a divulgação dos trabalhos realizados durante o salvamento arqueológico realizado nessa área do Baixo São Francisco. Ressaltamos, ainda, que durante o período de análise dos vestígios arqueológicos resgatados, vários artigos e livros foram publicados, bem como várias teses de doutorado foram elaboradas e defendidas nas universidades brasileiras e do exterior.

Ainda relacionado com o PAX e MAX, foram realizados até o ano de dois mil e dezoito, oito edições do workshop arqueológico do Xingó, onde foram apresentados resultados de pesquisas não só da área do Xingó, como estudos realizados no Brasil e em todas as áreas da arqueologia. Portanto, o Projeto de Salvamento Arqueológico do Xingó foi de extrema importância para o estudo da ocupação pré-colonial no Estado de Sergipe, como também responsável por acrescentar mais informações sobre a pré-história no nordeste brasileiro.

5. MUSEU DE ARQUEOLOGIA DO XINGÓ - MAX

Como resultado das pesquisas realizadas através do Projeto de Salvamento Arqueológico do Xingó - PAX, no ano de dois mil foi criado o Museu de Arqueologia de Xingó - MAX da Universidade Federal de Sergipe – UFS. O MAX foi instituído a partir de uma parceria firmada entre a Universidade Federal de Sergipe, a Petrobrás e a CHESF, e teve como idealizador e primeiro diretor o prof. José Alexandre Filizola Diniz.

Eu fui Fundador e Diretor do Museu de Arqueologia de Xingó. Eu virei arqueólogo e museólogo no final da minha

carreira (...). O convênio com a Petrobras e a Chesf não se resolvia e o reitor me chama e me intima a ser coordenador da Arqueologia. Eu nunca me meti em Arqueologia, não entendo nada de Arqueologia, mas eu tinha chamado **José Luiz de Moraes**⁹⁶(...). O Zé tinha vindo para cá e tinha posto na cabeça do reitor que eu é que tinha que ser coordenador da Arqueologia. Terminei aceitando a coisa e fundei o Museu. (DINIZ, 2017, p. 268-269).

O MAX está situado no município de Canindé do São Francisco, onde foram realizadas a maior parte das pesquisas arqueológicas. Seu acervo é formado por mais de 50 mil peças e artefatos arqueológicos que estão acondicionados na reserva técnica ou ainda parte dos artefatos na exposição permanente.

A estrutura física do MAX foi pensada e organizada dividida em unidade museológica (setor de exposições) auditório e sala administrativa, laboratórios de pesquisas arqueológicas para análises dos artefatos líticos e cerâmicos e espaço da reserva técnica.

Os vestígios arqueológicos do MAX são resultantes do Projeto de Salvamento Arqueológico do Xingó realizado pela equipe da Universidade Federal de Sergipe (1988-1997). Foi constituído como uma estratégia para permitir a manutenção da pesquisa e a preservação do patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco.

O Museu de Arqueologia de Xingó da Universidade Federal de Sergipe (UFS), surgiu como uma estratégia para permitir a manutenção da pesquisa e a preservação do patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco, resultante do salvamento arqueológico realizado pela UFS de 1988 à 1997. A organização estrutural do MAX é constituída pela Administração Central, pelos Laboratórios de Pesquisa Arqueológica e Reserva Técnica, pelo Sítio Escola e pela Unidade de Exposições, que dá corpo e sentido ao MAX, situada no município de Canindé do São Francisco, Sergipe. Essa unidade constitui o veículo de

contato mais direto tanto com os resultados da pesquisa arqueológica quanto com comunidade local e regional. (<http://max.ufs.br/pagina/20239>, consultado em 02-05-2021)

O MAX apresenta um programa de ação educativa onde é discutido o caráter formativo dos conteúdos do período pré-colonial, enfocando na sua exposição permanente etapas de elaboração da construção dos artefatos líticos, cerâmicos e arte rupestre para o público diversificado.

As ações pedagógicas objetivam a aproximação das escolas sergipanas, em especial, as públicas, e as instituições que promovam a sociabilidade através da educação, dos primeiros contatos sobre a Arqueologia e as pesquisas produzidas pelo MAX. Usando de uma metodologia baseada na ludicidade e na criatividade, as ações educativas buscam o envolvimento afetivo do público em geral, com o MAX. Não se trata de uma relação de conhecimento segundo os modelos de ciência tradicional, antes, de um conhecimento fundado na abertura de relação da percepção subjetiva com o objeto arqueológico. São realizadas oficinas, cursos, exposições itinerantes e brincadeira. (<http://max.ufs.br/pagina/20254-acao-educativa>) consultado em 02-05-2021).

Além das pesquisas, da exposição, e da ação educativa, o MAX também estava voltado para publicação de resultados das pesquisas realizadas com o material arqueológico da sua reserva técnica, bem como de pesquisas realizadas em todo território nacional e até no exterior, portanto, em seu plano de consolidação e desenvolvimento estava incluso a continuidade de novas edições do Caderno de Arqueologia.

Quando da criação, pela Universidade Federal de Sergipe, do Museu de Arqueologia de Xingó – MAX, e da elaboração do seu plano quinquenal de consolidação e desenvolvimento,

foi prevista a continuidade de publicação dos CADERNOS. A realidade do Museu mostrou, todavia, a necessidade de ser dado um salto de qualidade em sua publicação seriada, com apresentação compatível com a posição do MAX no cenário científico nacional e capaz de agregar a produção técnica dos seus arqueólogos e de outros centros de pesquisa do país e do exterior (DINIZ, 2001, p. 1).

Portanto, em substituição aos **Cadernos de Arqueologia**, surge **Canindé**, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, com um número anual e constituída de artigos, notas e resenhas (DINIZ, 2001, P.1). A revista Canindé perdura até 2008 com 12 edições que podem ser visualizadas eletronicamente tendo acesso através do site <http://max.ufs.br/pagina/11292>.

6. CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Antes da criação do curso de Arqueologia é importante lembrar que em 2001 foi criada, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, a linha de pesquisa ‘Formas e processos tradicionais de ocupação territorial: estudos arqueológicos’, esta linha de pesquisa contou com professores da USP, UFMG, UFPE e do Museu Nacional da UFRJ, formando 15 alunos em duas turmas de mestres que elaboraram dissertações de mestrado com enfoque arqueológico voltado para o Estado de Sergipe.

O objetivo da inclusão dessa nova área era a formação de profissionais voltados para os estudos de ocupações antigas, especialmente nos projetos que tratam dessa temática no Nordeste. Assim, foram qualificados quinze profissionais que estão atuando em diversas instituições nordestinas. Após a conclusão das dissertações, essa área de concentração foi desativada, em 2006 (FRANÇA, 2013, p. 6).

As atividades relacionadas às pesquisas arqueológicas realizadas até então no Estado de Sergipe e a expansão das universidades federais (REUNI), foi fundamental para a criação, no ano de 2007, do curso de Bacharelado em Arqueologia sediado na cidade de Laranjeiras, uma extensão da Universidade Federal de Sergipe que formou sua primeira turma no final de 2010.

Inicialmente identificado como Núcleo de Arqueologia (NAR), o curso teve como primeiro coordenador o prof. Antônio Lindivaldo Sousa, as aulas e a parte administrativa eram realizadas no Caique Zizinha Guimarães (CAIC), bem como os núcleos de Arquitetura, Dança, Teatro e Museologia do Campus de Laranjeiras. Com o término da reforma do prédio que abrigava o antigo Trapiche Santo Antônio em 2009, os cursos que estavam localizados no CAIC, incluindo o de Arqueologia, são transferidos para o novo espaço no centro histórico da cidade daquela cidade.

Com a abertura de concursos, a partir do segundo ano do curso, o número de professores foi crescendo e atualmente o Departamento de Arqueologia é composto por treze professores doutores efetivos, compondo os laboratórios de pesquisas de Bioarqueologia (LABIARQ), Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA), Arqueologia da Paisagem, Identidade e Contato (LAPIC) e Laboratório de Arqueologia da Arquitetura e da Cidade (LABAAC).

Após três anos da criação do curso de Arqueologia, foi criado e aprovado, em 2010, o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe PROARQ-UFS, inicialmente sob a coordenação do prof. Gilson Rambelli e vice-coordenação da profa. Suely Amancio Martinelli, tornando-se o segundo Mestrado Acadêmico em Arqueologia da região Nordeste e quarto do Brasil, além de representar o primeiro Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* do interior de Sergipe.

O Programa de Pós-Graduação com caráter interdisciplinar é baseado na interface e integração dada pela composição do seu quadro docente formado por professores dos Departamentos de Arque-

ologia, Museologia e Arquitetura e Urbanismo da Universidade, do Campus de Laranjeiras. Desde dois mil e treze, o PROARQ abrange também o doutoramento, sendo o segundo oferecendo esta titulação em Arqueologia do Nordeste.

Entre 2010 e 2012, dentre vários projetos desenvolvidos por professores do curso de Arqueologia da UFS, O Projeto “Análise dos grafismos rupestres da Fazenda Mundo Novo - Canindé do São Francisco” com apoio do Cnpq, contou com a participação de alunos do curso de bacharelado, bem como alunos do curso de pós-graduação em Arqueologia da UFS, em monografias e dissertações.

O referido projeto tinha como objetivo entender a arte rupestre da região através de um estudo sistemático dos grafismos rupestres de cinco sítios na Fazenda Mundo Novo em Canindé do São Francisco-SE, os correlacionando com o contexto arqueológico da área do Xingó, buscando entender se os grafismos na área de Xingó são únicos ou são variações das tradições delimitadas para o Centro-Nordeste do Brasil. Portanto, Foram realizados no período deste projeto estudos sistemáticos de campo e posteriormente de laboratório, buscando a integração dos dados das pesquisas anteriores (nos afluentes) com os resultados das pesquisas realizadas (nos platôs).

Um dos resultados da pesquisa foi que, apesar da pouca distância entre os sítios, estes apresentam características próprias, com temáticas diferentes uma das outras. Os sítios estão cerca de oito km de distância da água, o que sugere que esses sítios podem ter servido de abrigos temporários, no entanto, devido ao pouco espaço abrigado, essa estadia deveria ser bem curta. A temática, apesar de diferenciada entre os sítios, nos proporciona verificar elementos gráficos isolados que nos remete às tradições Nordeste e São Francisco.

O sítio Dom Helder foi o primeiro abrigo com pinturas rupestres a ser escavado no estado de Sergipe, e nos cinco níveis investigados foram coletados 43 artefatos líticos caracterizado por lascas de quarto, sílex e quartzito, porém, percebeu-se a preferência pelo quartzito para a confecção do material arqueológico através da técnica unipolar.

O sítio Dom Hélder está relacionado a possíveis funcionalidades independentemente do seu porte estrutural. Além dos vestígios testemunhais existentes nas paredes do abrigo, o solo também testemunhou ocupações através vestígios e artefatos líticos. (AMANCIO-MARTINELLI *et al* 2019).

As pesquisas arqueológicas no Estado de Sergipe continuam acontecendo através das monografias de graduação do Departamento de Arqueologia -DARQ, das dissertações e teses do Programa de Pós Graduação - PROARQ, das pesquisas de Salvamento Arqueológico entre outras.

REFERÊNCIAS

AMANCIO SILVA, Suely. Arte Rupestre do Xingó. **Cadernos de Arqueologia**. Projeto Arqueológico Xingó. Universidade Federal de Sergipe: CHESF-PETROBRÁS. 1997. p. 43.

AMANCIO SILVA, Suely. **Influência da evolução costeira holocênica na ocupação da costa do Estado de Sergipe por grupos sambaquieiros**. Dissertação de mestrado, Salvador: IGEO/UFBA, 2001. p. 96.

AMANCIO-MARTINELLI, Suely.; SANTOS, Jenilton Ferreira ; GOMES, João Bosco. Nota sobre a possibilidade de uma oficina lítica no sítio Caju em Itaporanga D'ajuda/SE. **Revista Canindé (MAX/UFS)**, v. 04, 2004. p. 371-375.

AMANCIO-MARTINELLI, Suely; COSTA, Alba Rosana Salvador; FARIAS, F; SANTANA, Patricia M. L.; SOUZA, Vanessa Santos; GHIGGI, Vani Piaia. Arte rupestre da região sertaneja de Sergipe: sítios da Fazenda Mundo Novo In: **Uma viagem pela arqueologia nordestina**. 1 ed. Aracaju: Editora UFS, 2019, v. 1, p. 79-100.

CARVALHO, Fernando Lins e equipe do PAX. **Relatórios do Projeto de Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe**. DCS/UFS. mimeografado. 1985-1986-1987.

CARVALHO, Fernando Lins. Machado, **Um Sítio Cerâmico Sergipano**, Publicação Interna da UFS/DCS, 1993, p. 17.

CARVALHO, Fernando Lins de. **A Pré-História Sergipana**. Aracaju: Editora Universidade Federal de Sergipe; Petrobras/CHESP; Museu de Arqueologia de Xingó, 2000.

DANTAS, Beatriz Góis. Missão Indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, 1983. (29) p. 65-87.

DANTAS, Beatriz Góis. História de grupos Indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. **Revista de Aracaju**. 1985. (8) p. 115-123.

DANTAS, Beatriz Góis. Do frade ao fazendeiro: estudo de caso sobre a missão de Pacatuba (Se) no século XIX. In **Anais da 15ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Curitiba, 1986. p. 60.

DANTAS, Beatriz Góis. História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe In: **Revista de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia**. USP, Volumes 30/31/32, 1989, p. 469-480.

DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991, p. 19-55.

DINIZ, José Alexandre Felizola. Editorial. **Revista Canindé** (Revista do Museu de Arqueologia do Xingó). n. 1. dez. de 2001.

DINIZ, José Alexandre Felizola. 30 anos de pós-graduação em geografia na Universidade Federal de Sergipe (1983-2013): nos caminhos da memória. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 2, p. 247-272, Jul./Dez. 2017. ISSN: 2318-2695.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. NPGeo/UFS: determinação e persistência de um grupo. **Geonordeste**, Ano XXIV, n. 2, 2013.

FREIRE, Felisbela. **História de Sergipe**. Coleção Dimensões do Brasil. 2 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1977. p. 67-98.

MAMIANI, L. V. de. **Catecismo Kiriri**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

MOTT, Luís R. de B. **Sergipe del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju-Se: Fundesc, 1986, p. 204.

OLIVEIRA, Albino. Museu do Ceará. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 01 de maio de 202.

PINTO, Estevão. **Os Índios do Nordeste**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Salvamento Arqueológico de Xingó. **Relatório Final**. Aracaju: MAX/UFS, 2002, p. 224.

RIBEIRO, Diogo Lemos. **A musealização da arqueologia: um estudo dos museus de arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joenville**. Tese de doutorado. São Paulo, SP: MAE-USP, 2012, p. 376.

SANTOS, Daivison Batista; SILVA, Suely Amancio. Levantamento Preliminar de Sítios com Arte Rupestre no Domínio Macururé ao Longo do Baixo São Francisco - Sergipe. In: 2º Workshop Arqueológico de Xingó, 2002, Canindé do São Francisco. **Anais**. Aracaju: SERCORE, 2002. p. 79-82.

SOBRINHO, SEBRÃO. **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955, 320 p.

SOUSA, Gabriel Soares de. 1938. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, SPHAN. 1984. p. 493.

VERGNE, M. C. S; AMANCIO-MARTINELLI, S; VITÓRIO, S. M. Levantamentos Preliminares dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe. **Revista Clio**, UFPE, v. 4, 1991.

VERGNE, M. C. S. **Cemitérios do Justino**: estudo sobre ritualidade funerária. 01 ed. Aracaju: MAX-UFS, vol. 1. 2005.

DEBATE SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BICENTENÁRIO DA EMANCIPAÇÃO DE SERGIPE



DIOGO FRANCISCO C. MONTEIRO
KLÉBER RODRIGUES SANTOS
PEDRO ABELARDO DE SANTANA

1. INTRODUÇÃO

No ano do bicentenário da emancipação política de Sergipe fomos provocados a discutir a presença indígena na nossa história. Para dar uma visão sintética da nossa formação, o objetivo deste capítulo é resumir os debates principais sobre os nossos indígenas dentro de três marcos históricos: Colônia, Império e República. Para isso, lançamos mão de pesquisas atualizadas como artigos, monografias, teses e livros, buscando atender para os diversos estudos produzidos nas últimas décadas.

No tocante aos conceitos utilizados, a partir da década de 1970, através dos movimentos indígenas e do surgimento de novas proposições teórico-metodológicas no campo da História e da Antropologia, passou-se a valorizar o papel desempenhado pelos grupos indígenas em suas trajetórias históricas. Os índios passaram a ser vistos como sujeitos históricos, saindo da invisibilidade historicamente construída para a valorização de sua autonomia e suas conquistas políticas, sociais, culturais e seu protagonismo.

Dessa forma, os índios passam a ser entendidos como agentes ativos no processo de construção de sua própria historicidade, recuperando o protagonismo dos mesmos. Entendemos que o protagonismo implica

Uma dimensão existencial inextricável. Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ ou social e que afeta a todos. Significa tomada de posição dianteira face aos obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, ideias, preconceitos etc.). Daí que protagonistas assumem a luta pela construção, pela criação, como atitude face ao mundo. Lutar, mais que enfrentamento ‘contra’, é modo de ser e de estar de produzir e cuidar de um mundo comum, habitável e convivial (PERROTTI, 2017, p.15).

Neste texto, dialogaremos com a ideia de mediação relacionada à “existência de grupos que intercalam os indivíduos e o Estado” (DURKHEIM, 1973 *apud* VALLE, 2015, p. 14), facilitando o acesso dos índios aos direitos por meio de políticas públicas baseadas no reconhecimento social (HONNETH, 2003) e na redistribuição dos bens econômicos (FRASER, 2006). Entenderemos o mediador como aquele que articula “redes sociais” em prol dos povos indígenas, percebidas como “Processos através dos quais indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para os seus vários objetivos e influenciar as atitudes e ações dos seus seguidores” (BARNES, 1987, p. 160).

2. DA CAPITANIA À PROVÍNCIA: CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ALDEAMENTOS INDÍGENAS

O bicentenário da emancipação de Sergipe foi comemorado ou discutido em todo o ano de 2020, apesar da epidemia de covid-19. O ano iniciou com eventos presenciais e, a partir de março, passou-se as transmissões remotas, via internet, para evitar o contágio com o vírus. A série de eventos organizados por diversas instituições desde a assembleia legislativa, a universidade e a Associação Nacional de História, procurou atender as diversas temáticas relacionadas a nossa formação histórica. Assim, os povos indígenas não poderiam ficar ausentes. Primeiro, devido a existência ininterrupta ao longo

dos últimos cinco séculos, depois pela produção de diversos estudos nas últimas décadas.

Antes de adentrar na síntese histórica que pretendemos realizar, vamos destacar as noções de política indígena e identidade. Para se contrapor às políticas indigenistas desenvolvidas pelas autoridades desde o início da colonização, a política indígena diz respeito a ação dos próprios índios para a defesa dos seus interesses, trata-se do que denominamos atualmente como resistência. Ou seja, desde o início da colonização os índios foram atores políticos importantes de sua própria história, sabendo negociar as melhores estratégias como os colonizadores para o futuro de suas aldeais (CUNHA, 1992. p. 9-24). Quanto à identidade, sabemos que esta foi cultivada entre os índios ao longo da colonização, mas o século XIX procurou apagá-la em nome de uma homogeneização da população, denominando-a de nacionais ou mestiços (ALMEIDA, 2000, p. 157-58).

Sendo uma área periférica da colonização, Sergipe Del Rey presenciou os primeiros contatos entre indígenas e colonizadores europeus ao longo do século XVI. Este é repleto de eventos como as tentativas de catequese, colonização, pirataria francesa, culminando com a ocupação efetiva do território em 1590. Nos séculos seguintes ocorreu, de fato, a formação dos cinco aldeamentos conhecidos como Água Azeda, Geru, São Pedro do Porto da Folha, Japarutuba e Pacatuba. Documentos e estudos mostram as peculiaridades dessas localizações, como as suas formações nos séculos XVII e XVIII e a extinção de todos os aldeamentos.

Queremos destacar também como o índio foi tratado no primeiro centenário da emancipação política na revista do IHGSE.¹ Não consultamos outras fontes, nem pesquisamos se houve outras comemorações, mas concluímos que a revista ignorou os índios, assim como outros grupos da sociedade. A revista tratou dos chamados vultos históricos que contribuíram para a emancipação, sendo homens,

1 Consultamos o volume 5, de 8 de julho de 1920, a constatação é que a revista do IHGSE ignora os índios assim como outros grupos sociais de Sergipe.

brancos, exercendo as profissões de militares, jornalistas, políticos, padres e médicos. A palavra índios somente aparece nos documentos publicados denominados Atas das sessões do Conselho de Governo Provisório, entre 1828-1829. Apenas isso, uma palavra perdida no meio de textos.

Tal silêncio tem explicação. Até meados dos anos 1980, assuntos relativos aos indígenas eram pouco estudados por historiadores. A partir de então, ocorreu mudança do paradigma científico com a percepção de que as temáticas estudadas também são fruto de uma seleção e também diante da pressão política dos grupos sociais lutando pela democracia e por suas causas específicas. Nacionalmente, destacamos estudos como os de Manuela Carneiro da Cunha, John Manuel Monteiro, Carlos de Araújo Moreira Neto, Maria Hilda Baqueiro Paraíso.² Quanto aos estudos locais, citamos nomes como Felisbello Freire, Felte Bezerra, Beatriz Góis Dantas, Maria Thétis Nunes, Ariosvaldo Figueredo e Luiz Mott.³

Baseados nesses estudos podemos fazer uma síntese sobre os índios nos quatro séculos da colonização. Do primeiro, o XVI, temos informações bastante conhecidas. É importante destacar a catequese iniciada pelos jesuítas, as doenças que mataram muitos índios, as alianças com os portugueses para participar em suas guerras, as fugas e, finalmente, a conquista do território. No século XVII, destacamos a formação das principais aldeias que existiram em Sergipe:

-
- 2 CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria M. de Cultura, FAPESP, 1992; MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Salvador: EDUFBA, 2014.
 - 3 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977; BEZERRA, Felte. "O elemento indígena em Sergipe". *Etnias sergipanas*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1983. DANTAS, Beatriz G. e DALLARI, Dalmo A. *Terra dos índios Xocó: estudos e documentos*. São Paulo: Editora Parma/Comissão Pró-Índio, 1980; MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey; população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986; NUNES, Maria Thétis. O índio na formação sergipana. In: *Sergipe Colonial I*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *Enforcados: o índio em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Água Azeda, em 1654; Geru, em 1666, São Pedro (em 1650?). Nessa centúria os índios dispersos foram aldeados, catequisados e receberam uma porção de terra para sobreviver. No século seguinte, frisamos a aplicação da legislação do marquês de Pombal, chamada de leis da liberdade dos índios, por volta de 1757. Esta introduziu reformas que acabaram com a expulsão dos padres jesuítas da capitania. Como consequência, os aldeamentos entraram em uma espécie de abandono por parte dos religiosos. A aldeia de Geru foi transformada em vila de índios com câmara municipal, porém em poucos anos, vendo a localidade ser invadida por outras etnias, os índios a abandonaram.

Finalmente, no século da emancipação de Sergipe é relevante destacar que os índios de Pacatuba foram recrutados pelo comandante das armas para lutar contra o primeiro presidente de Sergipe, em 1824. Mesmo não tendo ocorrido essa luta, fica evidente que dos índios ainda se cobrava o auxílio militar, uma espécie de tributo de sangue. Destacamos também uma revolta de índios de Pacatuba ocorrida em 1826, mês de dezembro, com a invasão da cadeia de Vila Nova (atual Neópolis) objetivando libertar líderes presos em decorrência de disputas por terras. Trata-se do que podemos chamar de ação política dos índios. Uma década depois, ocorreu uma revolta similar na Bahia, localidade de Pedra Branca. Assim como os indígenas sergipanos, eles atuaram rejeitando autoridades nomeadas para governar suas aldeias.

Um tema de muita tensão para os indígenas diz respeito ao destino de suas terras. Ao longo dos séculos existiram vários conflitos, porém no XIX, estes foram acirrados. Legislações datadas de 1845 e 1850 trataram de acelerar o que era chamado de civilização dos índios por meio da catequese. Assim, a segunda metade do século foi repleta de tensões. Sabemos que as terras de Pacatuba foram incorporadas ao patrimônio da câmara municipal, as de São Pedro foram aforadas (na prática equivalia a vender), acreditamos que parte das terras de Geru e Chapada (atual Cristinápolis) foram vendidas ou ocupadas por posseiros. Quanto a Japarutuba não temos notícias do destino das terras.

Nas falas das autoridades, as aldeias aparecem como extintas e sua população é considerada incorporada ao restante dos brasileiros. Mas, como veremos a seguir, as lutas indígenas continuarão ocorrendo por mais um século.

3. PROTAGONISMO INDÍGENA: AS VIAGENS EMPREENDIDAS POR INOCÊNCIO PIRES ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Este texto trata do protagonismo de Inocêncio Pires, cacique Xokó que atuou durante o final do século XIX e início do século XX. Nosso interesse está diretamente ligado a uma série de viagens empreendidas por essa liderança para os centros de poder da época em busca da retomada do território Xokó.

O conceito de protagonismo foi escolhido no sentido de ressaltar a importância das ações do cacique e recuperar a história dessas viagens supracitadas, pouco divulgadas pela historiografia. A ação protagonista envolve a luta por interesses, a tomada de decisões que visam a melhoria de vida do indivíduo e de um grupo, autonomia e conquista de poder que se desenvolve no cotidiano.

A atitude protagonista é um processo e não um estado. Não é algo dado ou comprado, mas conquistado. É uma atitude contínua de garantir as conquistas já feitas e de ampliá-las. No cotidiano, ser protagonista é um exercício de criação e recriação do espaço (BITENCOURT, 2008, p. 40).

Sobre protagonismo, Bittencourt ainda afirma:

O protagonismo é um processo, uma conquista gradual e que, em tese, pode ser praticado por todos, através da busca do autoconhecimento, do exercício dos direitos e deveres, de modo a facilitar a inserção no coletivo, percebendo-se como agente de transformação social, responsável e consciente de seus

próprios limites e possibilidades. [...] Ser protagonista não significa pretender ser o melhor em relação aos outros, mas em relação a si mesmo (BITTENCOURT, 2008, p. 50).

Etimologicamente, o termo protagonista foi criado a partir dos radicais gregos “prótos” que significa o primeiro, o principal e “agonistés” que significa lutador, competidor. O termo era usado no teatro grego para designar o personagem mais importante de uma trama, passando a ser depois utilizado com o mesmo objetivo em qualquer obra literária, musical, cinematográfica, etc. (BITTENCOURT, 2008, p. 36).

A ação protagonista procura atender as demandas de um grupo, por isso não deve ser confundida com o mero individualismo. No caso das viagens de Inocêncio Pires, é importante ressaltar que o mesmo não as realizou sozinho. O cacique foi acompanhado por outros representantes da comunidade Xokó.

Além disso, podemos afirmar que as viagens não foram motivadas por interesses particulares. A verdadeira razão era reivindicar junto às autoridades da época a recuperação das terras da comunidade Xokó que tinham sido primeiramente doadas à Câmara de Ilha do Ouro e depois aforadas aos fazendeiros da região.

A política indigenista do século XIX garantia aos índios a manutenção de suas terras desde que eles não tivessem atingido o chamado estado de civilização. Para apoderar-se das terras indígenas, câmaras municipais e fazendeiros insistiam em afirmar que as terras dos antigos aldeamentos podiam ser aforadas, pois os índios teriam desaparecido ou se misturado em relação à sociedade envolvente.

Apoiada pela legislação, a identidade indígena era negada com o objetivo de expropriar os índios e transformá-los em mão-de-obra barata em substituição ao trabalho do escravo negro:

A negação da identidade indígena foi o maior argumento utilizado para justificar os esbulhos das terras e a decretação oficial da extinção de antigos aldeamentos no século XIX. O

que ocorreu acentuadamente a partir de meados do período, quando, apoiada por mecanismos legais, aumentou a expansão agrícola sobre as terras indígenas, em um cenário de crescente discussão a respeito do emprego da mão-de-obra na lavoura em substituição ao trabalho negro escravo e, ainda, dos debates acerca da mestiçagem no país (SILVA, 2006, p. 185).

A Lei de Terras de 1850 foi um dos mecanismos legais utilizados para expropriar os territórios em que supostamente os indígenas “já não mais existiam” por mescla com a civilização. Em 1853, a província de Sergipe extinguiu a Diretoria Geral de Índios e decretou oficialmente o fim das antigas missões.

Com a morte do frei Doroteu de Loreto em 1878, último missionário capuchinho a atuar na missão de São Pedro entre os Xokó, a câmara municipal da Ilha do Ouro acrescentou aos seus bens uma légua de terras pertencentes ao antigo aldeamento. Em 12 dezembro de 1887, a câmara aforou essas terras que foram arrematadas por fazendeiros da região. Somente a Ilha de São Pedro ficou de fora desse processo inicial de aforamentos (SANTOS, 2020, p. 45).

Através do uso da violência, os fazendeiros passaram a dispersar os índios. Dessa forma, uma parte da comunidade Xokó começou a migrar para localidades vizinhas. Aqueles que permaneceram nas terras que formavam o antigo aldeamento foram obrigados a viver da pesca, da produção de cerâmica e trabalhar como meeiros ou assalariados em plantações de arroz. A produção para a subsistência ficou cada vez mais limitada e a relação dos índios com os “patrões” foi marcada pela dependência e clientelismo comuns nas áreas rurais nordestinas (DANTAS, 1997, p. 20).

Em 1888, o Conselho Municipal de Porto da Folha aforou a parte do território conhecida como Ilha de São Pedro. O mesmo ano marcou o início das viagens em que os Xokó reclamavam da perda de suas terras. Nessa primeira viagem, os índios Manoel Pacífico de Barros, Jesuíno Serafim de Souza, Manoel Esteves dos Anjos e Lourenço Marinho seguem para o Rio de Janeiro.

Inocênciao Pires liderou outras viagens com objetivos semelhantes. Em 1890, ele viajou para o Rio de Janeiro com os índios Francisco Mathias de Souza e Antônio Venânciao Ribeiro. A viagem de 1917 ganhou repercussão por conta da cobertura jornalística feita pela Gazeta de Notícias do Rio Janeiro e pelo jornal sergipano Diário da Manhã, que defendeu a permanência da posse da terra pelos fazendeiros e tratou os índios como “supostos descendentes de silvícolas” que realizavam uma reivindicação indevida (DANTAS, 1980, p. 172).

Em anos subseqüentes, novas viagens aconteceram enquanto as terras indígenas continuavam sendo aforadas. A prefeitura de Porto da Folha autorizou a venda da fazenda Belém, parte significativa do território Xokó. Em 1930, Inocênciao Pires liderou a comitiva que tratou da recuperaçao das terras com o interventor Augusto Maynard Gomes. Concomitantemente, a ilha de São Pedro foi ocupada pelos índios por 15 dias. A polícia de Porto da Folha dispersou a ocupaçao (FIGUEIREDO, 1981, p. 92).

As narrativas orais mostram que Inocênciao Pires conseguiu os documentos comprobatórios da posse da terra para os índios. Nesses relatos, o protagonista conseguiu os documentos que autenticavam o território depois de uma longa jornada em direçao aos centros do poder. Porém, aproveitando o cansaço de Inocênciao Pires por conta da viagem, os capangas do coronel João Fernandes de Brito o teriam roubado ao oferecerem bebida. Dessa forma, as chances de comprovaçao da posse da terra por parte dos indígenas foram eliminadas (CAVALCANTE, 2016, p. 35).

Num contexto marcado pelas dispersões, perseguições e perda de territórios, viagens realizadas por lideranças como Inocênciao Pires, passaram a representar a resistência, coesão política do grupo indígena, reivindicaçao de direitos, conservaçao e resgate da memória, formaçao e manutençao da identidade. A história ainda precisa revelar mais sobre essas viagens, reafirmando o protagonismo dos personagens envolvidos.

4. LUTAS PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ILHA DE SÃO PEDRO: MOBILIZAÇÕES DA IGREJA CATÓLICA E DOS SINDICATOS RURAIS - 1978-1980

No ano de 1978, quando foram proibidos de trabalharem para sustento próprio em suas terras por Elizabeth Brito, os Xokó se deslocaram da Caiçara e ocuparam a Ilha de São Pedro, com o objetivo de efetivar a posse sobre aquela propriedade. Os Xokó foram obrigados, por força de Ação Liminar de Reintegração de Posse movida pela família Brito, a deixar a Ilha de São Pedro, para a qual retornariam ainda em setembro de 1979, desobedecendo à decisão da Ação Liminar anterior.

Os litígios judiciais entre os Xokó e a família Brito em torno da posse da Ilha de São Pedro foram marcados por um movimento de invisibilização da indianidade Xokó, cuja identidade indígena era suprimida dos documentos jurídicos, onde surgiam como “caboclos” ou “camponeses”, o que inviabilizou, num primeiro instante, a interferência da Funai como órgão oficial que deveria garantir apoio administrativo e social para aquele povo, atuando nos procedimentos de regularização da posse indígena da Ilha de São Pedro.

Para a regularização fundiária da Ilha de São Pedro, os Xokó contaram com o apoio da Diocese de Propriá, através da atuação do Bispo Dom José Brandão de Castro, associado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de entidades sindicais de apoio aos trabalhadores rurais, tais como a Confederação dos trabalhadores da agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto da Folha.

Nos episódios relacionados à reintegração de posse da Ilha de São Pedro em favor de Elizabeth Brito, Dom José Brandão, aliado à FETASE, apoiou os Xokó, concedendo-lhes assessoria jurídica, denunciando a concentração fundiária na região do Baixo São Francisco e a situação social precária dos Xokó.

A FETASE e a Diocese de Propriá contestaram a ação de reintegração de posse contra os Xokó, apontando falhas na liminar favorá-

vel à família Brito concedida pela justiça, ao justificarem que os “aspectos limítrofes da Fazenda Belém não absorvem legalmente a Ilha de São Pedro, sendo que os seus limites tanto poderiam terminar na Ilha de São Pedro quanto extrapolar todo o Baixo São Francisco” (OPÇÃO..., 1978).

A realização de eventos pela Diocese de Propriá, apoiados pelo CIMI, além de promover a denúncia da exploração e esbulho das terras dos Xokó, contribuiu para o apontamento de possíveis resoluções para os problemas daquele povo indígena, através da promoção de contatos com lideranças de outras etnias indígenas do Nordeste e demais regiões do Brasil, proporcionando o desenvolvimento da “maiêutica identitária”⁴ entre os caboclos da Ilha de São Pedro, o reforço de sua indianidade (os Xokó passam a sentir-se parte de um “Brasil indígena”) e o avanço na constituição de novas lideranças políticas Xokó.

Dessa forma, a 13ª Assembléia Nacional de Chefes Indígenas, realizada pela Diocese de Propriá com o apoio do CIMI na Ilha de São Pedro, entre os dias 12 e 15 de outubro de 1979, reuniu 38 lideranças indígenas, representantes de 14 etnias. O evento manteve o foco dos debates sobre a questão Xokó: a regularização da posse da Ilha sob a tutela da Funai, moradias dignas, doação de alimentos e remédios, além de escola para as crianças (DOCUMENTO..., 1979, p. 6).

A Diocese de Propriá, diante dos avanços na mobilização em torno da causa Xokó, constituiu novas alianças, acionando redes de apoio aos índios nos mais diversos setores da sociedade civil, entre os quais destacamos os membros da universidade, historiadores e antropólogos.

Dessa forma, iniciaram-se as relações de engajamento intelectual e político entre a antropóloga Beatriz Góis Dantas e Dom José

4 A maiêutica identitária corresponde a um esforço consciente para reverter a apostasia da identidade, através da formulação de um discurso que opõe duas identidades culturais, indígena e branca, valorizando a primeira sobre a última, para conformar a identidade de um indivíduo. Em suma, a maiêutica identitária consistiria na conscientização do índio pelo não-índio a se entender como indígena e, posteriormente, mobilizar-se politicamente enquanto tal (BELLEAU, 2019, p. 352-353).

Brandão. Beatriz Dantas, àquela época professora de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), inseriu-se na militância pela causa indígena no período em que cursava mestrado em Antropologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre 1978-1982. Influenciada pela professora Maria Manuela Carneiro da Cunha (sua orientadora no mestrado), participou como membro da recém-criada Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), dirigida inicialmente por Manuela Carneiro da Cunha, constituída como entidade de oposição ao projeto de emancipação dos índios da Funai, que visava, através da estratégia ideológica de deslegitimação das identidades indígenas, integrá-los à massa genérica da sociedade nacional, inibindo o surgimento e a atuação de lideranças indígenas, eximindo-se da responsabilidade de garantir apoio estatal aos índios.

Ainda em Campinas, Beatriz Dantas informava-se sobre o agravamento dos conflitos fundiários entre os Xokó e fazendeiros através de notícias de jornais, enviados por seus familiares, por intermédio dos quais percebeu que a Ilha de São Pedro era o território de uma antiga aldeia indígena, sobre a qual “encontrara farta documentação (...) durante minhas pesquisas no Arquivo Público de Sergipe (APES)”⁵ (DANTAS, 2021, p. 5). Nesse ínterim, Beatriz Dantas engendrou a articulação de uma rede de apoio interinstitucional triangular, intermediando as relações entre os Xokó, CPI-SP e a Diocese de Propriá, através da coleta, organização e difusão de acervo documental e de trabalhos científicos sobre os índios em Sergipe⁶, úteis para a resolução do problema fundiário da Ilha de São Pedro em favor dos Xokó.

5 Para mais informações sobre a importância de Beatriz Dantas na reorganização do APES e para a produção de estudos e instrumentos de pesquisa sobre a história indígena através da documentação daquele arquivo consultar OLIVA (2018).

6 Entre essas obras, destaca-se o livro *Terra dos Índios Xokó* (1980), escrito em co-autoria por Beatriz Dantas e Dalmo de Abreu Dallari, publicado sob os auspícios da CPI-SP, e que teve a documentação sobre a antiga Ilha de São Pedro, organizada por Beatriz Dantas, como base para o desenvolvimento das suas reflexões. Como veremos mais adiante, em fases posteriores dos litígios fundiários entre os Xokó e os fazendeiros, aquele livro ainda figurava como importante referência a embasar os argumentos de juristas sensíveis à causa do povo Xokó.

Ainda no ano de 1980, após maior envolvimento da Funai, a mobilização indígena e o concurso de intelectuais como Beatriz Dantas, o Governo de Sergipe, que já havia desapropriado a Ilha de São Pedro (Decreto Estadual 4.530, de 7.12.1979), cedeu aquele território aos índios Xokó, doando-o à União (Lei Estadual 2.263, de 25.06.1980).

4.1 - Lutas pela efetiva doação da Ilha de São Pedro para a União: construção de uma “nova consciência pública” sobre os Xokó - 1980-1984

Apesar da autorização da doação da Ilha de São Pedro à União, por força de Lei Estadual de 1980, para o seu posterior usufruto pelos Xokó, a concessão daquele território ao Poder Executivo Federal não se efetivou de imediato por inatividade atribuída à Funai. Esse contexto foi marcado pelo avanço da retórica racial dominante – paradoxalmente endossada por aquele órgão estatal de apoio aos índios – da deslegitimação das identidades indígenas, segundo a qual os índios, misturados biológica e culturalmente com os não-índios, teriam perdido definitivamente os seus traços fenotípicos e culturais singulares, justificando-se dessa forma a negação de qualquer direito social vinculado à diversidade étnica dos povos indígenas.

Essa perspectiva, cristalizada no senso comum, inclinava a população sergipana a duvidar da legitimidade da posse da Ilha de São Pedro pelos Xokó, considerados como falsos indígenas. Por isso, foi recorrente o questionamento popular acerca da existência dos Xokó: os ditos Xokó são realmente índios?, associado ao estigma de seres rústicos, que não dominavam as técnicas agrícolas modernas necessárias ao uso racional do território, interrogando-se acerca dos usos produtivos das terras da Ilha pelos “primitivos” Xokó.

Coube então aos intelectuais da Universidade atuarem no sentido de depurar as visões acerca dos índios baseadas em critérios raciais fixos, constituindo, através da consideração das mais recen-

tes discussões antropológicas sobre etnicidade, uma “nova consciência pública” sobre o “ser índio” em contextos de intenso contato interétnico, observando a identidade indígena como um dado social (relacional e mutável), independente de características fenotípicas.

As iniciativas de constituição de uma “nova consciência pública” acerca dos índios Xokó, lastreadas nas modernas teorias antropológicas sobre etnicidade, foram consolidadas com a instalação da Comissão Pró-Índio de Sergipe (CPI-SE) em 29 de agosto de 1981, entidade civil de apoio aos índios, composta principalmente por professores do Setor de Antropologia da UFS (entre eles, citamos, além de Beatriz Dantas, Luiz Alberto dos Santos, Fernando Lins de Carvalho e Hélia Maria de Paula Barreto), cuja criação foi motivada pelas demandas apresentadas pelos Xokó.

A CPI-SE foi tributária de uma lógica apoiada no vínculo ético entre pesquisa e militância, em que a construção do conhecimento sobre a diversidade cultural lançava os pilares para as ações coordenadas em apoio aos índios. Dessa forma, a criação da CPI-SE pode ser percebida como resultado das iniciativas de pesquisa engajada sobre os Xokó, promovidas por Beatriz Dantas – entre elas apontamos os já citados esforços de organização de acervos documentais e produção de estudos sobre os índios em Sergipe – e demais professores de Antropologia da UFS, incluindo relatórios de observação de viagem exploratória à Ilha de São Pedro, realizada em maio de 1981 (DANTAS, 2021, p. 21-22).

A CPI-SE, durante o seu período de funcionamento (1981-1986), atuou regularmente em duas vertentes: a primeira voltada à conscientização do público externo, através de ações educativas direcionadas aos estudantes e professores do 1º e 2º grau, além do Ensino Superior, por meio de palestras, seminários, exposições fotográficas e arqueológicas, entrevistas, campanhas de esclarecimento, com divulgação de cartazes, camisetas e distribuição de textos volantes em escolas; a segunda, desenvolvida no bastidor, mediando o contato dos Xokó com outros grupos indígenas por meio de encontros

promovidos por entidades diversas⁷ (providenciando muitas vezes passagens e hospedagens para os Xokó que participavam daqueles eventos), e pleiteando junto aos órgãos oficiais a regularização jurídica da Ilha de São Pedro, por meio da coleta e disponibilização de documentos posteriormente juntados aos processos judiciais e administrativos que envolviam o problema fundiário Xokó, além do acionamento de suas redes de relações pessoais e institucionais, entre entidades congêneres e intelectuais, para a promoção dos direitos dos índios, seja no setor educacional (como a manutenção de escola na Ilha e a solicitação de material didático aos representantes de órgãos estatais do setor educacional) e no jurídico, angariando o apoio de advogados para a defesa dos índios contra as pressões dos fazendeiros sobre as terras da Ilha de São Pedro (DANTAS, 2021).

4.2 - Recrudescimento das lutas pela posse da Caiçara: mobilizações das lideranças Xokó - 1984-1991

No dia 27 de junho de 1984, o Governador de Sergipe, João Alves Filho, transferiu em definitivo para a Funai as terras da Ilha de São Pedro, que passariam a ser usufruídas legalmente pelos Xokó. A atuação de entidades como a CPI-SE foi essencial para essa vitória do povo Xokó, pois a Comissão estabeleceu importantes contatos com dirigentes do Serviço de Patrimônio da União (SPU), garantindo a inscrição das terras da Ilha naquele órgão estatal e a consequente legalização da sua posse pela Funai, bem como promoveu audiências com autoridades políticas do governo, buscou orientação de advogados locais e da CPI-SP e provocou a interferência da Funai na resolução dos conflitos fundiários que envolviam a Ilha de São Pedro (DANTAS, 2021).

7 Os contatos promovidos pela CPI-SE entre os Xokó e indígenas de outras etnias através da participação em eventos serviam como meio para a efetivação da já citada “maiêutica identitária”, estimulando o desenvolvimento de pautas comuns de demandas identitárias, com o objetivo de ajudar os Xokó a formarem um sentimento de pertença ao segmento indígena do Brasil (DANTAS, 2021, p. 43).

Como apontou Beatriz Dantas (2021, p. 45), o reconhecimento oficial da Ilha como terra indígena trouxe tranquilidade aos Xokó, a Funai passou a ter presença efetiva na Ilha, instalando Posto Indígena com um chefe, escola e barco para levar os alunos mais avançados para estudar em Pão de Açúcar (Alagoas), além de outros serviços que foram fornecidos em decorrência da demarcação da terra indígena.

Os Xokó celebraram a legalização da posse da Ilha e as lideranças, como Apolônio Xokó, agradeceram o apoio da CPI-SE e entidades congêneres (VIVA..., 1984; COMISSÃO..., 1985), mobilizando-se pela efetivação de uma antiga demanda: a retomada da Caiçara, território insular anexo à Ilha de São Pedro, então sob a posse do fazendeiro Jorge Pacheco, que o adquiriu dos Brito por meio de compra.

Os Xokó, dispostos a retomarem a Caiçara, realizaram ações em diversos âmbitos: jurídico, midiático, acadêmico, entre outros. Dessa forma, foi no espaço universitário, falando aos professores e estudantes das UFS, que o líder Apolônio Xokó denunciou a situação social do seu povo e reiterou os motivos econômicos (retirada do barro para a produção da cerâmica) e culturais (lugar de culto do Ouricuri e do cemitério Xokó) da luta pela retomada da posse da Caiçara (CACIQUE..., 1985, p. 2).

Após a ocupação da Caiçara pelos Xokó, em setembro de 1987, como estratégia para pressionar o Estado brasileiro a solucionar a questão da posse daquele território, e as primeiras tentativas de sua demarcação pela Funai, frustradas pela interferência dos fazendeiros, os Xokó mobilizaram os atores vinculados ao judiciário, como o doutor Evaldo Fernandes Campos, Procurador Geral da República em Sergipe, que iniciou a intervenção jurídica do Ministério Público Federal em favor dos Xokó.

Evaldo Campos denunciou a incompetência do juízo estadual para o julgamento do litígio da Caiçara, defendendo que deveria ser julgado pela Justiça Federal, tentou solução amigável com o governo de Sergipe, solicitando a desapropriação da área em favor

dos indígenas e instalou na Justiça Federal petição de reintegração de posse da Caiçara – cuja elaboração contou com o subsídio histórico-antropológico dos estudos de Beatriz Dantas e Dalmo Dallari (1980), além de Manuela Carneiro da Cunha (1987) reconhecendo-a como propriedade dos indígenas, exigindo a sua demarcação e o pagamento de indenização por perdas e danos aos Xokó (COMARCA, 1987; ÍNDIOS..., 1988).

Portanto, como resultado da intensa mobilização social pela causa Xokó, a Caiçara foi demarcada e considerada oficialmente pelo Ministério da Justiça, em dezembro de 1991, como território de posse definitiva daquele povo indígena. Os Xokó, em sua trajetória de lutas por direitos, contaram com uma ampla rede indigenista de apoio, envolvendo atores de diferentes segmentos da sociedade civil – Igreja Católica, Sindicatos, Universidade, imprensa, políticos, entre outros –, que atuavam em diversas frentes, denunciando a condição de miséria, opressão e esbulho da terra, além de apresentarem como solução para esses problemas a necessária retomada do orgulho de ser índio, a criação e fortalecimento de lideranças indígenas, bem como a constituição de uma “nova consciência pública” acerca dos Xokó, que evidenciasse a sua existência enquanto sujeitos, a importância e legitimidade de suas lutas pelo reconhecimento identitário e redistribuição de bens como os territórios indígenas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizamos mais de quinhentos anos da existência dos indígenas em Sergipe. Os documentos e estudos citados mostram como eles tiveram presença constante nos principais eventos elencados de nossa história. Sobre as especificidades dos aldeamentos, destacamos alguns momentos de conquistas benéficas para o povo indígena e outros de perdas de direitos. Mas, com todas as adversidades, vislumbramos a sua presença física constante no território além de marcas na história do atual Estado federativo.

Para especificar a luta indígena, denominada de protagonismo, foram evidenciadas as viagens de muitas lideranças para os centros de poder com a finalidade de resolver conflitos que localmente não se encontravam soluções.

Os Xokó contaram com uma ampla rede indigenista de apoio, incluindo atores de diferentes segmentos da sociedade civil, que atuavam em diversas frentes: denúncia da condição de miséria, opressão e esbulho da terra, motivação da retomada do orgulho de ser índio, criação e fortalecimento das lideranças indígenas, além da constituição de “uma nova consciência pública” sobre os Xokó, evidenciando a sua existência como sujeitos, a relevância e legitimidade de suas lutas pelo reconhecimento étnico e posse do seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M^a Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BARNES, J.A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, p. 159-193, 1987.

BELLEAU, Jean-Philippe. Elites e a cultura dos outros: engenharia do movimento social, povos indígenas e o Conselho Indigenista Missionário. In: MURA, Fábio; SECUNDINO, Marcondes de Araújo; SILVA, Alexandra Barbosa da (Orgs.). **Povos indígenas e relações de poder: olhares sobre a América do Sul**. Campina Grande: Eduepb, 2019, p. 333-378.

BITTENCOURT, H. V. **O protagonismo dos cristãos e o poder na igreja**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria M. de Cultura, FAPESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DANTAS, Beatriz Góis & Dallari, Dalmo de Abreu; **Terra dos índios Xocó**: estudos e documentos. São Paulo: Comissão Pró-Índio, Editora Parma, 1980.

DANTAS, Beatriz G. **Xokó**: grupo indígena em Sergipe. Aracaju: Opção Gráfica, 1997.

_____. **Depoimento sobre a Comissão Pró-Índio de Sergipe (CPI-SE)**. Aracaju, 2021. Entrevista escrita e enviada a Diogo Francisco Cruz Monteiro em 26 jan. de 2021.

FIGUEIREDO, A. **Os enforcados**: o índio em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

OLIVA, Terezinha Alves de. A reorganização do arquivo público e a produção historiográfica sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE**, Aracaju, v. 1, n. 48, p. 27-38, 2018.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho**: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador: EDUFBA, 2014.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

SANTOS, Ivanilson. **Balanco histórico sobre o aldeamento São Pedro de Porto da Folha, Sergipe**: dos Aramurus aos Xokó. 65f. Monografia. Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SILVA, Edson. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p. 175-224, jul./dez. 2006.

VALLE, Carlos Guilherme do (Org.). **Etnicidade e mediação**. São Paulo: Annablume Editora, 2015.

Documentos citados

CACIQUE Xokó defende Reforma Agrária e denuncia condições de vida de sua tribo. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 7 nov.1985.

COMARCA não podia julgar terras de índios. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 21 out.1987.

COMISSÃO Pró-Índio faz cinco anos de atuação. **Jornal da Cidade**, Aracaju, out.1985.

DOCUMENTO final da Assembléia de Chefes Indígenas. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 1979, p. 6.

ÍNDIOS Xocó – (Sergipe). **BOLETIM - Comissão Pró-Índio de São Paulo**. São Paulo, n. 4, jul. 1988.

OPÇÃO dramática. **Desacato**, set. 1978.

VIVA a Ilha de São Pedro. **Jornal Indígena**, São Paulo, Ano 1, n. 1, jul. 1984. p. 3.

SOB A NÉVOA DO CAMINHO, UMA REZA COM OS PÉS: A EXPERIÊNCIA DOS ESPAÇOS NA ROMARIA DO SENHOR DOS PASSOS



MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS

Preâmbulo

SOLENIDADE DE PASSOS

Ato comovente, expressando fé, gratidão e humildade

Penitência de fiéis participando de Procissão de Senhor dos Passos

Uns acompanhando a procissão de velas acesas

Outros usando indumentária cor das vestes das imagens

Alguns seguindo a trajetória de joelhos

E outros ainda conduzindo feixe de lenha na cabeça.

Põe-se em evidência o sofrimento

Expressando gratidão de criaturas reconhecidas

Extravasando o coração.

São Cristóvão agradece e aplaude,

Presença do nosso querido venerável Arcebispo

Dom José Palmeira Lessa, abrilhantando solenidade

E nos enriquecendo com subsídios do Sermão do Encontro

Deus seja louvado,

Pai de bondade e misericórdia,

Derramando suas bênçãos e graças

Sobre esta nossa sofrida e querida São Cristóvão

(Manoel Ferreira, 20 de março de 2011. In: SANTOS, 2015, p. 91-92).

Aromaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão foi uma vereda que enfrentei desde 2001, ano no qual ingressei na graduação em História. O interesse emergiu após uma aula da professora Verônica Nunes, na sala de multimídia da BICEN, sobre a religiosidade na Serra da Guia. Daquele momento inicial, resultaram muitos artigos, livro, TCC e uma tese. Um caminho percorrido entre 2001 e 2015, com a conclusão do doutorado na UFF.

Considero que foi o meu grande campo de pesquisa, mas já encerrado. Meses após a defesa da tese, vim para o Rio Grande do Norte, com novas inquietações. Encerrava um ciclo e iniciava outro, no intuito de contribuir para a historiografia de meu novo chão. Desde então, tenho me dedicado ao estudo de intelectuais norte-rio-grandenses e das romarias nas acrópoles potiguares e nos sertões do antigo norte.

Com isso, esse é o primeiro momento após a tese que retomo ao tema que afetou diretamente a minha vida, exigiu vasculha em arquivos de todo o país, me levou semanalmente à chamada Cidade Mãe de Sergipe. Aqui, trago outras inquietações. Provocações dessa nova faceta do pesquisador que vem de baixo, oriundo das camadas populares de Sergipe e que gosta de ver novidades no passado.

Então, peço-lhes licença para apresentar apontamentos, quiçá, devaneios. Provocações inspiradas na poética de seu Manoel Ferreira, mestre da palavra, guardião de memórias e saberes, que viveu em São Cristóvão e faleceu em junho de 2015. Dedico esta minha fala de hoje a seu Manoel Ferreira, poeta dos Passos e a minha tia Anailde, romeira que viveu para seguir os Passos.

1. NAS VEREDAS DA DEVOÇÃO

Tarde de quinta-feira da segunda semana da Quaresma de 2020. Na zona rural sergipana toda a família se reúne. Olhos marejados se cruzam. O cheiro de quitutes se propaga pela cozinha. É hora de despedida. De recomendações de boa viagem. Do envio de recados para o membro da família que, de forma ambígua, está espacialmente tão

distante, e, ao mesmo tempo, no íntimo de cada um. O recado final é que “olhe nos olhos Dele e reze por mim” e que o “Senhor dos Passos dirija os seus passos”.

Figura 1 - Devota em oração, na troca de olhar



Fonte: Magno Santos, 2013.

Falo sobre uma experiência histórica do tempo presente, de uma história imediata, tecida em fios cingidos no calor do acontecimento. Na fímbria que costura memória e história. Falar da romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão obriga o historiador a enfrentar a cápsula mágica do tempo, pois a cada ano a história se refaz. A cada passo novos fios são atrelados à malha tecida coletivamente. Esse fazer da história vivida, com sangue, lágrimas, suor e sonhos ocorre conectado por um sentido histórico. Caminha-se no presente seguindo o exemplo firme, herdado dos pais, avós e bisavós. Caminha-se repetindo os passos de outrora: de familiares conhecidos do século XX. De nomes apagados pela poeira do tempo nos estreitos caminhos do oitocentos. O espaço é reinventado e reconstruído por novos passos, anualmente. Trilhas nas quais os pés calejados de diferentes gerações não permitem o crescimento da mata.

Em uma experiência social excludente, tingida pela pobreza e não raramente, pela miséria, não são herdados bens materiais: herda-se a devoção. Herda-se a proteção do Senhor dos Passos. Costumo dizer que a romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão, apesar da impactante visibilidade numérica, é uma expressão cultural familiar. Nas ruas da velha capital não se vê sujeitos isolados. Vê-se cordas de romeiros, amortalhados. A túnica roxa, que veste netos, filhos, pais e avós, enfaixam diferentes gerações em uma devoção. Ainda no ventre ou no colo, os novos romeiros iniciam o seu caminhar penitencial. Quando a criança esboça os primeiros passos, no segundo final de semana da Quaresma, recebe a sua pequena cruz e se torna uma seguidora do Bom Jesus. A mortalha roxa cobre os corpos e como um uniforme, forja uma linearidade, um vínculo de pertencimento à família sanguínea e à grande família de romeiros. A devoção é a herança, o legado. A trama mnemônica dos Passos é geracional.

Os caminhos que levam ao Senhor dos Passos de São Cristóvão não são abertos pelos jovens que palmilham o solo sergipano no presente. Pelo contrário, esses jovens pisam um chão que foi transmutado em caminho pelos ancestrais. A mata expeça foi vencida ao longo do tempo, por homens e mulheres, pobres, quase sempre do agreste sergipano, a maior parte deles negros e pardos. Hoje, seguimos uma trilha forçosamente aberta nos tempos ábditos. Andarilhos de ontem e de hoje, desprovidos de recursos, que fazem a história de Sergipe amarrada em suas bases populares.

Thompson (2003) nos provoca a pensar a história vista por baixo. Em Sergipe, esses de baixo, que mal sabem traçar as linhas do próprio nome, registram a história de suas vidas nos tortuosos fios que enlaçam os caminhos da romaria, transformados em caminhos da vida. São essas grossas linhas traçadas no solo que ainda não são contempladas nos escritos de Clio.

Isso não implica em dizer que a romaria do Senhor dos Passos seja uma celebração além do tempo e da história. Pelo contrário, é uma

expressão devocional do Nordeste brasileiro que traz tais marcas. É uma permanência reinventada a cada passo solitário. É uma devoção renovada a cada lágrima derramada diante da imagem encontrada por pobres pescadores nas margens do Rio Paramopama (SANTOS, 2015a). Como um ritual, a encenação se repete, anualmente, com o peso da tradição. Como experiência histórica e humana, nada é igual, tudo se renova, se reinventa, se descontrói para ser reconstruída.

A romaria emerge como uma vela acesa na mão do romeiro-penitente. O fulgor da luz que rompe a treva, derrete a cera, caleja as mãos, provoca a dor no corpo, acalenta a dor na alma e, ao final, junta-se a cera derretida e se faz nova vela, a ser carregada por outro romeiro, com outras dores, com novos sonhos, com outra história, a ser amarrada na romaria como mais uma fita, pendurada nas mãos enegrecidas do Senhor dos Passos.

Sim, o Senhor dos Passos é uma confluência de sentimentos e experiências individuais. É um mergulho em angústias particulares, similares ou não, que, nas estradas de Sergipe e, notadamente, nas ruas da vestuta São Cristóvão, enfaixam uma trama coletiva. Uma colcha de retalhos que emolduram a celebração e a devoção. Essa colcha costuma ser vista pela história do alto, como elemento único, como um enredo linear, passível de ser racionalizado. Ledo engano. Na romaria, para se chegar à experiência dos de baixo é preciso se despir das vestes acadêmicas eurocêntricas e mergulhar em outro mundo. Nosso mundo: místico, mágico, trágico. Um mergulho nas fagulhas de dores do homem e da mulher simples. Gente que faz a história sem usar muitas palavras. Não se fala da devoção. Aliás, como traduzir em palavras algo tão íntimo? Como ordenar um emaranhado de experiências caprichosamente lavradas nos fazeres e não nos dizeres? Ver para crer. Caminhar para sentir.

Isso me levou a repensar o meu ofício e o meu fazer historiográfico. Pensar a história de uma romaria exige habilidades que extrapolam os rigores que precisamos cumprir na academia. Afinal, como tornar dizível o indizível? É possível traduzir as múltiplas experiên-

cias sócio devocionais dos de baixo? Mensurar de forma racional algo que é mágico, sensível, sensorial? Entender a permanência de uma devoção que não aparecia nos programas televisivos, que foi criticada por sacerdotes e bispos? Explicar uma devoção a uma imagem que ficou presa com dois cadeados?¹ Ou ainda, tornar inteligível um povo que já foi descrito por conselheiras de cultura como besta-fera?

Temos uma metodologia da história pensada por europeus. Tem uma tradição historiográfica brasileira gestada por homens, letrados, majoritariamente brancos, que pensam os episódios do passado como um alinhavado racionalmente construído. Ouvimos os de baixo a partir da escritura dos de cima, ou seja, o que pensam e definem por suas lentes sobre o outro. E na escrita da história, muitas vezes, replicamos categoricamente a retórica da elite: são pobres manipulados.

Ao descer das sacadas e me unir aos romeiros aprendi a ouvir. Reaprendi a sentir. Demorei para entender que o romeiro não fala porque é devoto ou o que é ser devoto. Não se explica a magia, a experiência mítica. Explica-se ou narra-se a história. Uma longa jornada permeada de dilemas de homens. Fala-se dos prazeres da vida. Fala-se sobre as inúmeras quedas e sobre as vezes que conseguiu se reerguer, com a força da devoção. Fala-se das limitações materiais da vida: a falta de pão, a falta de moradia, a exploração do trabalho por gente sabida. Fala-se da alegria em viver, mesmo tendo muito pouco ou quase nada.

O deslocar-se pelos espaços, implica em imersão no coletivo. A saída do espaço privado do lar, convoca olhares e falares. Das janelas, cercas e portas, os braços se cruzam, as mãos calejadas, com dedos grossos, se deslocam aos lábios tingidos pelo sol. O olhar, curioso e inquiridor, por vezes incrédulo, percorre o corpo do andarilho. O olhar que investiga. Olha e vê a vestimenta-testemunha. É uma caminhada de um mesmo tom, de uma coloração harmoniosa: o roxo reverbera uma unidade devocional, assim como uma difusão de lu-

1 Sobre esse episódio pode ser consultada a minha tese, "O Prefácio dos Tempos" (SANTOS, 2015b).

gares. Para ser andarilho, o romeiro uniformiza-se. Ao palmilhar os primeiros trechos do caminho, os vizinhos indagam: mas é isso mesmo? “Você vai? Com fé no Senhor dos Passos te vejo no sábado”. E o outro completa: “eu sairei amanhã”.

Paulatinamente, o sol escondia-se no horizonte avermelhado, as nuvens enegrecidas anunciavam a sacralidade da semana, com a desejada chuva. Raios cortavam o céu. A lua, imensa, rompe a aurora e ilumina a estrada. Um momento no qual a luz oscila de horizontes. De um lado, o sol esconde-se na serra. No outro extremo, emerge a magnitude da lua cheia, plena. Impõe-se. Lua cheia de Peixes.² Lua cheia do sacrifício. É hora de parar. Diante da capela de Santa Luzia, a protetora dos olhos, um círculo humano é formado. Todos querem ver. Aliás, espera-se um ano por esse momento. De cada recôndito emerge um romeiro, com uma bolsa leve, carregada de devoção. Vozes ecoam as histórias dos romeiros: de mães que diante da ameaça de morte da filha prometeu amortilhar-se. Filhas que ao ver o coma da mesma mãe prometeu rasgar os joelhos nas ruas pedregosas da terra santa, acompanhando o Senhor dos Passos. Ao sair do coma, a mãe questiona a filha pelo ato de exagero, de autoflagelo, talvez inconsequente. Olhares reprovadores que por vezes se replicam na procissão. Mas como não ser feliz em pagar a promessa, em deixar a carne dilacerada nas pedras da cidade santa, afinal, a saúde foi restabelecida, a súplica silenciosa foi atendida. A reclamação da mãe viva é o próprio testemunho do milagre.

Em partes de Sergipe, na terra dos romeiros, o Senhor dos Passos é o elo familiar, o ente que se faz presente por toda a vida. Ao nascer com saúde, o anjo é amortilhado, assim como toda a família, para acompanhar os Passos. Ao morrer, o corpo que teve uma vida dedicada ao pagamento de promessas é vestido pela mortalha roxa, na derradeira romaria. No cemitério, a primeira imagem a ser depositada sob o túmulo é a do Cristo com a cruz as costas.

2 A romaria do Senhor dos Passos sempre ocorre na lua cheia de Peixes, considerada no mundo místico o período de sacrifícios.

Ao agonizar, o romeiro recebe em suas mãos inseguras, trêmulas e destituídas de forças, os tocos de velas, que carregou nas procissões penitenciais do Senhor dos Passos, como uma última tentativa de prolongar a vida como um fio de luz, uma penumbra de esperança a arredar a morte para o porvir. Em caso de hora derradeira, a luz propagada pelo toco de vela passa a iluminar os passos do romeiro nos caminhos do além, uma luz que o leva aos pés protetores do Senhor dos Passos, na romaria celeste. Na vida, o Senhor dos Passos dirige os passos dos seus romeiros. Na morte, o romeiro dirige-se definitivamente ao Senhor dos Passos, com sua mortalha roxa, com os pés calejados e uma sobra de vela entre os dedos.

Rompida a ave-Maria, com a lua cheia a dominar a cúpula celeste, os romeiros deixam as conversas. Deixam as histórias devocionais narradas, que ecoam pelo espaço e ressoam nas lembranças dos ouvintes. Ecos do passado, prestes a encontrar novos enredos, novos fios que tecem o emaranhado de memórias dos de baixo. Para os que seguem, ecoam as últimas recomendações: “Que o Senhor dos Passos acompanhe vocês!”

Nos passos por caminhos longínquos, as memórias individuais são compartilhadas. Os passos passados, rememorados. Em décadas de caminhada devocional, para vencer os 60 quilômetros que separam o lar da colina sagrada,³ muitos passos se perdem, muitos companheiros de jornada ficam pelo caminho e muitos sacrifícios são vencidos. A história é narrada em ritmo acelerado, em passos velozes que levantam a poeira na noite de lua cheia. A lua cheia ilumina os passos como se fosse um olhar vigilante e protetor. Talvez, testemunha. Certamente, confidente.

Na madrugada, as portas das casas se abrem e vozes com tom de cumplicidade ecoam: “que o Senhor dos Passos lhes acompanhe, meus irmãos!” No caminho do santuário, todos sabem que é a Semana de Passos. Todos aguardam ansiosos em ouvir o estalido das san-

3 A cidade de São Cristóvão se localiza em uma colina, onde os romeiros costumam subir ajoelhados a grande ladeira para pagar as suas promessas.

dálias naquele chão. A fé ao Senhor dos Passos irmana os devotos. O romeiro não vê a face do morador, ocultada na privacidade do lar. O morador não vê os rostos suados dos romeiros, que passam acelerados deixando a névoa de terra. Mas em uma semana sagrada, não é a visão que move a certeza. A fé é quem irmana, costura os laços de afetividade. Lembremos que muitos romeiros vão a São Cristóvão e não veem o Senhor dos Passos. Apenas tocam em seus pés. Rezam diante da imagem velada. São Cristóvão, em certa medida, nos tempos de romaria, rompe a herança maldita de São Tomé.⁴ A inverte. Subverte. Não vê para crer. Crê para ver.

No caminho do romeiro não tem reza coletiva, em verbo cadente. Sim, tem momentos de silêncio. Tem momentos que se fala de entes que ficaram em casa, acamados e que só Senhor dos Passos pode fazer o milagre do retorno aos caminhos da vida. Cada memória compartilhada é seguida por silêncio. Oração ou comoção? Ou ambos? Não se sabe. Silêncio rompido por piadas, tropeços, dedos feridos nos pedregulhos, sangue derramado no chão que leva à casa do Bom Jesus. O romeiro que segue a pé não reza com a boca, não joga palavras ao vento. Reza-se com os pés. Os pés se tornam o elo com a devoção e com à história.

O pé vincula à devoção com os sacrifícios, com unhas arrancadas em tropeços, com sangue derramado em gotas, com as marcas do caminho deixadas em mão dupla: de um lado, as pegadas dos romeiros que ficam nas estradas, por outro, a poeira do caminho acoplada nos pés calejados. Calos de sangue. Calos que não devem ser tratados, pois apenas o tempo é capaz de cicatrizar as marcas da devoção. Quem tem fé não faz tratamento, apenas espera. O caminho transmuta-se com a passagem do romeiro. O romeiro transforma-se com a experiência do caminho. Uma metamorfose física e emocional.

⁴ Referência ao episódio no qual o apóstolo Tomé afirmou que só acreditaria na ressurreição de Cristo se colocasse o seu dedo na ferida provocada pelos pregos no ato da crucificação.

São essas marcas que também vinculam o romeiro com a história. As marcas no corpo expressam os caminhos que foram vencidos, informam por onde andou. O caminho passa a expressar o lugar de memórias compartilhadas, de histórias tecidas coletivamente. O chão arenoso ou pedregoso se transforma em testemunha de homens e mulheres que fizeram a história como andarilhos em um tempo sagrado, amalgamado com as dores e os dilemas vivenciados no cotidiano.

Se rezar com os pés não exige a pronúncia de palavras, pois o corpo testemunha a força da fé; o romeiro andarilho, necessariamente, também não precisa das missas e procissões. O romeiro faz a história escrevendo e escolhendo o seu roteiro de devoção. Ele exerce o protagonismo. Escolhe a igreja onde será o ponto de chegada. Escolhe a obrigação final com o Senhor dos Passos, define o sacrifício. Como mensurar a romaria em números? Um exercício tão desnecessário, quanto inverídico. É problema que quem vê a romaria do alto.

Para o romeiro os números não contam as histórias. O centro é a sua devoção e, notadamente, o poder miraculoso do Senhor dos Passos. Não digo se esse poder é real.⁵ Aliás, em um mundo de *fake-news*, de incertezas, de algoritmos, o que é real? Neste caso, o romeiro crê na força miraculosa do Senhor dos Passos. Como duvidar? Foi o próprio Senhor dos Passos que escolheu São Cristóvão para ser sua morada. Escolheu pobres pescadores para ser alçado em suas redes e nos braços desses homens do mangue ser levado para a Igreja do Carmo. É o mesmo Senhor dos Passos que tem o corpo chagado, pés cortados, olhos e nariz dilacerados. O olhar angustiado, que mescla desespero e acalento, aberto de dor, similar a dor do seu devoto. É o Senhor dos Passos, com sua boca entreaberta que a cada súplica parece responder ao seu romeiro em confissão: eu também sinto a sua dor.

Um santo de roca, que já foi carregado pela elite açucareira (SANTOS, NUNES, 2005) e hoje desliza pelas ruas da cidade nos braços do

5 Trago essa questão inspirado em Bloch, pois mais relevante do que saber se há milagre ou não é saber o porquê da crença no milagre (BLOCH, 2018).

povo, tem uma história de agruras tão próximas de seus seguidores. Em junho de 1874, o fogo das velas dilacerou o seu corpo. Criou bolhas na encarnação, como se fosse um santo encarnado ou homem martirizado. Nas procissões, ao receber as mortalhas de romeiros, os cabelos ficam desgrenhados. Na saída do sábado, sempre o prenúncio: quando o Senhor dos Passos tem dificuldades de passar pela porta estreita, sinal de um ano de mal agouro. Na devoção do santo de São Cristóvão, não se olha apenas para o passado. Deslumbra-se também o futuro. Lembremos que em 2018, na passagem pela porta o cirineu⁶ foi rompido e a catástrofe estava anunciada: até hoje, sentimos esse efeito. E como!

Na caminhada do romeiro, ao ver a torre iluminada da matriz, o corpo esgotado, dolorido, ensanguentado, se renova. Os passos já trêmulos galgam as últimas forças para cumprir a jornada. Nas águas do Pitanga e das fontes minerais, o último acalento: lavagem do rosto, dos pés, um asseio para o encontro com o santo que escolheu os pobres. O santo que tem chagas nos pés, o Senhor dos Passos que compartilha o sofrimento dos de baixo de Sergipe. Ali, já começam a ecoar os primeiros agradecimentos.

Como a história não se repete, a experiência muda. Se a romaria é tida pelos intelectuais como objeto de estudo; por políticos como patrimônio cultural; por empresários, como um produto turístico; para os romeiros o palmilhar de suas histórias se torna cada vez mais difícil: são fazendeiros que proíbem a passagem dos romeiros por suas propriedades, com ameaças de tiros. É a insegurança pública que obriga os romeiros a seguir sem dinheiro e com temor de perder a vida. São devotos de Aracaju que passam três horas esperando os ônibus sucateados, sobras da província maior, superlotados, para purgar as suas dores. Se é patrimônio cultural, os seus detentores não sabem e não percebem melhorias. É lei que não chega aos pés

6 É o nome dado para a haste de prata que sustenta a cruz. Na saída da procissão do Depósito de 2018, ao passar pela porta do Carmo Menor, a haste foi quebrada e a cruz do Senhor dos Passos foi sustentada ao longo de toda a procissão pelas mãos dos romeiros.

descalços. Por isso, a obrigação do romeiro é restrita ao santo de devoção. Não se fala dos de cima. Não se olha para as sacadas: olha-se apenas para o andor velado, no sábado de penitência e, no domingo, para o olhar de cumplicidade do Senhor dos Passos.

Ao subir a colina sagrada, renova-se a tradição. A cada passo findo, uma pausa, um suspiro, um agradecimento pela exitosa romaria. O corpo encontra-se extenuado. A ladeira da prefeitura se impõe como o último obstáculo. Ao vencer a subida, vem o palmilhar lento para o Carmo. Arrasta-se pelas ruas, como um espectro desfigurado, de olhar fito para o céu e para a cruz rompida pelo raio no Carmelo. Diante da porta santa da Igreja do Carmo, o corpo senta-se e aguarda a abertura da Casa d'Ele. Com o dobrar dos sinos, corpos doloridos marcham, marcam, mancam para a desobriga. A passagem sob o andor do Senhor dos Passos reafirma a proteção para o novo ano que se inicia.

O dobrar do sino ecoa pelo tempo e pelo espaço. Como saber dos sineiros da terra santa, o ruído de dor atravessa os séculos, vara o reino de Cronos como um giro que corta o ar, com seu badalo que intercala dobres simples e duplos, em idas e vindas. É o som que perpassa anos, décadas, séculos. Vence o Império e desliza pela República. Como força sensorial da romaria, o estampido da campana ecoa pela cidade, convoca os romeiros para os atos solenes, avisa aos desinformados que ali se vivencia um novo tempo, sagrado, como um passado que perdura no hoje. É o convite para os romeiros se deslocarem para a centralidade do sagrado. Na procissão, ao dobrar, o Senhor dos Passos desfila em meio à multidão, rasga o corpo coletivo de romeiros amortalhados, balançando em sua charola, suspenso entre mãos negras e rostos suados. Ao silenciar, o sino deixa passagem para motetos, padres e Verônicas. Mas o silêncio da campana revela que o Senhor dos Passos está parado, descansando para seguir a sua jornada pela história. O sino nos ensina a pensar a simbiose entre espaço e tempo como uma expressão idiossincrática da história.

Na terra santa, no chão sagrado palmilhado por mais de dois séculos de romarias, as histórias dos romeiros se cruzam com as histórias dos moradores de São Cristóvão. Homens e mulheres que cuidam do Senhor dos Passos. Mulheres que herdaram de suas mães a honra de lavar e passar a túnica das imagens do Senhor dos Passos e da Virgem da Soledade. Homens que herdaram dos pais a obrigação de descer, de portas cerradas, a imagem do santo e de vesti-lo com novas túnicas. Costureiras que aprenderam com as avós as medidas do santo, para costurar novas vestes. Uma cidade que planta manjerição para perfumar os pés do Senhor dos Passos em quatro semanas de ofícios. Virgens que são escolhidas para personificar a verdadeira imagem. Carmens,⁷ como madalenas, que perfumam o santo querido, com o odor da santidade. Uma história tecida na intimidade, no afeto, nos bastidores, sem os holofotes.

Figura 2 - O Senhor dos Passos e a Virgem da Soledade no Carmo



Fonte: Acervo do IPHAN.

São esses homens e essas mulheres, que quatro semanas após a romaria, voltam a cerrar as portas do Carmo, a despistar a imagem

7 A cada ano, dona Maria do Carmo compra perfumes para aromatizar a imagem do Senhor dos Passos na charola.

para leva-la ao trono, na subida do Senhor dos Passos. Um ato solene e sóbrio, no qual a poética tece o elo entre palavras e vivência:

A subida do Senhor dos Passos
Hoje foi o dia da subida do senhor dos Passos,
Nas primeiras horas da manhã, o templo cerrou-se,
As portas tricentenárias foram lacradas
E os Passos tornaram-se bastidores
Poucos homens, muita fé.
Diante do Cristo, prostrados, em pé.
No quinto sábado da Quaresma, quantas dores!

Diante da imagem, quantas lembranças!
No passado recente, o romeiro amortalhou-se
E pelas ruas dos tempos idos,
O Bom Jesus dos Passos, ferido,
Por promesseiros aflitos, carregado,
Promesseiros chorosos, ajoelhados,
A clamar pelo perdão, atendido.

No sábado da subida, momento de respeito e veneração
Da Santa cabeça, os espinhos agudos, retirou-se
E, lentamente, o Nazareno foi despido,
Retira-se a sua túnica de dor,
Guarda-se a Cruz da Boa Hora,
O Jesus dos Passos é retirado de sua charola
E, em mãos zelosas, retorna ao altar-mor

De repente, abrem-se as portas do Carmo
E dobra o grande sino em descompassos
E o povo, pequenino, vem ver, o Senhor dos Passos

Povo devoto, adentra pelo Carmo
Olha, clama e chora, os seus embaraços
Olha e vê, lá no alto, o misericordioso Senhor dos Passos!

E o romeiro, distante do Carmo
Com as fitas do Senhor faz o laço
O pacto, na certeza de voltar para ver, o Senhor dos Passos
Magno Santos, 21 de março de 2015.

Nas sete semanas que emolduram a romaria, as vozes de uma terra santa se unem, no canto dos ofícios. Gritam, se necessário, para ensinar sacerdotes a encontrarem a melodia correta. Na semana de romaria, as portas seculares se abrem para abrigar o romeiro, que para muitos poderia ser visto como desconhecido. Mas como, ele é o romeiro do Senhor dos Passos. É o sujeito que faz empréstimo para pagar o transporte só para chegar perto da imagem de devoção. A romaria é um legado familiar e a família é ampliada em dias de romaria. O pão é compartilhado. A água distribuída. O olhar substitui a palavra de agradecimento. São Cristóvão, como terra santa, abriga e alimenta os romeiros. Ao contrário do judeu errante,⁸ dar de beber ao Senhor dos Passos, pois ali todos sabem que o romeiro personifica o próprio Bom Jesus.

Nas ruas estreitas da Jerusalém sergipana, na terra que tem como topônimo, “Aquele que carrega Cristo”, os romeiros se equiparam ao legado de São Cristóvão, o santo. É o *homo christophorus*, que anualmente carrega em seus ombros o Senhor dos Passos. São os Cireneus, que ajudam os penitentes a encontrarem o equilíbrio, o fio condutor que leve a imagem ao seu destino. Empurram a imagem sagrada, fazendo a massa humana deslocar-se entre as margens da rua, prensada pelo casario colonial. Cristóvãos e Simões, que revelam a face coletiva de uma terra que consegue soerguer-se a partir da presença dos romeiros.

Ao jogar a mortalha suada na imagem, vista por muitos como desrespeito, o romeiro confirma o pacto com o Senhor dos Passos:

8 Refiro-me ao mito do judeu errante, que teria negado água para o Cristo no caminho do calvário, mandando-o andar com sua cruz e por isso, teria como castigo a imortalidade para perambular pelo mundo.

estou voltando para casa, mas deixo minhas vestes, meu suor, minhas dores, os sinais de minha devoção. O romeiro retorna ao lar, levando em seu corpo as cicatrizes de uma devoção que se renova, que foi herdada dos pais, avós, que recua na penumbra do tempo. A romaria do Senhor dos Passos, assim como o chamado do grande sino, ecoa pelo tempo, atravessa os séculos, rasga caminhos.

Se a romaria de 2020 foi a última versão de uma solenidade religiosa no mundo pré-pandemia, o Senhor dos Passos, se reinventa. Terminada a romaria, as portas do Carmo foram trancadas. O manso cordeiro, permaneceu em sua charola, aguardando pacientemente o fim de uma interminável pandemia. No dia 30 de outubro de 2020, um eco de esperança se propaga. O Senhor dos Passos se despe de sua tradicional túnica roxa. Volta-se para o exemplo do passado, no qual, para celebrar o fim da Segunda Guerra Mundial, vestiu-se de branco. O branco da paz e da esperança. Com o olhar fito, o Cordeiro permanece com a veste da ressurreição, a aguardar a nova romaria. De branco e fora do tempo da tradição, o Senhor dos Passos volta ao seu nicho, a esperar por dias melhores. E o romeiro, recluso em seu lar, reza pelo milagre, para voltar a seguir os caminhos dos Passos e transmutar os pés em uma experiência de oração.

Ao longo do ano, as marcas do caminho são apagadas pelo vento. As bolhas dos pés, acalentadas. As ruas de São Cristóvão, esvaziadas. Os sussurros dos romeiros nas estradas e aos pés do Senhor dos Passos, dissipados. Mas permanece a certeza do retorno. O ano converte-se em tempo de espera, para voltar a caminhar, a calejar-se, a conversar aos pés do santo, diante dos olhos do Senhor dos Passos. Assim, como bem herdado dos de baixo, delegado geração a geração, a romaria do Senhor dos Passos se entrelaça com a história de Sergipe. É a forma como o sergipano católico pobre escolheu fazer e contar a sua história.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [1923].

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Caminhos da penitência**: a solenidade do Senhor dos Passos em São Cristóvão (1886-1920). Aracaju: criação, 2015a.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **O prefácio dos tempos**: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). Niterói, 320f. Tese (Doutorado em História). UFF, 2015b.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **A peregrinação à Divina Pastora**. Aracaju: EDISE, 2015.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão. **Revista da FAPese de Pesquisa e Extensão**. Vol. 2, 2005, p. 97-110.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Uma história de pés descalços: os ex-votos e a experiência dos romeiros do Senhor dos Passos de São Cristóvão (Sergipe, Brasil). **Revista Brasileira de História das Religiões**, 12(34), 2019, p. 173-200.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Trad. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

SOBRE OS AUTORES

Maria de Deus Beites Manso



Professora na Universidade de Évora e investigadora no Centro de Investigação em Ciência Política. Os temas de lecionação e pesquisa centram-se na construção da globalização iniciado a partir do século XV, tendo como âmbito a história religiosa, da mulher/gênero, escravatura e mestiçagens. Além disso, e mormente, na preocupação de fazer o diálogo com o conhecimento das sociedades contemporâneas, e fruto da constante cooperação universitária, tem desenvolvido igualmente o interesse sobre o estudo e debate referentes à CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa) nos aspetos internacionais das culturas e dos povos lusófonos, em chave histórica.

Ontem como hoje o conhecimento é feito de desafios. A “prova antiga” foram as viagens quinhentistas que apesar dos mitos medievais e daquele momento de transição para a Idade Moderna, e das dificuldades técnicas e humanas — como as doenças, entre os demais obstáculos —, nada derrubou o desejo da procura do conhecimento que independentemente de consequências danosas como a escravatura, revelou um momento de cooperação e de globalização. Similarmente, agora, o isolamento imposto pela COVID-19, baseado na tecnologia que a ciência nos facultou, foi ultrapassado, fazendo com que o conhecimento, a cooperação e as ligações humanas permanecessem e estivessem ativas, perseverantes e globais.

Andreza Silva Mattos



Se contar histórias é algo que fascina, que informa e apaixonava, permita-me contar mais uma.

Eu sou Andreza Silva Mattos, filha de José Souza (Canela) e de Maria José.

Uma anônima que protagoniza, neste contexto contemporâneo, a sua própria história e vai tecendo, a cada dia, as linhas de sua teia social, a qual se iniciou na singela cidade de Capela, composta por pessoas incríveis que contribuíram para minha formação, baseada em valores inquebrantáveis que levo pra vida.

Foi a partir do contexto social no qual vivi, que emergiu o desejo de ser professora, pois era uma referência de notabilidade social. Com muito esforço, consegui concretizar o sonho de menina e formei-me na UFS, onde imergi no mundo da cultura, da identidade e da religiosidade, trilhando uma seara que lançou luz sob os excluídos ao lado do meu orientador, Antônio Lindvaldo Souza.

Em minha história, pulsa fortemente a trajetória acadêmica, da qual orgulho-me, pois sou uma educadora que contribui para fazer a diferença na educação, numa perspectiva afável, inclusiva, humana e formativa.

Um, dois três...

Contei minha vida pra vocês.

José de Almeida Bispo



Sempre gostei de história. Desde as fábulas e lendas, nascidas de algum fato, obviamente, perdido no tempo, às histórias pessoais de cada um, sempre orais, com alguma imprecisão, como de natureza da oralidade. Porém jamais me vi como historiador.

Em 2001 me vi como webmaster, ao criar o primeiro sítio eletrônico de Itabaiana, que eu queria enriquecê-lo com o máximo de informações acerca da minha cidade. A história existente me levantava suspeitas de incompletude, em que pese de inquestionável qualidade informativa. E, aproveitando do milagre da comunicação total trazido pela internet acabei por me encontrar dentro de bibliotecas, antes inacessíveis a mim, contudo sem sair de casa. Aí virou vício virar noites e noites,

passando um pente fino no que me pareceu mais promissor. E, de posse dessa informação me vi na obrigação de compartilhar com todos que fosse possível. Candidatei-me a vereador em 2004, com o único objetivo de levar essas informações, de forma simples e num panfleto, ao mesmo tempo provocativas, a todos os Itabaianenses. Distribuí ao menos vinte mil deles. Depois, resolvi pô-las em vídeo, surgindo a série em cinco episódios, ITABAIANA, QUATRO SÉCULOS NA HISTÓRIA DE UM POVO, hoje no YouTube. Por fim, veio o livro ITABAIANA, NOSSO LUGAR. QUATRO SÉCULOS DEPOIS, pela Infographics, lançado na Bienal 2013, em Itabaiana.

Historiador acidental, senti-me num enorme desafio ao receber o convite para participar do Projeto Clio Digital, já que sem o devido preparo acadêmico e no meio de feras, novas e mais experientes da historiografia sergipana, o topo; mas, de balde as naturais deficiências, busquei partilhar tudo aquilo que tenho visto, mormente o atinente a um capítulo ainda muito desconhecido da História de Sergipe, mas que, modestamente enxergo como vital, fundamental à construção da sergipanidade que nasceu ali: A REBELIÃO DOS CURRALEIROS, de 5 de novembro de 1656.

Foi um imenso prazer, estar com todo o grupo. Sinto-me profundamente grato, desde aos organizadores, como aos demais participantes, sejam o debatentes e/ou assistentes.

Sou José de Almeida Bispo, funcionário público, patologista, aposentado do Ministério da Saúde, de formação secundária, pesquisador, jornalista, radialista e publicitário, honrosamente ocupando a cadeira 27 da Academia Itabaianense de Letras, que tem como patronesse Maria Thetis Nunes

Anderson Pereira dos Santos



O Evento Clio Digital congregou diversos pesquisadores sergipanos ou que, pesquisaram sobre o passado sergipano. De tal modo, participar deste evento grandioso, único para a historiografia local, quiçá brasileira, me enche de orgulho, pela importância do meu trabalho de pesquisador e pelo reconhecimento em vida dos meus estudos sobre Sergipe Colonial. Ser lembrado, entre esses seletos

historiadores locais, alimenta minha alma intelectual em prol da conservação da nossa história. Agradeço imensamente, o convite feito pelo prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa e toda organização do evento.

Ter feito o texto, em meio a pandemia da COVID-19, não foi fácil. Pensar e escrever nesse contexto, onde várias pessoas estão morrendo ou morreram, pessoas passando fome e sentindo desespero, medo, tristeza, saudade, melancolia, solidão, pessimismo e, estarmos alheios a isso tudo, foi desafiador. Mas, como todo texto tem seu contexto, este será em homenagem e a memória dos milhões de mortes por COVID.

Veronica Maria Meneses Nunes



Desenvolve seus estudos e pesquisas na área do patrimônio cultural. Um amplo leque de possibilidades que tem proporcionado a imersão no mundo dos objetivos religiosos, arqueológicos e museológicos considerando-se como fontes, testemunhos que permitem estabelecer diálogos com outras fontes para obter uma leitura possível e a compreensão dos objetos escolhidos para seus estudos.

Suely Gleyde Amancio Martinelli



Minha trajetória no território de Clio teve início no começo da década de oitenta, no curso de História da Universidade Federal de Sergipe, quando me apaixonei por História Antiga e posteriormente pelo período pré-colonial do Brasil.

Participar do Projeto Clio Digital com grande repercussão e num momento tão crítico de pandemia foi muito gratificante, pois, tive a oportunidade de poder relatar a minha experiência no processo de formação da arqueologia no Estado de Sergipe.

Diogo Francisco C. Monteiro



Me chamo Diogo Francisco Cruz Monteiro. Sou graduado em História (DHI-UFS), mestre em Antropologia Social (PPGA-UFS) e doutorando em Antropologia (PPGA-UFPB). Trabalho com pesquisas nos seguintes temas: livro didático, ensino de História, imagens e representações sobre indígenas, História indígena e do indigenismo. A pandemia da Covid-19 exigiu de todos os cuidados necessários para se evitar o contágio e transmissão do vírus: uso de máscara, álcool gel, quarentena e isolamento social. Reuniões presenciais de qualquer natureza também deveriam ser evitadas, afetando a realização e a difusão de conhecimentos através de eventos acadêmicos. Tudo isso resultou na reorientação das estratégias para viabilizar o desenvolvimento das atividades acadêmicas, entre elas se popularizou a realização de eventos on-line, tal como o Clio Digital, organizado pelo professor Antonio Lindvaldo Sousa (DHI-UFS), que teve como tema os 200 anos da emancipação política de Sergipe, englobando diversidade temática e um público abrangente de estudantes, professores e pesquisadores interessados em aprofundar os seus saberes sobre a história de Sergipe. Além da programação de cunho científico, com as palestras de especialistas nos temas abordados, o Clio Digital contou com momentos culturais, como apresentações musicais, recital de poesias e sessão de artes plásticas, com a produção de gravuras por artista local retratando os palestrantes e os assuntos por eles tratados durante suas falas.

Kléber Rodrigues Santos



O evento Clio Digital organizado pelo professor Antonio Lindvaldo Sousa me possibilitou reencontrar colegas de profissão e meus antigos professores do tempo da graduação. Nessa época de pandemia em que vivemos, pude renovar meu compromisso social de escrever sobre os povos indígenas, sociedades tão fustigadas pelas doenças trazidas durante a colonização e que tanto ainda sofrem com os desmandos governamentais e a falta dos direitos relativos à saúde. Um evento como o Clio Digital nos mostra que a História

pode entreter e manter nosso interesse nos temas mais relevantes para Sergipe e o Brasil, mesmo num período tão difícil. Vamos nos inspirar na fortaleza e resistência dos índios! Vamos sair dessa muito melhores!

Pedro Abelardo de Santana



Nasci em Paripiranga, Bahia, e desde a adolescência resido em Aracaju. Concluí a graduação em História e o mestrado em Geografia, com pesquisa sobre arqueologia, ambos na Universidade Federal de Sergipe. O doutorado foi realizado na Universidade Federal da Bahia, em História Social, com um estágio sandwuiuche na Universidade de Salamanca, Espanha. Em seguida, fiz um estágio de pós-doutorado no mestrado em História da UFS. Tive algumas atuações nas áreas de arqueologia e arquivo, mas passei a me dedicar ao ensino básico, sendo professor das prefeituras de São Cristóvão e Aracaju por uma década. A experiência como docente universitário foi iniciada na Universidade Tiradentes (2004-2012), continuando a partir de 2017, de forma efetiva no curso de História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, cidade de Delmiro Gouveia. Participar de um evento acadêmico de forma remota sempre me pareceu algo promissor, pois entre 2008 e 2011, ministrei cursos de graduação à distância, também conhecia a experiência de integrar bancas online para avaliar trabalhos acadêmicos. Porém, sempre testemunhei a resistência de parte dos colegas no universo acadêmico a essa modalidade de apresentação. Estou ciente da importância dos encontros presenciais, são indispensáveis no mundo do ensino, mas acredito na possibilidade de utilizar a tecnologia para auxiliar a realização de algumas atividades remotas e com qualidade. A pandemia ensinou muitas lições.

Magno Francisco de Jesus Santos



Olá,

Eu sou Magno Santos. Nasci e vivi a minha infância em Cajaíba, um pequeno e simpático povoado de Itabaiana. Cresci como romeiro do Senhor dos Passos de São Cristóvão e, de certa forma, apaixonado pelas ruínas e casarões da velha capital sergipana, assim como pelos sabores das queijadas e frescor do banho na bica dos Pintos. Por gostar de coisas antigas, fiz História. No território de Clio, mergu-

lhei nos estudos sobre os de baixo: olhei para os lados e tentei entender como nós, pobres camponeses e devotos, fazíamos a história. Posso dizer que vivo para sentir as emoções: torço para o Itabaiana, gosto de viajar e moro em Natal, meu novo chão, meu novo espaço de pesquisa.

Ao receber o convite para participar do Clio Digital, nos primeiros meses de pandemia, não relutei em aceitar. Primeiramente, por ser uma oportunidade de voltar a apresentar os resultados de meus fazeres para o povo sergipano. Segundo, por ser um evento voltado para um público que extrapolava a academia, aberto para o grande público. Terceiro, por ser organizado pelo grupo de pesquisa onde iniciei a minha formação. Em dias tão tristes, tingidos pela perda de incontáveis vidas e pelo necessário isolamento social, o Clio Digital tornou-se um alento, um reencontro.

Formato: 15 cm x 21 cm
Tipologia: Andada 10,5 /14,5
Edição: Criação Editora, 2022
Impressão: Gráfica e Editora JAndrade



Criação Editora

ISBN 978-856010292-1



9 788560 102921